

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
PLANEJAMENTO E GOVERNANÇA PÚBLICA

ROSANGELA WOJDELA CAVALCANTI

**AVALIAÇÃO DA EFICÁCIA DO PROGRAMA DE AUXÍLIO  
ESTUDANTIL NA UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO  
PARANÁ – CÂMPUS CURITIBA**

DISSERTAÇÃO

CURITIBA

2016

ROSANGELA WOJDELA CAVALCANTI

**AVALIAÇÃO DA EFICÁCIA DO PROGRAMA DE AUXÍLIO  
ESTUDANTIL NA UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO  
PARANÁ– CÂMPUS CURITIBA**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Governança Pública, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, como requisito parcial para obtenção do título de “Mestre em Planejamento e Governança Pública” – Área de Concentração: Governança Pública e Desenvolvimento.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Vanessa Ishikawa Rasoto

CURITIBA

2016

## Verso da Folha de Rosto – FICHA CATALOGRÁFICA

---

### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

---

C376a Cavalcanti, Rosangela Wojdela  
2016 Avaliação da eficácia do Programa de Auxílio Estudantil na  
Universidade Tecnológica Federal do Paraná - Câmpus Curitiba  
/ Rosangela Wojdela Cavalcanti.- 2016.  
119 f.: il.; 30 cm

Texto em português, com resumo em inglês.  
Dissertação (Mestrado) - Universidade Tecnológica  
Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Planejamento  
e Governança Pública. Área de Concentração: Governança pública  
e desenvolvimento, Curitiba, 2016.  
Bibliografia : f. 94-100.

1. Universidade Tecnológica Federal do Paraná - Curitiba  
(PR) - Estudo de casos. 2. Estudantes - Programas de  
assistência - Avaliação. 3. Estudantes universitários -  
Aspectos sociais. 4. Igualdade na educação. 5. Evasão escolar.  
6. Ensino superior e Estado. 7. Política pública. 8. Pesquisa  
social. 9. Administração pública - Dissertações. I. Rasoto,  
Vanessa Ishikawa, orient. II. Universidade Tecnológica Federal  
do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Planejamento e  
Governança Pública. III. Título.

CDD: Ed. 22 - 351

---

**Biblioteca Central da UTFPR, Câmpus Curitiba**



Ministério da Educação  
**Universidade Tecnológica Federal do Paraná**  
Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação  
Programa de Pós-Graduação em  
Planejamento e Governança Pública



---

## TERMO DE APROVAÇÃO

Dissertação nº 50

### **Avaliação da eficácia do Programa de Auxílio Estudantil na Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Câmpus Curitiba**

Por

Rosangela Wojdela Cavalcanti

Essa dissertação foi apresentada às 14h00 do dia 22/08/2016 como requisito parcial para a obtenção do título de “Mestre em Planejamento e Governança Pública” – Área de Concentração: Governança Pública e Desenvolvimento, no Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Governança Pública, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná. A candidata foi arguida pela Banca Examinadora composta pelos professores abaixo assinados. Após deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho aprovado.

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Vanessa Ishikawa Rasoto  
UTFPR – Campus Curitiba  
Orientadora

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Isaura Alberton de Lima  
UTFPR – Campus Curitiba  
Avaliadora Interna

---

Prof. Dr. Carlos Mello Garcias  
PUC-PR  
Avaliador Externo

---

Visto da coordenação:  
Prof. Dr. Antonio Gonçalves de  
Oliveira  
Coordenador do Programa de  
Pós-Graduação em  
Planejamento e Governança Pública  
- UTFPR

O Termo de Aprovação assinado encontra-se na Coordenação do Programa.

Dedico este trabalho a quem dedico meus dias:  
Meu marido Antonio e minha filha Maria Antonia.

## **AGRADECIMENTOS**

Começo agradecendo aos meus pais, Rosemari e Otávio (*in memorian*), por eu ter chegado até aqui.

Aos meus irmãos e às minhas amigas, por todo o incentivo.

Agradeço aos amigos do NUAPE (incluindo aqueles que já não fazem parte da equipe de trabalho, mas farão sempre parte da história), que contribuíram para este trabalho e demais colegas da UTFPR.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Governança Pública.

Meus agradecimentos aos Doutores Carlos Mello Garcias e Isaura Alberton de Lima, pelas contribuições a este trabalho.

Em especial agradeço aos alunos que participaram da pesquisa contribuindo com suas respostas e tornando viável este trabalho.

E à minha orientadora Doutora Vanessa Ishikawa Rasoto, pelo caminho percorrido.

Qualquer esforço de renovação estrutural e de democratização da Universidade perderia seu sentido se não chegasse a garantir a maior número de jovens a oportunidade de estudar e aos estudantes melhores condições de trabalho e mais alto rendimento escolar. (RIBEIRO, 1975).

## RESUMO

ROSANGELA, Rosangela W. Avaliação da eficácia do Programa de Auxílio Estudantil da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Câmpus Curitiba. 2016. 119 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Governança Pública) – Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Governança Pública, Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Curitiba, 2016.

A Constituição Federal prevê a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola. A história da educação superior brasileira é marcada pela desigualdade social. A cultura de avaliação de programas vem se institucionalizando no Brasil. A presente pesquisa apresenta uma avaliação da eficácia do Programa de Auxílio Estudantil da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Câmpus Curitiba, por meio de estudos comparativos do coeficiente acadêmico e da permanência entre os estudantes beneficiados pelo Programa e os não-beneficiados. Expõe um breve histórico do Ensino Superior e da Assistência Estudantil no Brasil. A questão social apresentada é a permanência dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica no ensino superior. E para o seu enfrentamento, normas foram editadas e ações desenvolvidas, inclusive o Programa de Auxílio Estudantil da UTFPR. Discute conceitos da avaliação de Programas Sociais e da Governança Pública. Trata-se de um estudo de caso, no qual foram coletados dados do sistema acadêmico da instituição e do Programa de Auxílio, complementados por um questionário aplicado aos ex-alunos bolsistas graduados e desistentes. Construiu-se um sistema de indicadores, concluindo-se pela eficácia do Programa de Auxílio Estudantil. Traz como resultado, a superioridade dos coeficientes acadêmicos dos estudantes bolsistas em relação aos não bolsistas, bem como uma taxa de evasão inferior dos bolsistas em relação aos demais estudantes do Câmpus.

**Palavras-chave:** Ensino Superior. Auxílio Estudantil. Permanência. Coeficiente. Avaliação da Eficácia.



## ABSTRACT

ROSANGELA, Rosangela W. Evaluation of the efficiency of the Student Scholarship Program of the Federal Technological University of Paraná – Curitiba, 2016. 119 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Governança Pública) – Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Governança Pública, Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Curitiba, 2016.

The Federal Constitution predicates equal conditions to the access and permanency in the school. The Higher Education History in Brazil is spotted for social inequality. The programs evaluation growth has becoming systematized in Brazil. This study presents an evaluation of the efficiency of the Student Scholarship Program of the Federal Technological University of Paraná—Curitiba, through comparative studies between Scholarship Program students and the rest of the student body focusing on grades and student retention. The study offers a brief overview of Brazilian Higher Education and Student Scholarship Programs. The social issue examined is the retention of students in positions of socioeconomic vulnerability in higher education. In order to confront these issues, standards were edited and actions were developed, including the Student Scholarship Program of UTFPR (Federal Technological University of Paraná). The study discusses evaluation procedures of Social Programs and Public Governance. This is a case study in which the university's academic and the Scholarship Program databases are used as a corpus, and in which a questionnaire for former students, both graduated and withdrawn from the program, serves as compliment. A system of indicators was constructed, and its conclusion is presented through the efficiency of the Student Scholarship Program. The case study results demonstrate higher academic grades from scholarship students in relation to non-scholarship students, as well as higher retention rates for scholarship students in relation to the rest of the student body on campus.

**Keywords:** Higher Education. Students Scholarship Program. Students Permanency Efficiency of Evaluation.

## LISTA DE FIGURAS, GRÁFICOS E QUADROS

Figura 1 -	Linha do tempo da história da educação superior no Brasil .....	25
Figura 2 -	Fluxograma dos procedimentos metodológicos .....	64
Gráfico 1 -	Evolução orçamentária total (com inativos e convênios) das IFES em R\$ bilhões) .....	40
Gráfico 2 -	Orçamento das universidades federais referente ao PNAES .....	40
Gráfico 3 -	Evolução do número total de estudantes-bolsistas e total de estudantes matriculados na graduação, no Câmpus-Curitiba .....	44
Gráfico 4 -	Coeficiente acadêmico comparativo, por grau .....	66
Gráfico 5 -	Evasão comparativa, por grau .....	67
Quadro 1 -	Trechos relevantes de respostas dos graduados .....	84
Quadro 2 -	Trechos relevantes de respostas dos desistentes .....	85

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Indicadores-chave coeficiente acadêmico comparativo e evasão comparativa .....	57
Tabela 2 - Indicadores-complementares formados comparativo e afastados para estudo no exterior comparativo .....	59
Tabela 3 - Indicadores coeficiente acadêmico comparativo e evasão comparativa, por curso, grau .....	66
Tabela 4 - Teste-t aplicado ao indicador Coeficiente acadêmico comparado .....	68
Tabela 5 - Estudantes afastados para estudos no exterior e formados – Por grau .....	69
Tabela 6 - Indicador dificuldades durante o curso .....	71
Tabela 7 - Indicador atividades durante o curso .....	72
Tabela 8 - Indicador composição de renda para se manter estudando .....	74
Tabela 9 - Indicador apoio do Programa para o desenvolvimento acadêmico .....	75
Tabela 10 - Indicador prescindibilidade do Programa para a conclusão do curso ..	75
Tabela 11 - Indicador Ocupação atual dos graduados .....	76
Tabela 12 - Indicador Ocupação atual dos desistentes .....	76
Tabela 13 - Indicador Cargo que ocupa .....	77
Tabela 14 - Indicador Faixa de renda .....	78
Tabela 15 - Indicador Utilização dos atendimentos do NUAPE .....	80
Tabela 16 - Indicador Satisfação com os atendimentos do NUAPE .....	80
Tabela 17 - Indicador Manifestação aberta .....	81
Tabela 18 - Indicadores coeficiente acadêmico comparativo e evasão comparativa, por curso, grau Bacharelado .....	115
Tabela 19 - Indicadores coeficiente acadêmico comparativo e evasão comparativa, por curso, grau Engenharia .....	116
Tabela 20 - Indicadores coeficiente acadêmico comparativo e evasão comparativa, por curso, grau Licenciatura .....	117
Tabela 21 - Indicadores coeficiente acadêmico comparativo e evasão percentual comparativa, por curso, grau Tecnologia .....	118

## LISTA DE SIGLAS E ACRÔNIMOS

ABEP	Associação Brasileira das Empresas de Pesquisa
ANDIFES	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
ASSAE	Assessoria de Assuntos Estudantis
CEFET-PR	Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná
COUNI	Conselho Universitário
DIAES	Divisão de Assistência Estudantil
ENADE	Exame Nacional de Desempenho de Estudantes
FIES	Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
FONAPRACE	Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis
IES	Instituições de Ensino Superior
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
INEP/MEC	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira do Ministério da Educação
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
M&A	Monitoramento e Avaliação
MEC	Ministério da Educação
NAPNE	Núcleo de Apoio à Pessoa com Necessidades Específicas
NUAPE	Núcleo de Acompanhamento Psicopedagógico e de Assistência Estudantil
NUASA	Núcleo de Apoio à Saúde
PIBID	Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAES	Plano Nacional de Assistência Estudantil
PNE	Plano Nacional de Educação
PROUNI	Programa Universidade para Todos
REUNI	Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades
UnB	Universidade de Brasília
UNE	União Nacional dos Estudantes
UTFPR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>15</b>
1.1	CONTEXTO	16
1.2	OBJETIVOS	18
1.2.1	Objetivo geral	18
1.2.2	Objetivos específicos	18
1.3	JUSTIFICATIVA	19
1.4	ESTRUTURA DA PESQUISA	20
<b>2</b>	<b>MARCO TEÓRICO</b>	<b>21</b>
2.1	AVALIAÇÃO DE PROGRAMAS SOCIAIS E AVALIAÇÃO DE EFICÁCIA	21
2.2	INDICADORES	23
2.3	HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL	24
2.3.1	Do Brasil – Colônia à Revolução de 1930	26
2.3.2	Da Segunda Guerra Mundial ao Regime Militar	27
2.3.3	Da Constituição de 1988 aos Dias de Hoje	29
2.3.4	Política de Educação Superior no Brasil	31
2.4	ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO BRASIL	35
2.4.1	Constituição Federal e Plano Nacional de Educação	36
2.4.2	Plano Nacional de Assistência Estudantil	37
2.5	INVESTIMENTOS EM ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL	39
2.6	UTFPR E SEU PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL	41
2.7	ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E PROGRAMA DE AUXÍLIO ESTUDANTIL DA UTFPR NA CLASSIFICAÇÃO DE PLANO E PROGRAMA	45
2.8	ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL ENQUANTO POLÍTICA PÚBLICA	46
<b>3</b>	<b>PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b>	<b>50</b>
3.1	CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA	50
3.2	FOCO DA PESQUISA	52
3.3	COLETA DE DADOS	53
3.3.1	Fontes principais	53
3.3.2	Fonte complementar – questionários aplicados a ex-bolsistas graduados e desistentes	55
3.4	INDICADORES	56

3.4.1	Indicadores-chave .....	57
3.4.2	Indicadores-complementares .....	58
3.5	ANÁLISE DE DADOS .....	60
3.6	TRATAMENTO ESTATÍSTICO .....	61
3.7	PRÉ-TESTE .....	62
3.8	ESTRUTURAÇÃO DA PESQUISA .....	63
<b>4</b>	<b>RESULTADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS</b> .....	<b>64</b>
4.1	INDICADORES-CHAVE COEFICIENTE ACADÊMICO COMPARATIVO E EVASÃO COMPARATIVA .....	64
4.2	TESTE-T DE STUDENT APLICADO AO COEFICIENTE ACADÊMICO .....	67
4.3	INDICADORES-COMPLEMENTARES FORMADOS COMPARATIVO E AFASTADOS PARA ESTUDO NO EXTERIOR COMPARATIVO .....	68
4.4	INDICADORES-COMPLEMENTARES RELACIONADOS AOS QUESTIONÁRIOS APLICADOS A EX-BOLSISTAS GRADUADOS E DESISTENTES .....	70
<b>5</b>	<b>CONCLUSÕES</b> .....	<b>87</b>
5.1	ATENDIMENTO AOS OBJETIVOS .....	88
5.2	SUGESTÕES AO PROGRAMA DE AUXÍLIO ESTUDANTIL .....	90
5.3	CONTRIBUIÇÕES .....	91
5.4	LIMITAÇÕES DA PESQUISA .....	93
5.5	TRABALHOS FUTUROS .....	93
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>94</b>
	<b>APÊNDICES</b> .....	<b>101</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A Constituição Federal (BRASIL, 1988), na letra de seus artigos 205 e 206, trata de a quem se destina e quais os princípios que regem a educação no país, destacando-se, na presente análise, a “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”, como o primeiro princípio arrolado no art. 206. (BRASIL, 1988). A presente pesquisa visa avaliar a eficácia do Programa do Auxílio Estudantil na Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Câmpus Curitiba, o qual tem a finalidade de apoiar o estudante para o seu desenvolvimento acadêmico e sua permanência na Instituição, buscando reduzir os índices de evasão decorrentes de dificuldades de ordem socioeconômica.

Dados de pesquisa da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), de 2010, descrevem que 43,67% dos estudantes das universidades federais pertencem às classes C, D e E; e comparam com dados de pesquisa da Associação Brasileira das Empresas de Pesquisa (ABEP), de 2009, de que 67% da população do país pertence às classes C, D e E; (ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR, 2011, p. 20) demonstrando uma dificuldade no acesso e permanência dos estudantes das classes menos favorecidas no ensino superior. Ressalte-se que tal estudo não considerou as instituições de ensino superior privadas, que respondem por parcela significativa do ensino superior no país.

Tal demonstração é só mais uma a reforçar a constatação histórica de desigualdade no ensino superior. Diante do exposto, diferentes atores sociais vêm, ao longo de décadas, buscando uma efetiva democratização do ensino superior, visando assim, a redução da desigualdade social em nosso país.

A manutenção de tais estudantes no ensino superior contribui sobremaneira para que, uma vez graduados, possam ingressar no mercado de trabalho de nível superior, catapultando sua renda, alçando-os, bem como suas famílias, das classes sociais menos favorecidas, quebrando um círculo vicioso de pobreza. E interessa a toda sociedade, posto que ele passa a contribuir para o desenvolvimento do país, como profissional qualificado e cidadão.

Na visão de Jannuzzi (2016, p. 42), a educação é uma das áreas setoriais de políticas públicas, nas quais o Brasil segue, a passos mais largos, o caminho trilhado pelos países mais desenvolvidos em décadas passadas, particularmente na esfera federal; já se identificando indícios de que a cultura de avaliação de programas sociais está se institucionalizando. Isto após mais de duas décadas de construção, alicerçada na produção de estudos e experiências consolidadas, marcos normativos, comunidades de profissionais especializados em formação e oferta regular na área de monitoramento e avaliação (M&A) em universidades e centros de pesquisa aplicada. (JANNUZZI, 2016, p. 42). É nessa tendência que a presente pesquisa busca construir uma avaliação de eficácia do referido Programa.

## 1.1 CONTEXTO

O contexto em que se localiza a questão social apresentada é a educação superior brasileira e a assistência estudantil no país.

A história do ensino superior no Brasil é recente. Só com a vinda da corte portuguesa, foram criadas as primeiras instituições do gênero. E somente com a República, surgiram as primeiras universidades. Mas, desde o seu início, era destinado aos filhos das elites.

Da década de 1930 ao início dos anos 1960, estudantes e professores organizados em movimentos sociais, reivindicam a defesa da educação pública e a modernização e a democratização do ensino superior no Brasil. Tal esforço, no entanto, foi barrado com o Golpe Militar em 1964. A partir de então, a UNE foi extinta e os professores e estudantes passaram a ser perseguidos e presos.

Com a redemocratização do país, veio a Constituição de 1988, alçando a educação como direito fundamental. Sucedem-se, então, grandes marcos normativos da educação e da assistência estudantil: as Lei de Diretrizes e Bases da Educação, o Plano Nacional de Educação, o Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais e o Plano Nacional de Assistência Estudantil.



O que se observa, todavia, desde a década de 1990, é uma expansão do ensino superior privado, inicialmente; com uma posterior ampliação - ainda que em menor escala - das vagas em instituições públicas de ensino superior.

Do Censo da Educação Superior de 2014, levado a cabo pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira do Ministério da Educação (INEP/MEC), participaram 2.368 instituições de educação superior no Brasil, sendo 87,4% privadas e apenas 12,6% públicas (MEC, 2015)<sup>1</sup>.

A expansão das vagas, tanto no ensino superior público como no privado, melhor beneficiariam os estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica se houvessem mecanismos de assistência estudantil que contribuíssem para a sua permanência, os quais foram sendo introduzidos por marcos normativos citados e por ações, como as executadas nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES).

A UTFPR iniciou o Programa de Auxílio Estudantil, no segundo semestre letivo de 2008, tendo como finalidade “apoiar o estudante para o seu desenvolvimento acadêmico e sua permanência na Instituição, buscando reduzir os índices de evasão decorrentes de dificuldades de ordem socioeconômica”, como regulado em Edital da Assessoria para Assuntos Estudantis da Universidade<sup>2</sup>. Um dos seus requisitos é a renda familiar do estudante de até 1,5 salário mínimo *per capita*, em consonância com o Decreto Nº 7234/10, enquadrando, portanto, estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica.<sup>3</sup>

---

<sup>1</sup> Os dados, sobre o relatório do ano 2015, ainda não estão disponíveis para o público em geral.

<sup>2</sup> Para concorrer ao processo de seleção do Auxílio Estudantil o estudante deverá: I. possuir renda familiar *per capita* não excedente a 1,5 (um e meio) salário mínimo nacional vigente, na forma do previsto no Art. 7º da Portaria Normativa nº 18/MEC de 11 out. 2012, disponível no sítio: [http://portal.mec.gov.br/cotas/docs/portaria\\_18.pdf](http://portal.mec.gov.br/cotas/docs/portaria_18.pdf) e no art. 5º, caput, do Decreto nº 7234/2010. II. ser estudante regular em curso presencial da UTFPR e estar frequentando as aulas de, no mínimo, uma disciplina; III. não estar cursando apenas Estágio, Trabalho de Conclusão de Curso e/ou Atividade Complementar; IV. realizar a inscrição no programa Auxílio Estudantil, disponível no Sistema Acadêmico preenchendo o Formulário para Solicitação de Auxílio Estudantil. [...] VI. não ter sido reprovado em nenhuma disciplina, quando matriculado em até 3 (três) disciplinas no semestre anterior, exceto para o estudante que não foi contemplado no semestre anterior pelo Programa Auxílio Estudantil da UTFPR; VII. não ter reprovado ou ter cancelado em mais de 30% (trinta por cento) das disciplinas cursadas quando contemplado pelo Programa Auxílio Estudantil da UTFPR no semestre anterior; [...] (UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ, 2016b).

<sup>3</sup> Vulnerabilidade social é um conceito multidimensional que se refere à condição de indivíduos ou grupos em situação de fragilidade, que os tornam expostos a riscos e a níveis significativos de desagregação social. Relaciona-se ao resultado de qualquer processo acentuado de exclusão, discriminação ou enfraquecimento de indivíduos ou grupos, provocado por fatores, tais como pobreza, crises econômicas, nível educacional deficiente, localização geográfica precária e baixos níveis de capital social, humano, ou cultural, dentre outros, que gera fragilidade dos atores no meio social”. (UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ, 2014a).

## 1.2 OBJETIVOS

### 1.2.1 Objetivo geral

Avaliar a eficácia do Programa de Auxílio Estudantil da UTFPR - Câmpus Curitiba, por meio de estudos comparativos do coeficiente acadêmico e da permanência dos estudantes bolsistas do Programa e dos demais estudantes da Universidade.

### 1.2.2 Objetivos específicos

- a) Analisar o coeficiente acadêmico dos estudantes bolsistas do citado Programa de Auxílio Estudantil da UTFPR - Câmpus Curitiba, em comparação com o dos demais estudantes do Câmpus, com o intuito de verificar se o Programa destinado aos primeiros tem garantido igualdade de condições de desenvolvimento acadêmico na instituição. Toma-se, desde já, o coeficiente acadêmico como medida do desenvolvimento acadêmico, sinônimo de desempenho acadêmico<sup>4</sup>;
- b) Analisar a permanência dos estudantes bolsistas, em comparação com a dos demais estudantes do Câmpus, com o objetivo de verificar se o Programa destinado aos primeiros tem garantido igualdade de condições de permanência dos estudantes na instituição; e
- c) Verificar se o objetivo do Programa de Auxílio Estudantil da UTFPR – Câmpus Curitiba foi cumprido, com base no Edital da Assessoria para Assuntos Estudantis da Universidade: apoiar o estudante para o seu desenvolvimento acadêmico e sua

---

<sup>4</sup> No Regulamento da organização didático-pedagógica dos cursos de graduação da UTFPR, consta a forma de cálculo do coeficiente de rendimento do estudante: é o somatório das notas de todas as disciplinas/ unidades curriculares (com poucas exceções), ponderadas pela carga horária de cada uma delas, resultando num número de 0 a 1. É uma medida direta e ampla do desenvolvimento acadêmico, posto que leva em conta todo o histórico de notas que refletem o desempenho do estudante na atividade acadêmica (UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ, 2011).

permanência na Instituição, buscando reduzir os índices de evasão decorrentes de dificuldades de ordem socioeconômica.

### 1.3 JUSTIFICATIVA

A questão social exposta é a permanência dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica no ensino superior. E para o seu enfrentamento, normas foram editadas e ações desenvolvidas, inclusive o Programa de Auxílio Estudantil da UTFPR.

Considere-se que o tema da pesquisa está alinhado com a área de concentração do Programa de Planejamento e Governança Pública, uma vez que se refere à atuação do Estado em promover o bem comum.

A governança pública é explanada por Matias-Pereira (2010; 2012) e é compreendida, nas palavras do autor como o sistema que determina o equilíbrio de poder entre todos os envolvidos em uma organização pública – governantes, gestores, servidores, cidadãos – “com vista a permitir que o bem comum prevaleça sobre os interesses de pessoas ou grupos”. (2010, p. 113).

No caso em pauta, busca-se a democratização da educação superior; bem comum que interessa, não só aos estudantes com origem nas classes sociais menos favorecidas, mas a toda a sociedade.

Prossegue o mesmo autor (2010, p. 113), delineando que “a organização, ao se desenvolver e atingir um melhor desempenho, alcança seus objetivos, que resultam em satisfação para todos os atores envolvidos”. O que se pretende com a presente pesquisa é, justamente, verificar se o objetivo do Programa colocado pela Universidade foi alcançado e em que monta.

Destaca-se que a boa governança guarda como características, no que interessa a esta pesquisa: eficiência, eficácia e efetividade; igualdade; e transparência (MATIAS- PEREIRA, 2010, p. 132).

Neste estudo, optou-se pela eficácia, que segundo Sander (1995, p. 29) é a capacidade de alcançar o objetivo proposto, como critério da avaliação em pauta. Igualdade de condições de permanência é que se busca com a assistência estudantil.

A disseminação dos resultados da avaliação do Programa contribuirá para a transparência do mesmo.

#### 1.4 ESTRUTURA DA PESQUISA

Para além da presente introdução, o presente documento apresenta mais quatro capítulos. O capítulo 2 expõem o marco teórico em que se baseia esta pesquisa. O capítulo 3 trata do procedimento metodológico adotado, incluindo as fontes utilizadas na coleta de dados, os indicadores construídos e a análise de dados. O capítulo 4 exhibe os resultados da pesquisa. O capítulo 5 conclui o estudo.

## 2 MARCO TEÓRICO

Dado que o objetivo geral da presente pesquisa é avaliar a eficácia do Programa de Assistência Estudantil executado na UTFPR – Câmpus Curitiba, cabe iniciar o marco teórico com os temas avaliação de programas sociais, avaliação de eficácia e indicadores.

Para a dissertação, foi revisada ainda a bibliografia sobre o histórico da educação superior; da política de educação superior e da assistência estudantil no Brasil.

### 2.1 AVALIAÇÃO DE PROGRAMAS SOCIAIS E AVALIAÇÃO DE EFICÁCIA

Faria (2005, p. 97) descreve avaliação como sendo uma atividade apta a fornecer elementos para novas intervenções ou a aprimorar políticas e programas em curso; servindo também a prestar contas e responsabilizar agentes estatais, como elemento basilar da *accountability*.

A avaliação de um programa é um esforço de análise que busca produzir informação e conhecimento para desenho, implementação e validação de programas sociais, com a finalidade de aprimorar a gestão das intervenções, no cumprimento dos seus objetivos (eficácia), nos termos da definição pragmática e aplicada de Jannuzzi, em sua recente obra sobre monitoramento e avaliação de programas sociais (2016, p. 46).

A eficácia foi o critério de avaliação (BAPTISTA, 2000, p. 117) eleito nessa pesquisa. Os outros dois, na mesma definição de Jannuzzi (2016, p. 46) são: efetividade, relativa aos impactos mais duradouros e abrangentes em termos de públicos e dimensões sociais alcançados; e eficiência, concernente aos custos condizentes com a escala e complexidade da intervenção. Além da avaliação da eficácia, esta pesquisa tangencia a avaliação da efetividade, em alguns indicadores, mesmo que ultrapassando os seus objetivos.

A avaliação em pauta é uma avaliação *ex-post*, esta que é realizada durante e após a implementação do objeto programa (CEPAL, 1998, p. 16). O Programa sob avaliação teve início no segundo semestre letivo de 2008 e segue até hoje.

Encerrada a pesquisa, apresentada e tornada pública a dissertação, a Universidade, poderá dela se utilizar para, se assim entender e contribuir para o Programa, revendo seus objetivos e procedimentos; posto que a eficácia com que o Programa consegue atender a demanda social ou equacionar a questão social colocada depende da competência técnica do seu desenho original, da especificação clara de seus objetivos, da capacidade de identificação dos público-alvo, da coordenação dos vários tipos de recursos, da execução das atividades e da entrega dos produtos (JANNUZZI, 2016, p. 18). Outras instituições públicas de ensino superior que mantêm programas semelhantes também poderão nela buscar subsídios.

Os estudantes, atores mais que envolvidos no processo, destinatários do Programa, conhecendo os resultados da pesquisa, podem eles também proporem melhorias e correções de rumo, buscando como resultado a satisfação para todos os envolvidos, tentando um equilíbrio de poder entre todos na organização, a fim de que prevaleça o bem comum, no espírito da boa governança, tal como preceituado pelo já citado Matias-Pereira (2010, p. 113).

O resultado da avaliação pode e deve, também, ser observado em termos de seu mérito e relevância, bem como de sustentabilidade.

O mérito ou relevância do Programa advirão de sua capacidade de oferecer uma solução consistente para o Programa a que estão relacionados e à sua capacidade de oferecer uma solução consistente para o problema social para o qual ele foi desenhado. Já a sustentabilidade do Programa refere-se às condições orçamentárias e operacionais de sua continuidade. Avaliações que demonstrem que o atingimento dos objetivos do Programa, a custos justificáveis, produzindo efeitos sociais mais abrangentes, são necessárias para legitimá-lo na sociedade e no governo, garantindo recursos e arranjos operativos que garantam sua continuidade. (JANNUZZI, 2016, p. 49). Ainda,

Em uma perspectiva mais ampla, pode-se considerar que eficácia corresponde ao resultado de um processo; entretanto, contempla também a orientação metodológica adotada e a atuação estabelecida na consecução de objetivos e metas, em um tempo determinado, tendo em vista o plano, programa ou projeto originalmente proposto. Quando se trata de política pública, considera-se que a eficácia não pode estar restrita simplesmente à

aferição de resultados parciais. Ela se expressa, também pelo grau de qualidade do resultado atingido. (BELLONI, 2007, p. 65).

Assim, a eficácia do Programa para além de traduzir-se na avaliação da capacidade de alcançar o objetivo proposto, pode ter seu escopo ampliado, conforme a exposta assertiva de Belloni, para incluir a orientação metodológica e a atuação para o atingimento dos objetivos e metas, como também o grau de qualidade do objetivo atingido.

## 2.2 INDICADORES

Definidos os critérios de avaliação, fez-se necessária a definição da forma como estes critérios serão operacionalizados, o que, no caso, se fará mediante indicadores.

Indicadores são meios de representação quantificáveis das características de produtos e de processos, associados à qualidade e ao desempenho, utilizados para controlar e melhorar os resultados. Possibilitam avaliar o desempenho de uma organização, num determinado período, em relação às metas e a outros referenciais, servindo para subsidiar a tomada de decisões e a reformulação ou readequação do planejamento, na definição de Silva e Souza-Lima, em sua obra sobre políticas públicas e desenvolvimento sustentável (SILVA; SOUZA-LIMA, 2010, p. 58).

Na presente pesquisa foram construídos indicadores na forma de medidas associadas ao desempenho do processo envolvido no Programa de Auxílio Estudantil na UTFPR – Câmpus Curitiba, com relação aos objetivos com fins de controle e melhora dos resultados deste, subsidiando a tomada de decisões e a reformulação ou readequação do planejamento.

Estes indicadores são dotados de significado social substantivo, usados para substituir, quantificar ou operacionalizar um conceito social abstrato, no caso, a igualdade de permanência e desenvolvimento no ensino superior, de interesse, ao mesmo tempo teórico (enquanto pesquisa acadêmica) e pragmático (quanto ao Programa). São indicadores sociais, portanto, no dizer de Jannuzzi (2003, p. 15).

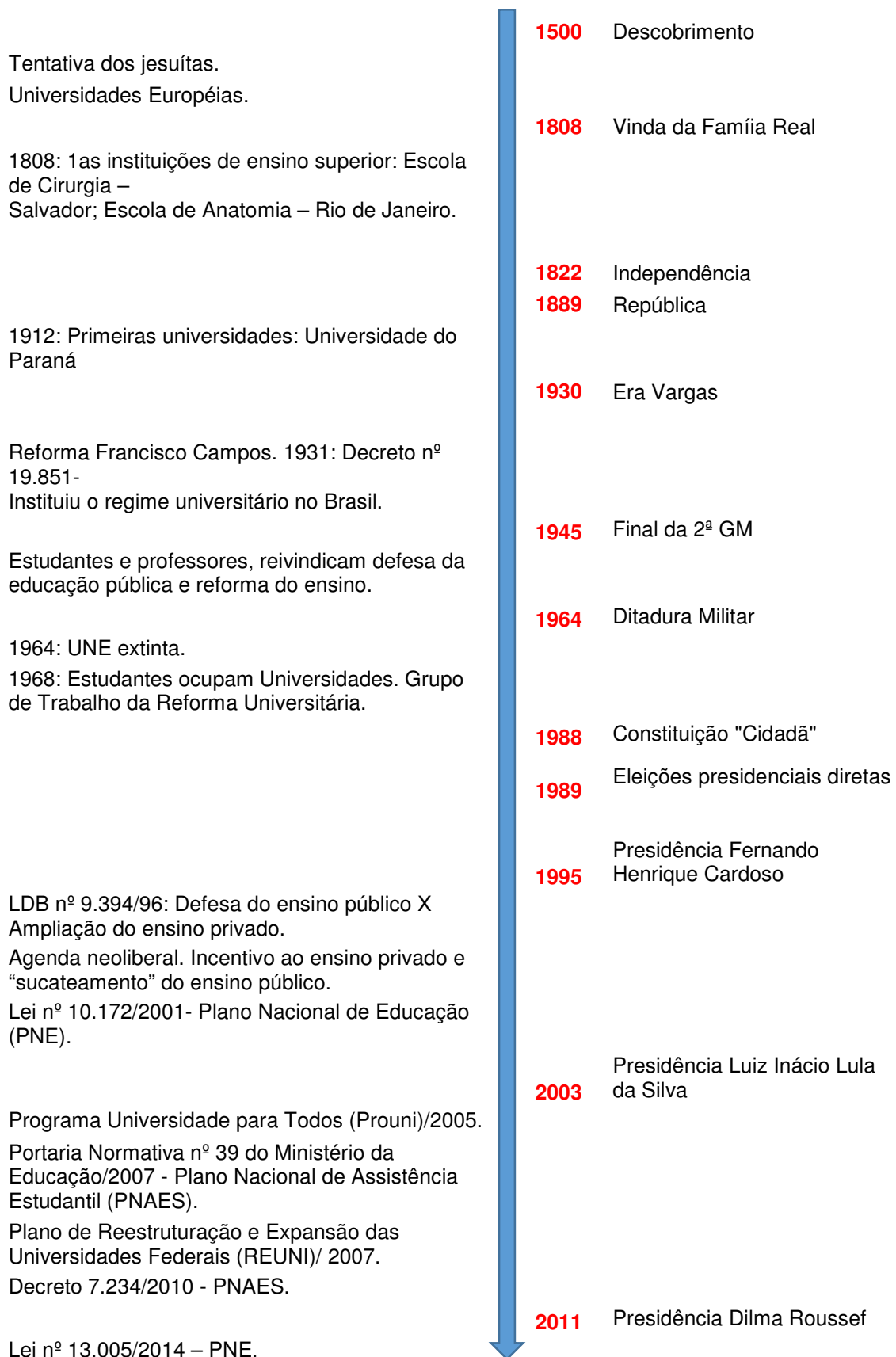
Na seleção dos indicadores, é importante o entendimento do que se quer medir, das informações que se quer gerar e dos conhecimentos que se quer compartilhar (REZENDE, 2012, p. 137). Assim, faz-se necessário detalhar o Programa que se quer avaliar, mas antes entender o seu contexto: a educação superior brasileira e a assistência estudantil no país.

### 2.3 HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL

Para uma maior aproximação do objeto de estudo da presente pesquisa é necessário realizar um relato, ainda que breve, da história da educação superior no Brasil.

A figura 1 sumariza essa história, na forma de uma linha do tempo, e que será relatada nos parágrafos seguintes.





**Figura 1 – Linha do tempo da história da educação superior no Brasil**  
**Fonte: Elaborada pela autora.**

### 2.3.1 Do Brasil – Colônia à Revolução de 1930

No Brasil colônia os filhos da elite brasileira estudavam na Europa. Destinavam-se principalmente à Universidade de Coimbra, com preferência para os cursos de Medicina e Direito.

Na época, Portugal obstaculizava tanto a criação de escolas de ensino superior quanto a imprensa em terras brasileiras. Previa que, no futuro, pudessem se constituir em focos ou instrumentos de libertação dos colonos, conforme relata Fávero (1980, p. 32-33). Os jesuítas promoveram a primeira tentativa de montar uma instituição de ensino superior, no século XVI, o que foi rechaçado pelo Governo Português.

Somente com a vinda da família real para o Brasil, em 1808, foram fundadas as primeiras instituições de ensino superior no Brasil, para atender às novas exigências da Coroa Portuguesa: a Escola de Cirurgia de Salvador; a Escola de Anatomia, no Rio de Janeiro, e, em mais dois anos, a Escola da Academia Real Militar. Já em 1854, surgiram as Escolas de Direito de São Paulo e do Recife. Instituições superiores de ensino que privilegiavam a formação de profissionais liberais foi o modelo que perdurou por todo o período imperial. No ano de 1879, o país contabilizava seis estabelecimentos de ensino superior.

Apenas com a República, surgiram as primeiras instituições denominadas Universidades. Em 1912, surgia a Universidade do Paraná e, em 1913, a Universidade de Manaus. De acordo com Fávero (1994 apud SOUZA, p. 51), “ambas apareceram como instituições livres e tiveram duração efêmera. Embora elas tenham existido de fato, os autores em geral são levados a considerar a Universidade do Rio de Janeiro, como a primeira universidade brasileira”, por ter sido instituída por decreto do Governo Central.

Com a Revolução de 1930, sobreveio a Reforma Francisco Campos, que reorganizou a Universidade do Rio de Janeiro e cuidou da criação do Conselho Nacional de Educação. Como “esse dispositivo exigia a existência de no mínimo três unidades de ensino superior para formar uma universidade”, foram criadas a Universidade de Minas Gerais e a Universidade de São Paulo (Souza, 1994, p. 51).

Nesta Reforma destaca-se o Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931, o qual instituiu o regime Universitário no Brasil:

O dispositivo legal estabelecia padrões de organização do ensino superior em todo o país e continha um modelo único de organização; didático-administrativa destinado ao ensino superior. (FÁVERO apud SOUZA, 1994, p. 52).

No primeiro período da Vargas (1930-1937), ressaltam Giambini et al. (2011, pg. 2), como elemento distintivo: “a incorporação, pela primeira vez na história brasileira, do “povo” (classe trabalhadora) como agente político relevante”. E prosseguem:

Esse fato - ao mesmo tempo inédito e auspicioso - imprimiria nova dinâmica ao processo político do pós-Guerra, permitindo importantes avanços na construção da democracia no país. (GIAMBINI et al, 2011, p. 2).

### 2.3.2 Da Segunda Guerra Mundial ao Regime Militar

Na esteira da ascensão da classe trabalhadora no cenário político, a partir da Segunda Guerra Mundial, em 1945, estudantes e professores, reivindicam a defesa da educação pública e a reforma do ensino, assumindo um protagonismo antes adstrito às elites.

Em 1946, sobleva-se a participação dos estudantes na reforma universitária, com o I Seminário Nacional da Reforma Universitária em Salvador. Souza (1994, p. 52), acrescenta que, no mesmo ano, o Ministro da Educação constituiu uma comissão para propor uma reforma geral na educação brasileira, o que mais tarde, em 1961, resultou na edição da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, que fixou as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Fávero (2006, p. 29) descreve que, na década de 50, sobretudo na tramitação do projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, surge a discussão em torno da questão da escola pública versus escola privada. Este tema, inicialmente restrito a professores e estudantes, passou a incorporar vozes novas em uma análise crítica e sistemática da universidade no país. E segue a autora a registrar que o movimento pela modernização do ensino superior no Brasil atinge seu ápice com a criação da Universidade de Brasília (UnB), em 1961, como a mais moderna

universidade do país naquele período. Destaca a mesma pesquisadora que, nesse contexto, a participação do movimento estudantil, em particular a União Nacional dos Estudantes (UNE) “de forma muito densa”, incluindo questões como a ampliação da oferta de vagas nas escolas públicas.

Tal esforço de modernizar e democratizar a educação brasileira, no entanto, foi barrado com o Golpe Militar em 1964. A partir de então, professores e estudantes foram perseguidos e presos e a UNE foi extinta pela Lei nº 4.464, de 09/11/1964.

Neste ponto vale citar o relato de Saviani (2003, p. 22) em que, em 1968, o próprio presidente da República designou os membros do Grupo de Trabalho da Reforma Universitária, que incluía os estudantes João Carlos Moreira e Paulo Bouças, que se recusaram a participar do grupo, na esteira de um movimento estudantil pelas reformas universitárias:

A recusa dos estudantes se explica uma que vez que o movimento estudantil universitário se transformara no único foco de resistência manifesta ao regime militar. E uma das principais bandeiras de mobilização era a reforma universitária. Em 1968, levando ao extremo suas pretensões, os estudantes decidiram fazer a reforma pelas próprias mãos. No mês de junho ocuparam as principais universidades e instalaram cursos-piloto e comissões paritárias, ficando algumas escolas sob o controle dos estudantes durante o mês de julho e praticamente todo o segundo semestre. É nesse quadro que o governo, como que raciocinando em termos de “façamos a reforma antes que outros façam” apressou-se a desencadear o processo baixando, em 2 de julho, portanto no auge da crise estudantil, o Decreto nº 62.937 que institui o Grupo de Trabalho da Reforma Universitária.

No mesmo ano, e sem a participação da sociedade, foi instituída a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a LDB nº 5.540/68, elaborada com a participação de grandes polemistas, como Carlos Lacerda e Anísio Teixeira.

Apesar do autoritarismo político do regime, a legislação previa a autonomia didático-científica, disciplinar, administrativa e financeira. Preconizava que o ensino deveria ser voltado para a pesquisa, para o desenvolvimento das ciências e das artes, e também para a formação de profissionais de nível universitário. Da mesma forma foi previsto que a pesquisa, indissociável do ensino superior, deveria ser ministrada em universidades e, excepcionalmente, em instituições de direito público ou privado.

Na década de 1970, como descreve Bello (2001, p. 12), a educação no Brasil segue um perfil tecnicista e acrítico, nos moldes da política autoritária sob a qual vivia o país. A nova edição da LDB, de nº 5.692/71 trazia características de educação de cunho profissionalizante. Era a época do “Milagre Econômico”, do plano

“desenvolvimentista” e de “investimentos públicos e políticas propícias à recuperação dos investimentos privados”, como relata Giambini (2011, pg. 69).

No final da ditadura militar, ao escrever sobre a “Universidade necessária”, Ribeiro (1975, p. 231) explicita a desigualdade então instalada no ensino superior brasileiro:

Mas é preciso vir avante, reconhecendo o caráter não-igualitário da comunidade universitária. Primeiramente, vem a existência de uma categoria minoritária de estudantes socialmente privilegiados e outra – a ampla maioria constituída pelo *proletariado estudantil*, proveniente de escolas secundárias de mais baixa qualidade, que deve trabalhar para custear seus estudos e originárias de camadas sociais mais pobres e menos cultas que tem dificuldade até para conviver e comunicar-se socialmente com as eminências da comunidade universitária. Desconhecer tais categorias e considerar o corpo discente como um todo heterogêneo equivale a dar apoio à estratificação social [...] (Grifo do autor).

### 2.3.3 Da Constituição de 1988 aos Dias de Hoje

Com a redemocratização do país, sobreveio a Constituição “Cidadã” de 1988, com importantes conquistas para a da classe trabalhadora:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, Constituição Federal, 1988).

Alves (2003, p. 1) assevera que, nela, a educação “é concebida como um direito fundamental, universal, inalienável e um instrumento de formação ampla na luta pelos direitos da cidadania e pela emancipação social”.

Sob essa nova ordem constitucional, editou-se a LDB nº 9.394/96 (BRASIL, 1996). No seu trâmite, ocorreram grandes embates: de um lado, os que defendiam o ensino público e, de outro, os que visavam a ampliação do ensino privado, como descreve Almeida:

As tensões no campo educacional, decorrentes das distintas forças sociais em relação à dimensão estratégica da educação no campo cultural e produtivo, determinaram longos processos de negociações e embates, fazendo com que as duas Leis de Diretrizes e Bases da Educação, elaboradas no século passado, tramitassem durante longos anos no Congresso Nacional até serem aprovadas, não sem articulações e golpes que conservassem a cultura política dos acordos no interior da própria elite dirigente: a primeira durante o período compreendido entre 1948 e 1961, a

segunda de 1988 até 1996, ou seja, treze e oito anos respectivamente. (2005, p. 11).

Ainda que marcada por diversas disputas políticas e, apesar do posicionamento crítico de diversos educadores, a nova LDB destaca-se por uma excessiva flexibilidade, como registra Martins (2007, p. 85), “deixando por esta via flancos abertos a praticamente todo o tipo de iniciativa do Poder Executivo Federal”.

Cinco anos após a aprovação da LDB/96, instituiu-se o Plano Nacional de Educação (PNE), Lei nº 10.172/2001<sup>5</sup>. Dentre seus objetivos, figura a questão da desigualdade no tocante à permanência na escola, tema do presente trabalho.

De acordo com Martins (2007, p. 77), o PNE deu novos rumos à educação. Observa, entretanto, que, “a legislação, além de expressar o conflito de interesses constituídos na sociedade brasileira, por si só não assegura que as modificações venham ser incorporadoras ao sistema educacional”.

Já em 2007, foi constituído o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), pela Portaria Normativa nº 39 do Ministério da Educação, de 12 de dezembro 2007 (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2007). Previa que as ações de assistência estudantil “devem considerar a necessidade de viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e agir, preventivamente, nas situações de repetência e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras”.

Ainda nesse mesmo ano, criou-se o Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), por força do Decreto nº 6.096/07 (BRASIL, 2007). Com características de contrato de gestão, visa reestruturar a rede federal de educação superior, partindo-se de projetos de expansão apresentados pelas universidades, com o estabelecimento de metas rígidas de desempenho com contrapartida financeira.

Tem por objetivo ampliar as condições de acesso e permanência no ensino superior e de otimizar o aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos nas universidades federais. Constam, ainda, como diretrizes do Plano:

I - redução das taxas de evasão, ocupação de vagas ociosas e aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno;  
[...]

---

<sup>5</sup> Posteriormente, a Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014 (BRASIL, 2014), veio novamente tratar do PNE.

V - ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil; (BRASIL, 2007)

A ampliação do acesso e do número de vagas nas instituições públicas de ensino superior foi sempre uma das bandeiras da juventude trabalhadora. No entanto, a expansão promovida pelo REUNI atendeu menos às reivindicações populares e mais às críticas do Banco Mundial no que se refere ao aproveitamento das estruturas já existentes e ao aumento da relação professores - estudantes (BANCO MUNDIAL, 1995, p. 13), num diagnóstico de subutilização de recursos no ensino superior brasileiro.

O mesmo Banco Mundial teceu críticas às despesas educacionais: moradia estudantil, alimentação e demais subvenções estudantis (BANCO MUNDIAL, 1995, p. 13). Ainda assim, à época, o Governo buscou implementar tais instrumentos de assistência estudantil, visando a permanência dos estudantes no ensino superior.

O fato é que há muito a ser feito, dado o atraso do sistema educacional brasileiro na comparação internacional, como registram Amann e Baer (2012, p. 421):

Aqui de acordo com muitas medidas - o analfabetismo, a frequência escolar, o investimento, o desempenho escolar, e graduação – o Brasil fica para trás do leste asiático e países recém-industrializados homólogos emergentes. De acordo com um relatório de 2010 pela UNESCO, o Brasil tem a maior taxa de estudantes do ensino fundamental repetindo anos na América Latina (18,7%) e tem uma das mais altas taxas de abandono na região.

#### 2.3.4 Política de Educação Superior no Brasil

À luz da relatada história da educação superior no país, passa-se a uma exposição da respectiva política, optando-se por um corte a partir dos anos 1990, por se entender ser o necessário à presente pesquisa.

No Brasil dessa década, as políticas sociais e econômicas encontravam-se sob a influência da agenda neoliberal<sup>6</sup>, tendo sido a política de educação superior

---

<sup>6</sup> Tal ideologia busca legitimar o projeto do capital de romper com as restrições sociopolíticas limitativas de sua liberdade de movimento. Procura atacar a intervenção do Estado na economia. Demoniza o Estado, apresentando-o como um trambolho anacrônico a ser reformado. Pela primeira vez na história do capitalismo, a palavra *reforma* perdeu o sentido tradicional de um conjunto de mudanças ampliativas de direitos; passando, a partir da década de 1980, a traduzir-se em supressão ou redução de direitos e garantias sociais. (NETTO; BRAZ, 2009, p. 227).

também diretamente afetada pelas reformas então promovidas. Os neoliberais responsabilizavam o próprio Estado pela crise em curso, como justificavam para a necessidade de sua redução, com a liberação das conquistas sociais para a exploração capitalista, como asseveram Chaves, Lima e Medeiros (2008, p. 332):

Para os defensores do neoliberalismo, as conquistas sociais, como o direito à educação, à saúde, aos transportes públicos, entre outros, devem ser regidas pelas leis do mercado, ou seja, o estado deve liberar os serviços sociais para a exploração do mercado capitalista direcionando suas ações com vistas à reprodução do capital.

As mesmas autoras (2008, p. 333) observam ainda que neste período, a universalização dos direitos sociais foi substituída pela focalização e o princípio da igualdade pelo da equidade.

Sob a égide do neoliberalismo, houve grandes privatizações, sucateamento das políticas sociais e minimização do Estado. Vale citar o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, de novembro de 1995, que permitiu a abertura do mercado ao capital estrangeiro, causando aumento do desemprego e o conseqüente aumento da demanda por serviços de assistência social, que se encontravam prejudicados.

Com relação à educação superior o quadro é o mesmo: incentivo ao ensino privado e “sucateamento” do ensino público. Já no primeiro governo do presidente Fernando Henrique Cardoso a conformação da LDB/96 permitiu que o Estado assumisse o controle e a gestão das políticas educacionais, com vistas a, no dizer de Chaves, Lima e Medeiros (2008, p. 335), uma “flexibilização/fragmentação por meio da diversificação institucional e a expansão pela via do setor privado, acentuando a privatização desse nível de ensino”.

O pensamento neoliberal buscou ampliar o consenso sobre a ineficácia dos serviços públicos e a necessidade de diversificar as fontes de financiamento, fortalecendo o ensino superior privado, inclusive por meio de liberalizações da educação como serviço e de isenções fiscais.

As reformas que favoreciam a privatização do ensino superior seguiram no governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, como demonstram os exemplos arrolados abaixo, ainda sob a influência das orientações do Banco Mundial (BANCO MUNDIAL, 1995, p. 31), no sentido da diversificação e privatização no ensino superior:

A introdução de uma maior diferenciação no ensino superior, ou seja, a criação de instituições não-universitárias e o aumento de instituições privadas podem contribuir para satisfazer a demanda cada vez maior de educação



superior e fazer com que os sistemas de ensino melhor se adequem às necessidades do mercado de trabalho.

A Lei nº 11.096/05 cria o Programa Universidade para Todos (PROUNI). Trata-se de extensão dos benefícios fiscais que as instituições de ensino superior (IES) filantrópicas já possuíam; em “troca” do preenchimento das “vagas ociosas” por estudantes “carentes”, afrodescendentes, portadores de necessidades especiais, indígenas, ex-presidiários; hoje aplicáveis a todas as instituições particulares de ensino superior.

Cavalcanti (2014, p. 9) assevera que a ampliação do ensino superior privado é uma consequência da desregulamentação das políticas públicas do Estado, privatizando-se direitos da classe trabalhadora. Afirma tratar-se de uma transferência de recursos públicos para o setor privado, através de isenções fiscais, além de repasses de recursos através do FIES<sup>7</sup> e do PROUNI. Observa que o recente Plano Nacional de Educação (PNE) - Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014 (BRASIL, 2014), mantém esta transferência:

Art. 5º, § 4º O investimento público em educação a que se referem o inciso VI do art. 214 da Constituição Federal e a meta 20 do Anexo desta Lei engloba os recursos aplicados na forma do art. 212 da Constituição Federal e do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, bem como os recursos aplicados nos programas de expansão da educação profissional e superior, inclusive na forma de incentivo e isenção fiscal, as bolsas de estudos concedidas no Brasil e no exterior, os subsídios concedidos em programas de financiamento estudantil e o financiamento de creches, pré-escolas e de educação especial na forma do art. 213 da Constituição Federal. (BRASIL, 2014).

É fato também que a expansão do setor privado nessa quadra da história nacional serviu à ampliação do acesso dos estudantes de menor renda, no dizer de Paula (2012) a cursos superiores, graças ao PROUNI e ao FIES:

Através desses programas, estudantes de baixa renda têm podido estudar em cursos de graduação e seqüenciais de formação específica, em instituições privadas de educação superior, com o auxílio de bolsas de estudos integrais e parciais.

---

<sup>7</sup> O Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies) foi criado em 1999 para substituir o Crédito Educativo, é também um programa de ação afirmativa do MEC. É destinado a financiar a formação de nível superior de estudantes que não têm condições de arcar integralmente com os custos de sua formação, regularmente matriculados em instituições não-gratuitas. (SEIFFERT; HAGE, 2008, p. 149).

Dados obtidos na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD/IBGE de 2004, apresentados pelas mesmas Chaves, Lima e Medeiros (2008, p. 343) retratam a distribuição de renda no Brasil da época:

Dos 181.270.380 moradores em domicílios particulares permanentes, 17.670.978 (9,7%) pertencem à classe com rendimento mensal de até 1 salário mínimo; 35.934.490 (19,8%) pertencem à classe de renda mensal de 1 a 2 salários mínimos e 29.255.748 (16,1%) são moradores em domicílios cuja a renda mensal é de 2 a 3 salários mínimos. Portanto, nessas faixas mais baixas de rendimento, encontra-se um total de 45,7% dos habitantes do País. Os moradores em domicílios particulares, cuja renda mensal é acima de 20 salários mínimos, são 6.669.825 o que representa 3,7% da população residente no país.

Tais dados só traduzem em números a implacável desigualdade de renda reinante no país. Boa parte da população brasileira, não consegue manter seus filhos em IES privadas, de custo inacessível a esta.

O estudo realizado pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), em 2010, já referenciado na introdução do presente trabalho, sobre o perfil sociocultural dos estudantes da graduação das universidades federais brasileiras, com base no sistema SIPE- BRASIL<sup>8</sup>, revela um mapa da distribuição de renda familiar dos estudantes do ensino superior público brasileiro.

O ensino superior no Brasil não só não espelha a sociedade do país como ainda a acentua as suas desigualdades:

Precisamos vencer a afirmação secular, repetida cotidianamente na grande mídia e em textos acadêmicos mundo afora, de que o campus é um espelho da sociedade e de que ele a reflete em todas as suas peculiaridades, privilégios, comoções e injustiças. Os dados mostram que o campus pode até ser um espelho da sociedade, mas é com certeza do tipo que distorce. Contas feitas, a conclusão a que se chega é uma só: sob muitos aspectos, os cursos de graduação não reproduzem, mas hipertrofiam as desigualdades sociais existentes. (RISTOFF, 2008, p. 46).

De acordo com o exposto, verifica-se que as IES públicas, estas gratuitas, por oferecerem um número razoavelmente menor de vagas, também não possibilitam o acesso à educação superior à população dos mais baixos níveis de renda, na medida em que seria necessário para efetivar-se uma real democratização do ensino superior.

---

<sup>8</sup> O SIPE é um instrumento utilizado para identificar o perfil dos estudantes dos cursos de graduação presenciais das Instituições Federais de Ensino Superior. Seu objetivo é definir e implantar metodologia, mecanismos computacionais e estatísticos para realizar a coleta e análise de informações sobre esse perfil, a fim de aprimorar o planejamento e a execução de políticas de programas de assistência estudantil em âmbito institucional e nacional.

Assim, há a desigualdade de acesso e para os que conseguem acesso, há a dificuldade de permanência, que contribui para reproduzir o modelo de extrema desigualdade social vigente no país. E mais:

Destaque-se que, além do custo da mensalidade nas IES privadas, tanto nestas quanto nas públicas, pesam outros custos, como: alimentação, material didático, transporte e moradia. No caso dos poucos que chegam às IES Públicas, a baixa renda familiar não garante meios para que esses jovens permaneçam na universidade até o final do curso, causando muitas vezes a retenção<sup>9</sup> e a evasão acadêmica”. (CAVALCANTI, 2014, p. 10).

Dessa forma, ainda que tenha havido uma expansão do ensino superior, notadamente o privado, o número de brasileiros com acesso e com possibilidade de permanência na Educação Superior segue baixo.

Na tentativa de ampliar o acesso e garantir a permanência dos estudantes egressos das classes de mais baixos níveis de renda nos bancos das IES públicas, foram criados os já referidos PNAES – Plano Nacional de Assistência Estudantil e o REUNI – Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, compondo a assistência estudantil no Brasil, objeto do próximo subcapítulo.

Alves (2003, p. 4) ressalva que a LDB de 1996 já refletia essa preocupação “com dispositivos que amparam a assistência estudantil, entre os quais destaca o Artigo 3º: O ensino deverá ser ministrado com base nos seguintes princípios: I – Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; (...)”.

## 2.4 ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO BRASIL

Repassada, ainda que de forma breve, a história da educação superior no Brasil, passa-se uma lupa sobre a assistência estudantil no Brasil.

---

<sup>9</sup> A retenção ocorre quando o estudante permanece mais tempo que o estabelecido na universidade, ocupando a vaga que poderia ser destinada a outro candidato. (FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS, 2001).

#### 2.4.1 Constituição Federal e Plano Nacional de Educação

A Constituição Federal (BRASIL, 1988), na letra de seus artigos 205 e 206, trata de a quem se destina e quais os princípios que regem a educação no país, destacando-se, na presente análise, a “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”, como o primeiro princípio arrolado no art. 206.

Importante registrar o Plano Nacional de Educação (PNE), fundado na Lei nº 10.172/2001, e posteriormente, em 25 de junho de 2014, substituída pela Lei nº 13.005. Alves (2003, p. 1) observa que, nele, “o ser humano é visto como um ser ativo, crítico e construtor da própria cultura. Para tanto é imprescindível seu acesso a uma escola que, além de formação ampla, desenvolva valores e atributos inerentes à cidadania”. Na Lei de 2001, consta como “OBJETIVOS E PRIORIDADES”, a redução das desigualdades sociais e regionais no tocante ao acesso e à permanência, com sucesso, na educação pública. Nas “METAS E ESTRATÉGIAS” da nova lei, de 2014, figura a questão da permanência e do aproveitamento escolar de várias categorias de estudantes, como beneficiários de programas de transferência de renda, bem como das situações de discriminação, preconceitos e violências na escola.

Gadotti (2003, p. 5) afirma que as classes populares, sempre estiveram à margem do poder no Brasil. Por conseguinte, as aspirações populares, em matéria de educação, não encontram ressonância: a educação é eminentemente elitista e antipopular.

Almeida (2000, p. 53) pontua que o sistema de educação brasileiro não permite a universalização do ingresso, posto que, em razão da luta pela sobrevivência, entre outros fatores, grande parte da população se obriga a trabalhar, abandonando os bancos escolares ainda com poucos anos de estudo, justificando-se um conjunto de ações assistenciais na educação superior, a fim de combater elevados índices de evasão:

Seja pelas dificuldades de se conciliar trabalho e escola seja pela perda de atrativo social da escola no que diz respeito às possibilidades reais de ascensão social via estudos ou ainda, em razão de que as alterações na esfera da produção acabaram por deslocar certos processos de qualificação da mão de obra, através de conhecimentos e informações, da escola para as próprias unidades produtivas ou por todos os fatores combinados, o fato é que a escola venha se esvaziando qualitativa e quantitativamente de forma cada vez mais acelerada. Daí o conjunto de ações assistenciais que foi

tomado para mudar esse quadro, inclusive na esfera da educação superior, onde são extremamente elevados os índices de evasão, chegando a cerca de 50%.

Alves (2003, p. 4) apresenta dados do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), indicativos de que, para 1997, “para uma parcela de 14% de estudantes, as dificuldades socioeconômicas como uma das causas de evasão e retenção”.

Em vista deste problema, o PNE, por pressão realizada pelo FONAPRACE, estabeleceu a inclusão de programas de assistência estudantil, para apoiar a manutenção de estudantes com menor poder aquisitivo na educação superior, com vistas a diminuir a desigualdade de oportunidades. Destaque-se que o FONAPRACE vê a assistência estudantil como um investimento (2012, p. 21;24-25).

Já nos anos 1970, Ribeiro (1975 p. 232) apontava para a necessidade de reavaliar procedimentos acadêmicos, visando a criação de uma “universidade verdadeiramente democrática e aberta”. E destaca a necessidade de reorganização dos serviços assistências a fim de criar mecanismos asseguradores da participação efetiva do “proletariado estudantil” na vida universitária, apontando algumas questões práticas, entre elas:

a fixação de uma política de bolsas de estudo que combine critérios de rendimento escolar com a mais justa verificação da situação econômica efetiva do petionário [...]  
o reexame das condições de estudo impostas aos estudantes que trabalham, facilitando-lhes a assistência às aulas em horários especiais ou liberando-os de algumas obrigações, mediante a criação de sistemas de verificação do aprendizado realizado em regime especial.

Novamente Alves (2003, p. 5), sinalizara que

As universidades que mantêm programas de assistência e realizam o acompanhamento acadêmico destes estudantes constaram que seu rendimento escolar médio foi igual, estatisticamente, aos estudantes provenientes de camadas sociais de maior poder aquisitivo,

Demonstrando, assim, que a efetividade da assistência estudantil como é instrumento de manutenção desses estudantes oriundos de famílias de menor renda no ensino superior e no seu desempenho acadêmico.

#### 2.4.2 Plano Nacional de Assistência Estudantil

Na esteira do PNE, em 2007, sobreveio o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES)<sup>10</sup> construído a partir de um trabalho conjunto da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), com representantes de todas as IFES, presentes em todos os Estados e no Distrito Federal, e do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE); mas, principalmente, por pressão do movimento estudantil, na luta pelo acesso e permanência no ensino superior.

Na pesquisa realizada em 2003 pelo FONAPRACE, foram identificados junto aos próprios estudantes, as necessidades primordiais para sua manutenção na universidade: moradia, alimentação, saúde e transporte. Esse trabalho, de suma importância, revelou, as dificuldades socioeconômicas dos estudantes como uma das causas da evasão e da retenção.

Na pesquisa da ANDIFES de 2010, sobre o perfil sociocultural dos estudantes da graduação das universidades federais brasileiras, (2011, p. 20), registra-se que 43,67% dos estudantes das universidades federais pertencem às classes C, D e E. Faz comparação com a distribuição de renda da população brasileira, segundo a Associação Brasileira das Empresas de Pesquisa (ABEP), de 2009, na qual se verifica que 67% da população pertence às classes C, D e E, adjetivando de flagrante distorção.

A mesma pesquisa da ANDIFES (2011, p. 21) compara pesquisas realizadas em 1996, 2003 e essa de 2010, observando pouca variação na proporção de estudantes das classes C, D e E, respectivamente, 44,3%, 42,8% e 43,7%, identificando como estudantes “que necessitam de algum tipo de assistência estudantil: alimentação, moradia, bolsa de trabalho, atendimento médico-odontológico, psicológico, etc.” O próprio PNAES (2007) ressalta que

Historicamente as IFES têm desenvolvido suas atividades de assistência estudantil, a partir das demandas apresentadas pelos estudantes. A partir das análises dos dados coletados, observa-se a necessidade de adequar a oferta de serviços em qualidade e quantidade, com relação à demanda

---

<sup>10</sup> No dia 20/07/2010, foi assinado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva o Decreto 7.234 de 20 de julho de 2010, (BRASIL, 2010) que dispõe sobre o PNAES. Destaca-se que o conteúdo do decreto não altera o conteúdo deste, apenas reforça a sua importância.

Alves (2003, p. 4.) corrobora a importância da assistência estudantil: “para que o estudante possa desenvolver-se em sua plenitude acadêmica, torna-se necessário associar, à qualidade do ensino ministrado, uma política efetiva de assistência”.

Para além da questão da permanência, constam como princípios do PNAES:

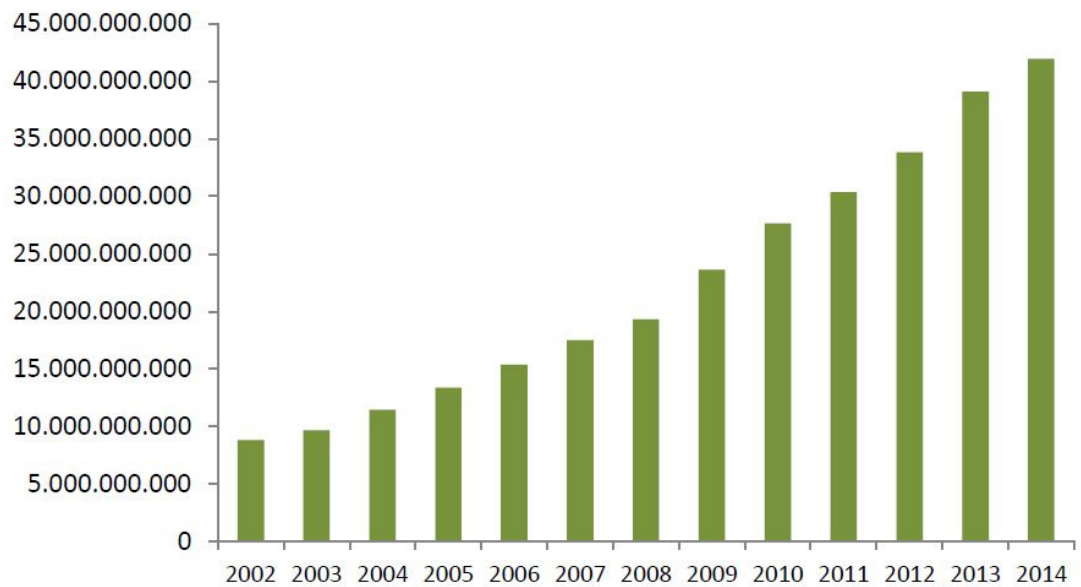
I) a afirmação da educação superior como uma política de Estado; II) a gratuidade do ensino; III) a igualdade de condições para o acesso, a permanência e a conclusão de curso nas IFES – Instituições Federais de Ensino Superior. IV) a formação ampliada na sustentação do pleno desenvolvimento integral dos estudantes; V) a garantia da democratização e da qualidade dos serviços prestados à comunidade estudantil; VI) a liberdade de aprender, de ensinar, de pesquisar e de divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; VII) a orientação humanística e a preparação para o exercício pleno da cidadania; VIII) a defesa em favor da justiça social e a eliminação de todas as formas de preconceitos; IX) o pluralismo de ideias e o reconhecimento da liberdade como valor ético central. (BRASIL, PNAES, 2007).

A partir das normas referidas, cabe às IFES implementarem programas de assistência estudantil ampliando o acesso à educação pública superior com recursos do PNAES, nos termos do art. 7º do Decreto nº 7.234/2010 (BRASIL, 2010).

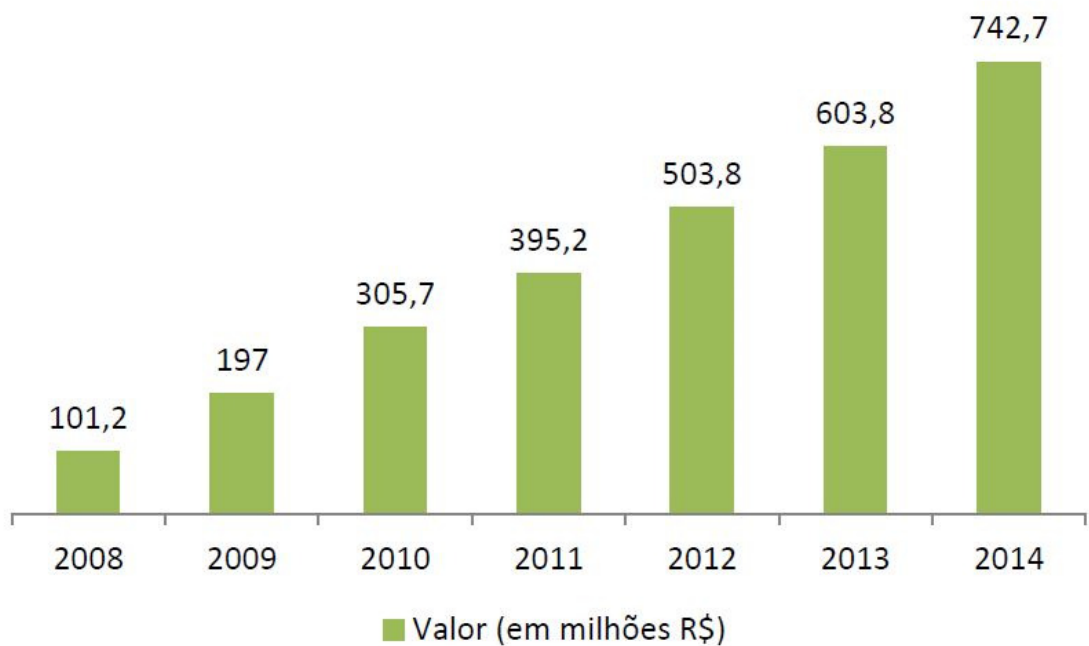
Dados da já referida pesquisa da ANDIFES de 2010 (2011, p. 33) dão conta de um índice de trancamento de matrícula de 12,4% no universo pesquisado, sendo 15% por motivos financeiros, número que sobe para 22,69% para as classes C, D e E.

## 2.5 INVESTIMENTOS EM ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

Os gráficos 1 e 2 demonstram o crescimento dos recursos financeiros empregados pelo governo, tanto no orçamento total das IFES, quanto no montante referente ao PNAES no orçamento das universidades federais, ou seja, a parte empregada na assistência estudantil.



**Gráfico 1 - Evolução orçamentária total (com inativos e convênios) das IFES (em R\$ bilhões)**  
 Fonte: Ministério da Educação (2016, p. 29).



**Gráfico 2 - Orçamento das universidades federais referente ao PNAES**  
 Fonte: Ministério da Educação (2016, p. 64).

O gráfico 1 demonstra que o investimento público nas IFES, pouco mais que duplicou, em termos nominais, entre 2008 e 2014. Já o montante que se refere à



assistência estudantil, no mesmo período, aumentou mais de 700%, em termos nominais, como se verifica do gráfico 2.

Remetendo-se à conceituação de política pública, são dados que demonstram que, para além da intenção, houve ação e crescente, na assistência estudantil.

O crescimento nos recursos financeiros é visível, porém em montante ainda longe do ideal. De acordo com o FONAPRACE, para que todas as ações do PNAES fossem contempladas seria necessário o incremento de R\$ 1,4 bilhões no orçamento dedicado à Assistência Estudantil sendo que:

O estudo foi baseado no número de matrículas e no perfil dos estudantes da rede e leva em consideração os estudantes que têm renda familiar de até 1,5 salário mínimo per capita. Hoje apenas 27% dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica são atendidos". (ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR, 2013).

## 2.6 UTFPR E SEU PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

A UTFPR é a primeira Universidade Federal Tecnológica do país. Originou-se na Escola de Aprendizes Artífices, fundada em 1909. Tornou-se Universidade, por obra da Lei nº 11.184, de 07 de outubro de 2005 (BRASIL, 2005), a partir do Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná (CEFET-PR). A Universidade tem foco na graduação, pós-graduação e extensão, oferecendo cursos superiores de tecnologia, bacharelados (entre eles engenharias) e licenciaturas, além de cursos técnicos de nível médio. Diferencia-se por uma forte atuação nos meios empresarial e comunitário, com destaque para a pesquisa aplicada e a cultura empreendedora. (UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ, 2013).

No final da década de 1970, ainda enquanto CEFET/PR, surgiam as ações de assistência ao estudante na instituição.

No início dos anos de 1980, foi criada a Divisão de Assistência ao Estudante (DIAES). Neste período, eram oferecidos diversos programas aos estudantes em situação de vulnerabilidade social como:

- Programa de Bolsistas: Aproximadamente 300 estudantes trabalhavam 4 horas na instituição e recebiam uma bolsa remunerada;

- Programa de Auxílio Alimentação e Transportes: Realizado através da Caixa Escolar;
- Isenção da Taxa de Matrícula: Na época, os estudantes efetuavam um pagamento semestral da taxa de matrícula. O programa atendia cerca de 2500 estudantes; e
- Programa de Auxílio de Material didático: Eram ofertados aos estudantes em situação de vulnerabilidade social livros didáticos, materiais de desenho, uniformes e demais materiais necessários para a sua permanência na instituição.

A divisão foi extinta em 2004, por não haver mais ações de assistência ao estudante financiadas pelo governo federal. A instituição também não possuía recursos próprios suficientes para a sua manutenção<sup>11</sup>.

No segundo semestre de 2008, por meio do REUNI, a UTFPR institui o Programa de Auxílio Estudantil, criando os Núcleos de Acompanhamento Psicopedagógico e de Assistência Estudantil (NUAPEs) e realizando concurso público para a contratação de servidores nas áreas de pedagogia, psicologia, serviço social e saúde, para acompanhamento, apoio na permanência e aprimoramento no processo de ensino-aprendizagem dos estudantes em situação de vulnerabilidade social. Também integram os NUAPEs, o Núcleo de Apoio à Saúde (NUASA) e o Núcleo de Apoio à Pessoa com Necessidades Específicas (NAPNE).

Neste período, o auxílio era apenas alimentar. O estudante recebia um vale-refeição que permitia a ele realizar suas refeições. No primeiro semestre do ano de 2010, os vales foram substituídos por refeições no Restaurante Universitário. Tal medida foi tomada para que o estudante ampliasse a sua vivência acadêmica.

No primeiro semestre de 2011, foi instituído também o Auxílio Básico no valor de R\$ 200,00, com o objetivo de auxiliar o estudante no transporte e/ou na aquisição de materiais didáticos.

No ano de 2013, foram implementadas duas novas modalidades de Auxílio Estudantil: Moradia e Instalação; complementando os auxílios já existentes. Também foi inaugurado um sistema de inscrições *on line* para que os estudantes pudessem concorrer aos auxílios.

---

<sup>11</sup> Essa narrativa foi construída a partir dos depoimentos das servidoras públicas da instituição que atuavam na DIAES na época.

O Auxílio Moradia visa contribuir com as despesas decorrentes da estadia do Estudante da UTFPR, que por ocasião do curso, necessita manter moradia fora do seu domicílio de origem. O auxílio é concedido ao Estudante na forma de recurso financeiro (pecúnia), no montante de R\$ 300,00 (valor atual) para cada mês que vigorar o auxílio previsto em edital.

O Auxílio Instalação visa contribuir com as despesas relacionadas com a instalação do estudante no município onde está situado o Câmpus da UTFPR no qual está matriculado. Este benefício é concedido na forma de recurso financeiro (pecúnia), no montante de R\$ 400,00, em uma única parcela, exclusivamente ao estudante ingressante no câmpus e que não tenha anteriormente recebido tal benefício neste câmpus.

No ano de 2014, os procedimentos referentes à inclusão dos estudantes no sistema utilizado no Restaurante Universitário foram ajustados para permitir o cruzamento de dados com o Sistema Acadêmico, possibilitando que os servidores dos NUAPes pudessem acompanhar a utilização do benefício pelos estudantes desistentes, com baixa frequência, etc.

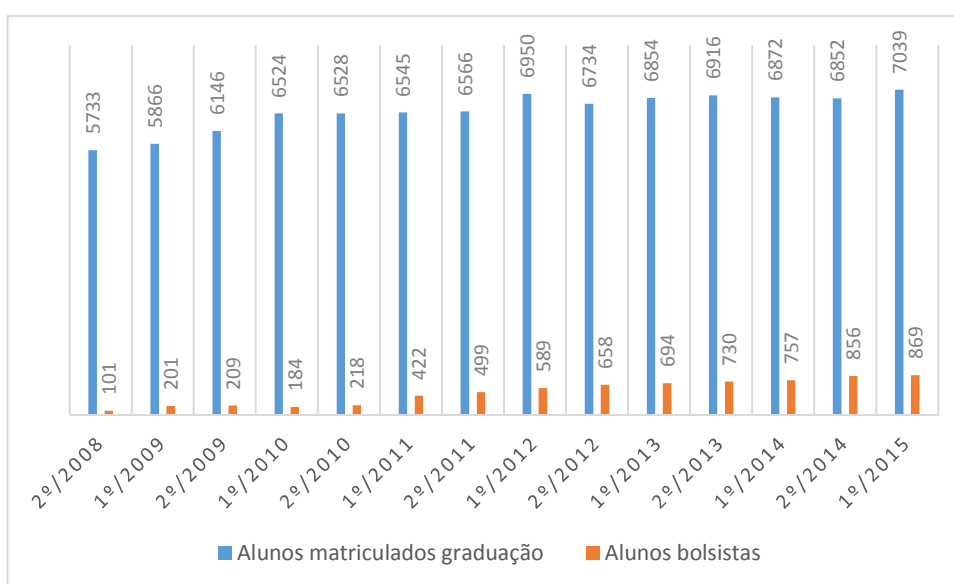
No início do primeiro semestre de 2015, a DIASA passou a denominação de Assessoria de Assuntos Estudantis (ASSAE), ganhando *status* de Pró-Reitoria (a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis está em fase de implantação, aguardando a aprovação no Conselho Universitário).

A partir de então, a ASSAE passou a gerir o Programa de Assistência Estudantil implementando a lista única de estudantes contemplados, entre todos os treze câmpus da instituição. Neste processo, são beneficiados os estudantes que, além de cumprirem os critérios estabelecidos em edital: renda *per capita*, documentação correta e aproveitamento acadêmico; apresentarem os maiores índices de vulnerabilidade social. O índice é calculado através de um sistema próprio, elaborado por comissão multidisciplinar da Instituição, e composto por Assistentes Sociais, levando-se em consideração local de moradia, origem, renda familiar, situação de saúde, etc.

No mesmo ano de 2015, foram implementados os Programas de Qualidade de Vida e a Bolsa de Protagonismo Estudantil, que não são objetos dessa pesquisa.

Atualmente a inscrição dos estudantes no Programa de Auxílio Estudantil é totalmente *online*, o que facilita o acesso dos estudantes aos auxílios, bem como a execução e gestão do Programa pelos órgãos envolvidos.

O gráfico 3 permite que se acompanhe a evolução do quantitativo de estudantes-bolsistas do Programa Auxílio Estudantil, em comparação com o total de estudantes matriculados no Câmpus Curitiba, por semestre letivo, demonstrando a crescimento da abrangência do Programa.



**Gráfico 3 - Evolução do número total de estudantes-bolsistas<sup>12</sup> e total de estudantes matriculados na graduação, no Câmpus-Curitiba**  
**Fonte: UTFPR (2016).**

O mais recente edital do Programa de Auxílio Estudantil da UTFPR é o EDITAL ASSAE 001/2016, de 22 de fevereiro de 2016 (UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ, 2016b). Tal Edital está baseado no Decreto nº 7.234/2010 (PNAES), bem como no Regulamento do Programa de Bolsa Permanência ao Estudante da UTFPR, aprovado pelo Conselho Universitário (COUNI) por meio da Deliberação nº 03, de 30 de maio de 2008, alterado por

<sup>12</sup> Foram apresentados apenas o número de estudantes atendidos e não por modalidades de auxílios atendidos. O mesmo estudante pode ser contemplado por até 4 modalidades de Auxílios: Alimentação, Básico, Moradia e Instalação.

Deliberações posteriores (UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ, 2010).

## 2.7. ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E PROGRAMA DE AUXÍLIO ESTUDANTIL DA UTFPR NA CLASSIFICAÇÃO DE PLANO E PROGRAMA

Em sua obra sobre Planejamento Social, Baptista (2000, p. 98) pontua, que, quando o documento se refere a propostas relacionadas a uma estrutura organizacional por inteiro, consubstancia um plano – é o caráter nacional do PNAES; quando se dedica a um setor, a uma área ou uma região, caracteriza-se como um programa – como o da UTFPR; e, quando se detém no detalhamento de alternativas singulares de intervenção, é propriamente um projeto – a forma como detalhes do Programa são implementados nos NUAPES de cada câmpus.

A distinção básica entre plano, programa e projeto está, portanto, no nível de agregação de decisões e no detalhamento das operações de execução, ou seja, o plano tem maior nível de agregação de decisões que o programa e este, mais que o projeto. Por outro lado, o projeto tem maior detalhamento das operações a serem executadas que o programa e este, mais que o plano (TEIXEIRA, 2009, p. 556). Este trabalho não desce ao nível de detalhamento de projeto.

O PNAES, enquanto plano, define finalidade e objetivos e distribui responsabilidades entre o Ministério da Educação e as instituições federais de ensino superior, ambientados no caráter geral do sistema, grades políticas e diretrizes; formulado de forma clara e simples. O Programa, no caso em foco, é, basicamente, desdobramento do PNAES, desce a mais detalhes, à base de coeficientes e de informações mais específicas (BAPTISTA, 2000, p. 99-100).

A avaliação do Programa planejado pela Assessoria para Assuntos Estudantis da Universidade da UTFPR, busca assegurar uma permanente adequação do planejado e do executado à intencionalidade do planejamento, de forma a considerar a dinâmica das variações e desafios permanentes postos na situação enfrentada, sendo medida em que permite detectar desvios, erros, bloqueios, os quais se interpõem a uma resposta significativa (BAPTISTA, 2000, p. 115).

## 2.8. ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL ENQUANTO POLÍTICA PÚBLICA

Secchi (2013, p. 2) define política pública como “uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público” e detalha os elementos fundamentais da política pública: intencionalidade pública e resposta a um problema público; ou seja, a razão para o estabelecimento de uma política pública é o tratamento ou a resolução de um problema coletivo e relevante.

Silva (2010 p. 16) trata, no trecho reproduzido a seguir, de Estado, governo e políticas públicas:

O Estado é uma organização política, administrativa e jurídica que se constitui com a existência de um povo em um território fixo e submetido a uma soberania.

[...]

O Estado é permanente neste processo, mas se estrutura a partir de governos, que são transitórios e fazem a gestão da coisa pública

[...]

A intervenção do governo ocorre pelas políticas públicas.

O mesmo autor apresenta uma lista de conceitos a respeito das políticas públicas, destacando-se para o presente trabalho:

A definição de política pública inclui dois elementos chave: ação e intenção. (Heidmann apud Silva, 2012, p. 18)

[...]

A formulação de políticas públicas ocorre quando os governos democráticos transformam seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real. (Souza apud Silva, 2012, p. 19).

Sintetizando, é possível delimitar a dupla característica de: a) intenção, propósito de um governo, a qual deve ser expressa por este; e b) ação, destinada a solução de um problema público.

Num Estado Democrático de Direito, como o brasileiro, a ação do Estado deve obedecer a um sistema de normas legais e infra legais.

A Lei nº 10.172/2001, do PNE, apenas em seu anexo faz menção à assistência estudantil. E não se refere a ela como um plano, mas apenas como programa:

4. EDUCAÇÃO SUPERIOR

4.3 Objetivos e Metas

[...]

34. Estimular a adoção, pelas instituições públicas, de programas de Assistência Estudantil, tais como bolsa-trabalho ou outros destinados a apoiar os estudantes carentes que demonstrem bom desempenho acadêmico. (BRASIL, 2001).

O Decreto nº 6.096/ 2007 (BRASIL, 2007), que institui o REUNI, trata da assistência estudantil como política, mas apenas a ela se refere, sem descer a detalhes: “Art. 2º O Programa terá as seguintes diretrizes: [...] V - ampliação de políticas de inclusão e Assistência Estudantil”.

O Portaria Normativa nº 39 do Ministério da Educação, estabelece o PNAES (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2007), na forma de plano. Já o Decreto nº 7.234/ 2010 (BRASIL, 2010), que igualmente trata do PNAES, elevou a assistência estudantil, na hierarquia normativa, de portaria para decreto.

A Lei nº 13.005/2014 (BRASIL, 2014) aprovou o novo PNE para o período 2010 – 2020. A assistência estudantil é, nesta Lei, é como instrumento para “superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação” (art. 2º, III, da Lei). No anexo, porém, há menção da assistência estudantil como política: “Meta 12: 12.5) ampliar as políticas de inclusão e de Assistência Estudantil dirigidas aos (às) estudantes de instituições públicas, [...]”.

Assim, tem-se a Assistência Estudantil inicialmente referida como um programa<sup>13</sup>, só mais recentemente referida como uma política, no novo PNE.

Na definição de política-pública no binômio intenção-ação, verifica-se que há intenção do governo, a qual é dada publicidade na forma de planos e programas e há ação, e crescente, como se constata da já exposta exponencial aplicação de recursos financeiros.

Só a lei obriga a fazer ou deixar de fazer. Ao Decreto cabe apenas regulamentar a lei, detalhando seus comandos, criando os meios necessários para fiel execução desta, como estabelece o art. 84, inciso IV, sem contrariá-la, tudo como estabelece a Constituição Federal (BRASIL, 1988).

Para a constituição da Lei, concorrem o Poder Legislativo e o Poder Executivo, seguindo rito denominado processo legislativo, incluindo discussão e aprovação

---

<sup>13</sup> Nos marcos normativos- os citados Portaria e Decreto- a Assistência Estudantil é entendida como programa. No entanto, o próprio Ministério da Educação se refere ao PNAES como Plano Nacional da Educação (MEC, 2016), assim como a ANDIFES (2016). Além disso, na seção anterior, demonstrou-se que o PNAES se enquadra perfeitamente na definição de plano, não na de programa.

parlamentar, sujeita a quóruns mínimos. O Decreto não passa por tal processo, é elaborado e assinado pelo chefe do executivo respectivo, sem participação do Legislativo, podendo ser alterada pelo próximo ocupante da cadeira.

Uma política pública normatizada apenas em decretos pode desaparecer ou ser mitigada do dia para a noite, na dependência de ato de uma única pessoa: o chefe do Executivo. A lei, ao contrário, sobrevive a mudança dos presidentes, governadores e prefeitos; posto que sua revogação ou alteração depende de um processo muito mais amplo, envolvendo representantes de toda a comunidade, da situação e da oposição, das minorias e das majorias, para segurança da sociedade.

A elevação da assistência estudantil à política pública e na forma de lei, lhe garantiria status de política de Estado - assegurando-lhe permanência - e não apenas de governo- caracteristicamente transitórios, conforme já referidas definições trazidas por Silva.

Esta preocupação com a estabilidade da assistência estudantil é expressa por Pinto e Belo no que se refere à questão do financiamento:

A novidade desse processo é a garantia de dotações orçamentárias para a Assistência Estudantil, investidas diretamente no orçamento das IFES. O Ministério da Educação subordina o REUNI aos Ministérios do Planejamento e da Fazenda, pois conforme o diploma legal, “o atendimento dos planos é condicionado à capacidade orçamentária e operacional do Ministério da Educação (BRASIL, 2007, art. 3º, §3º)”. Tal situação se torna preocupante, ao refletirmos que o PNAES se configura em um Decreto, ao invés de uma Lei. [...]. Esse ponto elucida os desafios e os limites da atual configuração da Assistência Estudantil nas IFES, uma vez que a inexistência de um aparato legal que torne obrigatória a intervenção do Estado na questão, o caminho está livre para que a lógica que dirige a Reforma da Educação Superior reduza ou elimine os recursos destinados às ações de Assistência Estudantil Universitária. (PINTO; BELO, 2012).

Magalhães e Oliveira (2012, p. 85) também corroboram o que vem sendo exposto, ao relatarem que o PNAES ainda não se configura como uma política pública permanente, por se tratar de um decreto, embora apresente significativos avanços ao estabelecer diretrizes para a permanência de estudantes de classes populares no ensino superior público federal, na perspectiva da inclusão social pela educação e da redução das desigualdades sociais e regionais.

Na Revista FONAPRACE comemorativa 25 anos (2012, p. 37), afirma-se a necessidade da elevação da Assistência Estudantil à categoria de política como instrumento de democratização do Ensino Superior:



Como decorrência desta Reunião, foram encaminhadas ao Conselho Pleno da ANDIFES (cf. Ofício 19/FONAPRACE, de 13/05/2010) as seguintes deliberações:

1. Reafirmação da importância do Programa Nacional de Assistência - PNAES (Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007), defendendo sua continuidade e seu direcionamento para uma **POLÍTICA DE ESTADO**, haja vista o papel relevante que essa política cumpre no processo educativo e formativo no ambiente universitário;

Situar a assistência estudantil e o Programa da UTFPR no desenho de conceitos de gestão pública abre espaço no presente trabalho, no afã de bem definir o objeto da avaliação, o Programa da UTFPR, a que se dedica o presente trabalho em seu contexto. Prospectar se este contexto, a Assistência Estudantil, é política ou plano é, em boa medida, medir a importância que o Estado lhe dá e, por conseguinte, a relevância da avaliação em foco.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este capítulo tratará da classificação da pesquisa, seu foco, as fontes utilizadas para a coleta de dados, evasão, os indicadores construídos, o procedimento de análise de dados, terminando com informações sobre pré-teste.

#### 3.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

A presente pesquisa objetiva, precipuamente, avaliar a eficácia do Programa de Auxílio Estudantil na UTFPR – Câmpus Curitiba. Situada no campo da pesquisa social, na definição de Marconi e Lakatos (2012, p. 4– 5), em se tratando da investigação dos efeitos da consecução de Programa de cunho social por uma instituição social; por meio da qual se podem obter novos conhecimentos no campo da realidade social, em que estão situados o Programa e a instituição em foco; utilizando-se da metodologia científica.

Busca-se verificar o efeito que a aplicação do dito Programa produz no coeficiente acadêmico e na permanência dos estudantes bolsistas, comparando-se, para tanto, com os estudantes não bolsistas.

Na visão de Richardson (2011, p. 16-17) a pesquisa social objetiva formular teoria que relacione assistência estudantil com desempenho acadêmico e permanência dos estudantes. É possível projetar hipóteses da teoria em construção:

H1) o coeficiente acadêmico e permanência são estatisticamente menores entre os bolsistas, indicando que o Programa da Universidade não produz totalmente o efeito a que se propõe;

H2) o coeficiente acadêmico e a permanência são estatisticamente iguais entre bolsistas e não bolsistas, tendo o Programa atingido seus objetivos; e

H3) o coeficiente acadêmico e a permanência são estatisticamente maiores entre os bolsistas, demonstrando não só o atingimento dos

objetivos do Programa, como também um esforço até maior desses estudantes não bolsistas na sua vida escolar.

Prosseguindo, dentro da metodologia científica, há de se verificar se a questão em pauta se enquadra no conceito de estudo de caso.

Tome-se como ponto de partida a definição de Yin (2005, p. 32):

Um estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos.

Oportuno também citar Martins (2008, p. xi):

Trata-se de investigação empírica que pesquisa fenômenos dentro de seu contexto real (pesquisa naturalística), onde o pesquisador não tem controle sobre eventos e variáveis, buscando apreender a totalidade de uma situação e, criativamente, descrever, compreender e interpretar a complexidade de um caso concreto.

No caso em pauta, o fenômeno a ser investigado é a relação entre o Programa e a o coeficiente acadêmico e a permanência na UTFPR – Câmpus Curitiba, no seu contexto, a educação superior e a assistência estudantil; buscando-se conhecer a realidade social em questão. O pesquisador não controla eventos e variáveis. O fenômeno é contemporâneo. Assim, observando-se os conceitos supra elencados, assume-se a classificação de estudo de caso.

O procedimento a ser proposto baseia-se em dados extraídos do Sistema Acadêmico da Universidade e dos documentos eletrônicos do NUAPE – Curitiba. Dada a quantidade e abrangência dos dados coletados, ainda que digam respeito apenas a um Câmpus de apenas uma universidade brasileira, entendeu-se que tal massa de dados já permite formular teorias, testar hipóteses, enfim, alcançar os objetivos colocados, com significativa confiabilidade.

Confiabilidade é a coerência de uma pesquisa, dada pela constância dos seus resultados (MARTINS, 2008, p. 90). Quanto maior o número de itens, tanto maior a confiabilidade do instrumento de pesquisa (RICHARDSON, 2011, p.184).

Os documentos dos quais se vale o procedimento em construção, são arquivos eletrônicos da instituição. Gil (2009, p. 77) salienta que “para alguns estudos, os dados de arquivo são tão importantes que por si só podem fornecer elementos para a realização de pesquisas quantitativas”, como se defende no presente caso.

Martins (2008, p. 8) trata do estudo de caso como uma estratégia de pesquisa. Gil (2009, p. 8-9) o tem como um delineamento de pesquisa. Este último destaca,

como um dos aspectos mais evidentes do estudo de caso, a sobreposição de áreas do delineamento, e prossegue:

Com efeito, o estudo de caso apresenta interfaces com outros delineamentos. [...] vale-se tanto da observação e da interrogação, quanto da documentação para a coleta de dados. Assim, assume algumas das características tanto do estudo de campo, quanto do levantamento e da pesquisa documental.

Dando continuidade, procedeu-se a uma pesquisa bibliográfica e documental preliminar visando compreender o contexto - educação superior e a assistência estudantil - daí consolidando a justificativa e os objetivos do trabalho.

Observe-se, que, para além das citadas pesquisas documental e bibliográfica preliminares, a coleta e o tratamento dos dados advindos das referidas fontes, é procedimento com características de pesquisa documental, sobreposto ao delineamento mais marcante de estudo de caso.

Tem características de pesquisa aplicada, porquanto seus resultados sejam aplicados na solução de problemas reais (MARCONI; LAKATOS, 2012, p. 6); no caso, defender ou não a utilidade do Programa em pauta, este que envolve recursos públicos de milhões de reais a cada ano.

É pesquisa descritiva – quantitativa, enquadrando-se na definição de Martins (1994, p. 26):

São abordagens que apresentam em comum a utilização de técnicas de coleta, tratamento e análise de dados marcadamente quantitativas. Privilegiam estudos práticos. [...]. Têm forte preocupação com a relação causal entre variáveis.

A pesquisa bibliográfica e documental preliminar, que buscou entender o contexto até chegar aos objetivos é qualitativa e exploratória, ao visar “proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses” (GIL, 2002, p. 41).

### 3.2 FOCO DA PESQUISA

O foco da pesquisa, ou o caso em estudo, é a relação entre o Programa de assistência estudantil na UTFPR – Câmpus Curitiba e o coeficiente acadêmico e a permanência dos estudantes bolsistas do Programa, distribuídos em quarenta e dois

cursos, de bacharelado (incluindo as engenharias), licenciatura e tecnologia, entre o segundo semestre letivo de 2008 e o primeiro semestre letivo de 2015.

A Universidade é constituída de 13 câmpus distribuídos pelo Estado do Paraná, cada qual com sua particularidade, em especial em função de questões regionais; sendo que o Câmpus Curitiba é o que possui o maior número de estudantes correspondendo a 32% do total de matrículas realizadas no 1º semestre de 2015 (UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ, 2016). Optou-se por limitar a pesquisa a este câmpus, a fim de afastar os desvios que poderiam ocasionar, no estudo de caso presente, as nuances de cada câmpus.

Enfim, conclui-se que é um estudo de caso único, ao referir a uma única organização. Os milhares de estudantes e dezenas de cursos sobre os quais foram coletados os dados são unidades de análise (GIL, 2009, p. 51-52).

### 3.3 COLETA DE DADOS

Para além da pesquisa bibliográfica e documental preliminar, os dados que embasaram o estudo foram considerados como advindos de duas categorias de fontes. Os originários de fontes tidas como principais, por abrangerem todo um universo de milhares de estudantes do Câmpus Curitiba: o Sistema Acadêmico da Universidade e de documentos eletrônicos do NUAPE – Câmpus Curitiba. Os que vieram de fonte tomada como complementar, por abranger um universo de umas poucas centenas de ex-estudantes bolsistas aos quais foi aplicado um questionário.

#### 3.3.1 Fontes principais

As duas principais fontes de dados selecionadas foram: o Sistema Acadêmico da Universidade e os documentos eletrônicos do NUAPE – Câmpus Curitiba, com

dados do Programa de Auxílio<sup>14</sup>. A primeira traz informações de todos os estudantes da Universidade, no período citado, enquanto a última se refere apenas aos estudantes bolsistas do Programa em foco.

A primeira fonte abrange, originalmente, registros, referentes a estudantes ingressados desde 1979 até o primeiro semestre letivo de 2015. Cada registro refere-se a um estudante em um determinado curso. Assim, se o estudante ingressou em mais de um curso na Universidade, por exemplo, por ter desistido do primeiro ou mudado de curso, constará, neste banco de dados, em mais de um registro, um para cada curso.

A segunda fonte é composta de documentos eletrônicos, na forma de planilhas, nas quais se registram as bolsas concedidas no âmbito do Programa de Auxílio Estudantil da UTFPR - Câmpus Curitiba, iniciando-se no segundo semestre de 2008 até o primeiro semestre de 2015. Totalizam 2.195 estudantes bolsistas (se ele ingressou em mais de um curso na Universidade, aparecera mais de uma vez neste cômputo).

Dos estudantes que receberam bolsa, o mais antigo deles ingressou na instituição no primeiro semestre de 2000. Assim, decidiu-se por descartar os dados de estudantes que teriam ingressado antes desse período. Restaram 24.308 registros na primeira fonte.

Dos dados brutos extraídos do Sistema Acadêmico, foram selecionadas as seguintes informações:

- a) Grau: Bacharelado; Licenciatura; Tecnologia.
- b) Curso: Administração; Arquitetura e Urbanismo; Comunicação organizacional; Design; Educação física; Química; Sistemas de informação; Engenharias civil, de computação, de controle e automação, de produção civil, elétrica, eletrônica, industrial elétrica - ênfase automação, industrial elétrica – ênfase eletrônica industrial e telecomunicações, industrial elétrica – ênfase eletrotécnica, industrial mecânica e mecânica; licenciatura em física, em letras português – inglês, em matemática, em química; curso superior de tecnologia em artes gráficas, em atividades físicas de academia, em automação

---

<sup>14</sup> Foi autorizado pelo Pró-Reitor Adjunto de Graduação e Educação Profissional, a utilização dos dados do sistema acadêmico da UTFPR, referentes aos estudantes do Câmpus Curitiba, na presente pesquisa, sob a condição de não constarem, na dissertação, quaisquer dados relativos aos estudantes específicos, mas tão somente informações agregadas por curso.

industrial, em comunicação empresarial e institucional, em comunicação institucional, em comunicações digitais, em concreto, em construção civil, em design de móveis, em design gráfico, em eletrônica, em eletrotécnica, em gestão comercial elétrica, em gestão da manufatura, em mecânica industrial, em processos ambientais, em química ambiental, em radiologia, em radiologia médica, em telecomunicações e em sistemas para internet.

- c) Código (do estudante);
- d) Coeficiente acadêmico;
- e) Ano letivo de ingresso;
- f) Semestre letivo de ingresso;
- g) Período letivo atual; e
- h) Situação: Afastado para estudo no exterior; Desistente; Em mobilidade (intercâmpus); Exame Nacional de desempenho dos estudantes (ENADE) pendente; Expulso; Falecido; Formado; Jubilado; Matrícula sub judice; Mudou de curso; Regular; Trancado; Transferido.

Dos dados coletados no NUAPE - Câmpus Curitiba, foram selecionadas as informações abaixo:

- a) Código (do estudante); e
- b) Semestre letivo em que foi bolsista.

### 3.3.2 Fonte complementar – questionários aplicados a ex-bolsistas graduados e desistentes

A fim de complementar as informações mencionadas, foi aplicado um questionário eletrônico, com base na ferramenta “Formulários Google”, do “Google Docs”<sup>15</sup>, em 214 ex-bolsistas graduados em cursos superiores na Universidade e 373 ex-bolsistas que desistiram do curso (não permaneceram) na Universidade, dentre os ingressos desde o ano 2000. Foram elaborados dois questionários, os quais estão

---

<sup>15</sup> É possível criar pesquisas ou votações e preparar testes para estudantes, bem como coletar outras informações com o Formulários Google, a partir do Drive ou de qualquer planilha já existente e registrar as respostas a esse formulário (<https://support.google.com/docs/answer/87809?hl=pt-BR>).

reproduzidos no Apêndice A uma para cada um desses grupos de estudantes, tendo respondido 60 graduados e 53 desistentes, 28,04% e 14,21%, respectivamente, do total de estudantes convidados, via correio eletrônico, a responder o questionário<sup>16</sup>.

O questionário dirigido ao primeiro grupo versava sobre curso, ano/ semestre de graduação, atividades conjuntas aos estudos, residência antes e durante a permanência na Universidade, composição da sua renda para se manter estudando na Universidade, atendimentos recebidos do NUAPE, dificuldades durante o curso, modalidades de Auxílio Estudantil das quais foi beneficiário, tempo de bolsa, grau de contribuição de cada modalidade de bolsa auxílio para a permanência e conclusão do curso, se atualmente trabalha na área de formação, em qual posição, em qual faixa de renda, apoio do Programa para o desenvolvimento acadêmico e prescindibilidade do Programa para a conclusão do curso e sugestão de melhoria, crítica, elogio ou outra manifestação referente ao Programa<sup>17</sup>.

Os questionários aplicados ao segundo grupo, além das perguntas comuns ao primeiro, foram também incluídas questões sobre ano/ semestre de desistência, dificuldades encontradas durante o curso e situação acadêmica/ profissional atual.

### 3.4 INDICADORES

Serão apresentados os indicadores desenhados para avaliar a eficácia do Programa. Estes foram divididos em dois grupos, segundo divisão difundida por Jannuzzi (2016, p. 113-114), em indicadores-chave e complementares, com definições a seguir. A diferença é marcada pela relação direta dos primeiros com os objetivos propostos no presente trabalho, frente a uma relação mais indireta, complementar dos segundos com tais objetivos.

---

<sup>16</sup> Todos os ex-bolsistas que responderam o questionário concordaram expressamente com a das suas respostas na elaboração de dissertação de mestrado, “SEM A DIVULGAÇÃO DE NENHUM DADO PESSOAL, E-MAIL, CÓDIGO OU QUALQUER OUTRA IDENTIFICAÇÃO PESSOAL”.

<sup>17</sup> Não foram incluídas pergunta relativas ao perfil do estudante, por se avaliar que esta categorização também não estava presente nas fontes principais.



### 3.4.1 Indicadores-chave

Constituem-se em um conjunto restrito de indicadores cobrindo macroprocessos e resultados estratégicos do Programa (JANNUZZI, 2016, p. 114). No sistema de indicadores construído no presente estudo, são eles os indicadores coeficiente acadêmico comparativo, expressão do desenvolvimento acadêmico, e evasão comparativa, definidos conforme a Tabela 1.

Tabela 1 – Indicadores- chave coeficiente acadêmico comparativo e evasão comparativa

Indicadores	Significado	Fonte de dados	Fórmula	Interpretação/sentido
Coeficiente acadêmico comparativo	Diferença percentual entre a média do coeficiente acadêmico dos bolsistas e a dos não bolsistas, por curso e por grau	Sistema acadêmico + Dados do NUAPE	1) Em cada curso ou grau; calcula-se a média do coeficiente acadêmico dos estudantes bolsistas; Faz-se o mesmo para os não bolsistas (MCB <sup>18</sup> e MCNB <sup>19</sup> ); e 2) Para cada curso ou grau, calcula-se a diferença percentual entre a média do coeficiente acadêmico dos bolsistas e a dos não bolsistas ((MCB-MCNB)/MCNB*100).	Crescente com o coeficiente acadêmico do bolsista. Quanto mais próximo de zero ou positivo, maior a eficácia do Programa.
Evasão comparativa, por curso e por grau	Diferença percentual entre percentual de evadidos bolsistas e não bolsistas, por curso e por grau	Sistema acadêmico+ Dados do NUAPE	1) Em cada curso ou grau, calcula-se o percentual de bolsistas evadidos (situação “Desistente”, “Jubilado” e “Trancado”); dividindo-se a contagem destes pelo total de bolsistas do curso; Faz o mesmo para os não bolsistas (EB <sup>20</sup> e ENB <sup>21</sup> ); e 2) Para cada curso, calcula-se a diferença percentual entre percentual de evadidos bolsistas e não bolsistas ((ENB-EB)/EB*100).	Decrescente com a permanência do bolsista. Quanto mais próximo de zero ou negativo, maior a eficácia do Programa.

Fonte: Elaborada pela autora.

<sup>18</sup> Média do coeficiente acadêmico dos bolsistas.

<sup>19</sup> Média do coeficiente acadêmico dos não bolsistas.

<sup>20</sup> Percentual de bolsistas evadidos.

<sup>21</sup> Percentual de não bolsistas evadidos.

Os indicadores assim construídos representam os resultados previstos para o Programa em seu Edital: apoiar o estudante para o seu desenvolvimento acadêmico e sua permanência na Instituição, buscando reduzir os índices de evasão decorrentes de dificuldades de ordem socioeconômica.

A avaliação de um programa requer, ainda, que sejam definidos os padrões de referência utilizados para julgar seu desempenho. O estudo em questão adotou como referência para avaliação dos indicadores, padrões históricos, ou seja, os resultados que vêm sendo obtidos pelos estudantes bolsistas e não bolsistas, para ingressos do primeiro semestre de 2000 até o primeiro semestre de 2015 no câmpus Curitiba.

É importante para a pesquisa conceituar os seus elementos de interesse, em particular, a evasão. A ANDIFES assim define evasão, em três modalidades (1996, p. 16):

No sentido de aclarar o objeto de estudo, a Comissão, mesmo reconhecendo as limitações possíveis desta opção, decidiu por caracterizar evasão distinguindo: • evasão de curso: quando o estudante desliga-se do curso superior em situações diversas tais como: abandono (deixa de matricular-se), desistência (oficial), transferência ou reopção (mudança de curso), exclusão por norma institucional; • evasão da instituição: quando o estudante desliga-se da instituição na qual está matriculado; • evasão do sistema: quanto o estudante abandona de forma definitiva ou temporária o ensino superior.

A definição adotada no presente trabalho é a primeira delas, a evasão do curso. Assim é que, dos dados do sistema acadêmico, foram computadas como evasão, no cálculo de evasão comparativa, as situações: “Desistente”, “Jubilado” e “Trancado”.

### 3.4.2 Indicadores-complementares

Foram ainda construídos indicadores-complementares a cada macroprocesso ou resultado, que ajudam a interpretar cada um dos indicadores-chave (JANNUZZI, 2016, p. 114).

Os dois primeiros indicadores-complementares são estudantes formados e estudantes afastados para estudo no exterior, tal como estabelecido na Tabela 2.

A situação “Formado” tem significado inverso da desistência, na avaliação da eficácia do Programa, sendo o que se espera do estudante que permaneceu no curso até a sua conclusão.

Para os afastamentos para estudo no exterior, no âmbito do Programa Ciências sem Fronteiras, os estudantes devem apresentar, entre outros requisitos, coeficiente de rendimento mínimo de 0,65 (UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ, 2014b). É indicador-complementar, portanto, que reflete o coeficiente acadêmico.

Tabela 2 – Indicadores-complementares formados comparativo e afastados para estudo no exterior comparativo

Indicadores	Significado	Fonte de dados	Fórmula	Interpretação/sentido
Formados comparativo, por curso e por grau	Diferença percentual entre percentual de formados bolsistas e não bolsistas, por curso e por grau	Sistema acadêmico+ Dados do Nuape	Igual à do “indicador evasão comparativa, substituindo-se a situação somente por “Formado”.	Crescente com a permanência do bolsista. Quanto mais próximo de zero ou positivo, maior a eficácia do Programa.
Afastados para estudo no exterior comparativo, por curso e por grau	Diferença percentual entre percentual de afastados para estudo no exterior bolsistas e não bolsistas, por curso e por grau	Sistema acadêmico+ Dados do Nuape	Igual à do “indicador evasão comparativa”, substituindo-se a situação somente por “Afastados para estudo no exterior”.	Crescente com o coeficiente acadêmico do bolsista. Quanto mais próximo de zero ou positivo, maior a eficácia do Programa.

Fonte: Elaborada pela autora.

Os indicadores-complementares restantes têm por base informações que emergiram dos questionários aplicados<sup>22</sup>, entre eles: “dificuldades durante o curso”, “apoio do Programa para o desenvolvimento acadêmico”, “prescindibilidade do Programa para a conclusão do curso” e “manifestação aberta”.

<sup>22</sup> Em função dos objetivos da pesquisa e tendo em vista ser esta uma fonte complementar da pesquisa principal, apenas alguns dos resultados obtidos da aplicação dos questionários são referidos e analisados.

Diferentemente dos quatro indicadores anteriores; objetivos, por se referirem a eventos concretos da realidade social, construídos a partir de dados administrativos (JANNUZZI, 2003); estes últimos são subjetivos, medidas: construídas a partir da avaliação dos indivíduos e especialistas com relação a diferentes aspectos da realidade, utilizam técnicas do tipo pesquisa de opinião. (JANNUZZI, 2003, p. 20-21).

Salvo o “indicador manifestação aberta”, qualitativo, todos os demais são quantitativos.

### 3.5 ANÁLISE DE DADOS

Os objetivos propostos na presente pesquisa já determinaram o método de análise por comparações constantes. Gil (2009, p. 97) ressalta ser o método reconhecido por muitos pesquisadores como um dos modelos mais adequados para análise quantitativa de dados. E completa:

Para se chegar a uma teoria fundamentada, o pesquisador [...] reúne um volume de dados referente a determinado fenômeno. Após compará-los, codifica-los e ao extrair suas regularidades, conclui com teorias que emergiram desse processo de análise. Chega-se assim a uma teoria fundamentada (*grounded*) nos dados.

Sobre as etapas da análise de dados, autores como Dey, além de Miles e Huberman (1993; 1994, apud Gil, 2009, p. 100), defendem a sistematização em três grandes etapas:

- 1) Redução, referindo-se ao processo de seleção, focalização, simplificação, abstração e transformação dos dados obtidos;
- 2) Exibição, que trata da organização dos dados selecionados de forma a possibilitar a análise sistemática das semelhanças e diferenças e seu inter-relacionamento; e
- 3) Conclusão e verificação, na qual o pesquisador procura identificar o significado dos dados, incluindo suas regularidades, padrões e explicações; verificando também se as conclusões são dignas de crédito.

No que se refere a primeira dessas etapas, de redução, as operações expostas a seguir devem ser realizadas, após a qualificação a que se destina o presente documento.

- a) No conjunto de dados originado no NUAPE – Câmpus Curitiba, os registros referentes a cada estudante devem ser concentrados em apenas um registro por estudante, com a concatenação de todos os semestres em que o estudante foi bolsista e a contagem de quantos foram esses semestres;
- b) Foi introduzida mais um “Grau”, além de bacharelado, licenciatura e tecnologia, ao segregar-se do primeiro as engenharias;
- c) A partir dos dados oriundos do Sistema Acadêmico, para cada estudante, deve ser verificado se ele teria sido bolsista, com base nos dados do NUAPE – Curitiba, trazendo-se, em caso positivo as informações sobre os semestres e a quantidade de semestres em que o estudante foi bolsista;
- d) Aplica-se, então, os indicadores-chave, coeficiente acadêmico comparativo e evasão comparativa, e complementares, formados comparativo e afastamento para estudo no exterior comparativo a esta base de dados, tal como definido na seção anterior.

### 3.6 TRATAMENTO ESTATÍSTICO

Ainda no que se refere a análise, mas também a interpretação dos dados, cabe mencionar alguns pontos acerca do tratamento estatístico empregado.

O indicador-chave evasão comparativa e os indicadores-complementares formados e afastados para estudo no exterior são medidas construídas na base de contagens de frequências e percentuais. Não há tomada de amostras dentro de um universo. Todos os elementos são considerados.

Os questionários citados foram encaminhados a todo o universo de ex-bolsistas graduados e desistentes, ingressos desde 2000, observando-se uma taxa de resposta de 28,03% e 12,87%, respectivamente. Prospectando-se todo o universo,

não há que se falar em amostra. O que se obteve, foi a resposta possível, diante do instrumento utilizado.

O indicador-chave coeficiente acadêmico comparado, porém, exige um tratamento mais aprofundado. Identificou-se como o mais apropriado o teste-t de *Student*, por se tratar de uma comparação de médias de grupos independentes de indivíduos, com variâncias distintas, *a priori*, com vistas a determinar se há diferenças estatísticas significativas (LEVIN, 1987, p. 161).

### 3.7 PRÉ-TESTE

Após a realização da coleta de dados e planejada a análise de dados, decidiu-se pela realização de um pré-teste.

Como ensinam Marconi e Lakatos (2012), elaborados os instrumentos de pesquisa, o procedimento mais utilizado para avaliar a validade desses é o teste preliminar ou pré-teste, consistindo em testar os instrumentos sobre uma pequena parte, em geral 5 a 10%, da população do “universo” ou da amostra.

Dos quarenta e dois cursos do câmpus Curitiba, escolheu-se um curso de cada um dos quatro graus (bacharelado, licenciatura, tecnologia e engenharia); elegendo-se o primeiro curso, na ordem alfabética, de cada grau<sup>23</sup>.

Demonstra o pré-teste que os bolsistas apresentaram indicadores de “coeficiente acadêmico” maior e de “evasão” menor que os não bolsistas, pelo menos para três dos quatro cursos selecionados.

Tratou-se apenas de um pré-teste, no qual muito se aprendeu e se desenvolveu sobre a manipulação dos dados coletados e a validade dos instrumentos, surgindo uma indicação da qual pode ser o resultado da pesquisa a ser confirmado no seu desenrolar.

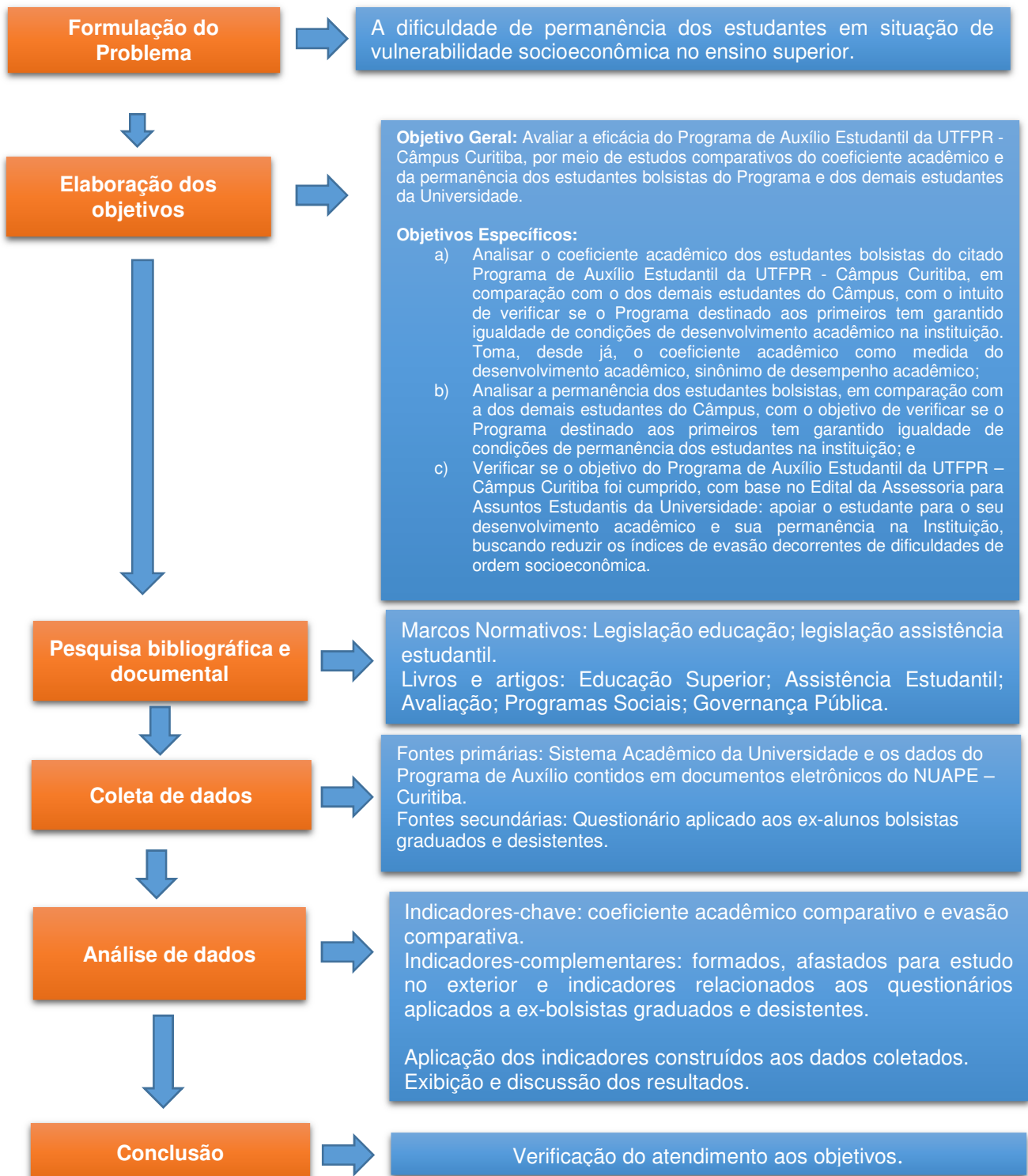
---

<sup>23</sup> Apenas entre os cursos de Tecnologia optou-se pelo terceiro, na ordem alfabética, posto que o primeiro, em Artes Gráficas, e o segundo, Atividades Físicas em Academia, não apresentam mais estudantes regulares, pouco tendo aproveitado a aplicação do programa de assistência estudantil.

### 3.8 ESTRUTURAÇÃO DA PESQUISA

Para melhor compreensão da pesquisa, em particular, de procedimentos metodológicos nela envolvidos, a Figura 2 os apresenta na forma de fluxograma, que detalha cada etapa da consecução da pesquisa, registrando o que fora planejado. O fluxograma de procedimentos metodológicos, tal qual o esquema, “auxilia o pesquisador a conseguir uma abordagem mais objetiva, imprimindo uma ordem lógica do trabalho” (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 157).

**Figura 2 – Fluxograma dos procedimentos metodológicos**



Fonte: Elaborada pela autora.



## 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Após o pré-teste, a análise de dados foi realizada, nas etapas de redução, exibição, conclusão e verificação; na já referida sistematização de Dey, além de Miles e Huberman (1993; 1994, apud Gil, 2009, p. 100); estendendo-se os procedimentos realizados no pré-teste, com a aplicação dos indicadores construídos nas fontes de dados, para todos os cursos do Câmpus Curitiba, obtendo-se os resultados expostos no presente capítulo, os quais são discutidos um a um.

### 4.1 INDICADORES-CHAVE COEFICIENTE ACADÊMICO COMPARATIVO E EVASÃO COMPARATIVA

Na Tabela 3 são apresentados os resultados da aplicação dos indicadores de “coeficiente acadêmico comparativo” e “evasão comparativa”, agrupados por grau: Bacharelado, Engenharia, Licenciatura e Tecnologia; também apresentados sob a forma dos gráficos 4 e 5. No total, são resultados que envolvem 22.113 estudantes não bolsistas e 2.195 bolsistas (sendo que, se ele ingressou em mais de um curso na Universidade, aparecera mais de uma vez nestes totais).

Os mesmos resultados, discriminados por curso, são apresentados nas tabelas contidas no APÊNDICE B, uma para cada um dos quatro graus.<sup>24</sup>

---

<sup>24</sup> Nas tabelas referidas, o “Nº. estudantes” se refere ao número de estudantes bolsistas e não bolsistas por grau e por curso. Já o “Nº. estudantes comparativo” é o número de estudantes bolsistas e não bolsistas percentual do grau ou do curso.

Tabela 3 – Indicadores coeficiente acadêmico comparativo e evasão comparativa, por grau

Grau	Bolsista ou não	Nº. estudantes	Nº. estudantes comparativo (%)	Coeficiente	Coeficiente comparativo (%)	Evasão (%)	Evasão comparativa (%)
Bacharelado	Não bolsista	3030	83,17	0,55		42,51	
	Bolsista	613	16,83	0,62	13,23	24,14	-43,2
Engenharia	Não bolsista	7564	90,25	0,56		31,13	
	Bolsista	817	9,75	0,58	3,9	19,58	-37,1
Licenciatura	Não bolsista	1340	80,82	0,42		64,18	
	Bolsista	318	19,18	0,55	29,78	39,94	-37,77
Tecnologia	Não bolsista	10179	95,79	0,54		49,98	
	Bolsista	447	4,21	0,62	15,39	36,69	-26,59
Totais	Não bolsista	22113	90,97	0,54		43,37	
	Bolsista	2195	9,03	0,6	10,5	27,29	-37,08

Fonte: Elaborada pela autora.

Os gráficos 4 e 5 esboçam os resultados apresentados na Tabela 3.

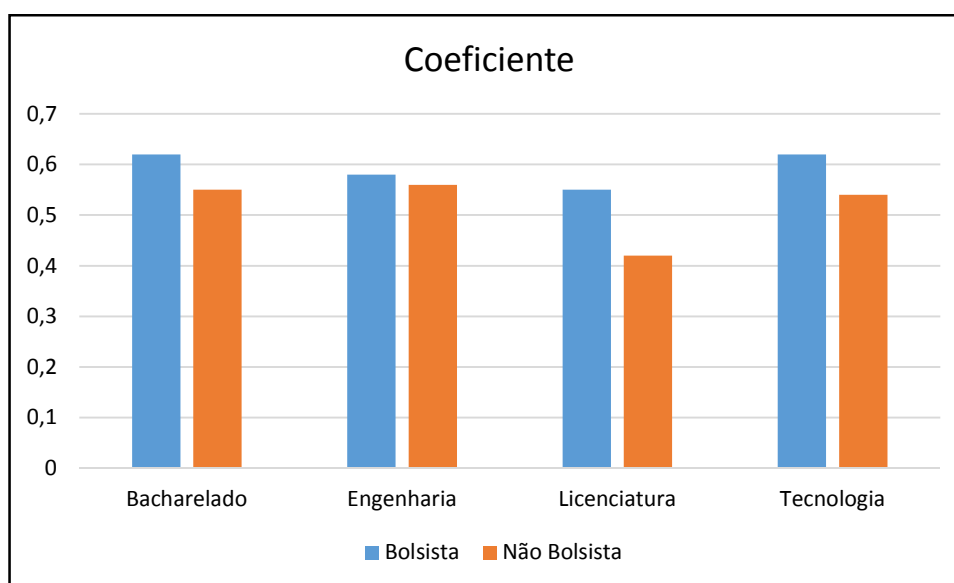
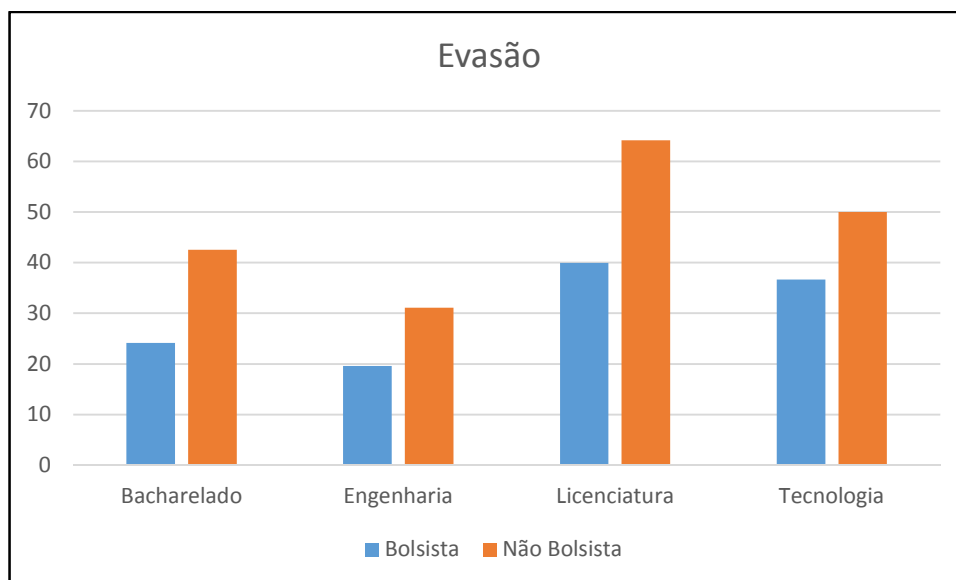


Gráfico 4 – Coeficiente acadêmico comparativo, por grau

Fonte: Elaborado pela autora.



**Gráfico 5 – Evasão comparativa, por grau**  
**Fonte: Elaborado pela autora.**

Dos resultados expostos na Tabela 3 verifica-se que os estudantes que foram bolsistas do Programa apresentaram coeficiente acadêmico, em média, 10,5% melhor que os não bolsistas, sendo tal diferença maior nos cursos de licenciatura, com 29,78%, e menor nos de engenharia, com apenas 3,9%. Dos 42 cursos, em apenas 7, os não bolsistas apresentaram coeficiente acadêmico melhor que os bolsistas; sendo que desses, apenas o curso de “Tecnologia em Automação Industrial” está em funcionamento; demonstrando a consistência dos resultados.

Os estudantes bolsistas apresentaram evasão, em média, 37,08% menor que os não bolsistas, resultado até mais expressivo que o obtido para o coeficiente acadêmico. Dos 42 cursos, em apenas 11, os não bolsistas apresentaram evasão menor os bolsistas, novamente, todos cursos de grau tecnologia; dos quais apenas os cursos de “Tecnologia em Mecatrônica Industrial” e “Tecnologia em Radiologia” permanecem em funcionamento.

Os resultados apresentados demonstram um maior coeficiente acadêmico e um menor índice de evasão entre os estudantes bolsistas do Programa de Auxílio Estudantil, diferentemente do que relata Alves (2003, p. 5):

as universidades que mantêm programas de assistência e realizam o acompanhamento acadêmico destes estudantes constaram que seu rendimento escolar médio foi igual, estatisticamente, aos estudantes provenientes de camadas sociais de maior poder aquisitivo.

Observe-se, também que, nos marcos normativos da assistência estudantil, objetiva-se “igualdade” ou “redução da desigualdade”, conforme exposto no marco teórico.

Assim, para além da igualdade, os resultados obtidos na presente pesquisa apontam na direção da hipótese “H3”, desenhada no início do presente capítulo: o coeficiente acadêmico e a permanência são maiores entre os bolsistas. Demonstra-se assim não só o atingimento dos objetivos do Programa e portanto, a eficácia deste; mas também um esforço até maior desses estudantes bolsistas na sua vida escolar.

#### 4.2 TESTE-T DE STUDENT APLICADO AO COEFICIENTE ACADÊMICO

Ao “indicador-chave coeficiente acadêmico comparado” foi aplicado o referido teste-t de *Student*, com o auxílio da ferramenta de análise de dados constante no pacote Microsoft Excel. O resultado é o exposto na Tabela 4.

Tabela 4 - Teste-t aplicado ao indicador  
Coeficiente acadêmico comparado

	<i>Coeficiente não bolsista</i>	<i>Coeficiente bolsista</i>
Média	0,508939	0,589884
Variância	0,083351	0,051357
P(T<=t) bi-caudal	2,56E-43	

**Fonte: Elaborada pela autora**

Na aplicação do dito teste, foram tomados dois grupos - estudantes bolsistas e não bolsistas - independentemente de curso ou grau. Para cada um deles, constam as médias e variâncias. Ao final é apresentado o cálculo do valor “P(T<=t) bi-caudal”, em 2,56E-43. Como este é menor que 0,05, demonstra-se haver, sim, diferenças estatisticamente relevantes entre os dois grupos, com nível de significância o valor de 0,05, ou seja 5% de probabilidade de erro e, assim, 95% de certeza (LEVIN, 1987, p. 161).

### 4.3 INDICADORES-COMPLEMENTARES FORMADOS COMPARATIVO E AFASTADOS PARA ESTUDO NO EXTERIOR COMPARATIVO

Na tabela 5, são exibidos os números dos indicadores de estudantes formados e afastados para estudo no exterior, agrupados por grau<sup>25</sup>.

Tabela 5 - Estudantes afastados para estudos no exterior e formados – Por grau

Grau	Bolsista ou não	N. alunos	Formado	Formado (%)	Formado comparativo (%)	Afastado para estudo no exterior	Afastado para estudo no exterior (%)	Afastado para estudo no exterior comparativo (%)
Bacharelado	Não bolsista	2800	152	5,43		103	3,68	
	Bolsista	602	33	5,48	0,01	17	2,82	-0,23
Engenharia	Não bolsista	4355	305	7		237	5,44	
	Bolsista	745	37	4,96	-0,29	41	5,5	0,01
Licenciatura	Não bolsista	1339	85	6,35		6	0,45	
	Bolsista	318	32	10,06	0,58	3	0,94	1,09
Tecnologia	Não bolsista	2444	245	10,02		16	0,65	
	Bolsista	326	47	14,42	0,44	5	1,53	1,35
Totais	Não bolsista	10938	787	7,19		362	3,31	
	Bolsista	1991	149	7,48	0,04	66	3,31	0,00

Fonte: Elaborada pela autora.

Na investigação em relação aos afastamentos para estudos no exterior, os dados apontam na direção da igualdade: bolsistas foram estudar no exterior na mesma proporção, em média, 3,31%, que não bolsistas, resultando o indicador comparativo em 0,00%<sup>26</sup>, e 7,48% dos bolsistas se formaram, contra 7,19% dos não

<sup>25</sup> Observe-se que, na análise dos formados, limitou-se o universo de dados aos estudantes ingressos a partir do segundo semestre de 2008, porque, como o programa de auxílio estudantil se iniciou nesse semestre letivo, tomar estudantes ingressos antes, só carregaria formados não bolsistas, distorcendo a análise. O mesmo se aplica aos afastados para estudos no exterior. Sobre estes, vale registrar que, como as fontes de dados apontam a situação do estudante no momento da sua coleta, o que ocorreu completado o primeiro semestre de 2015, o indicador contabiliza os estudantes que naquele momento estariam em estudos no exterior.

<sup>26</sup> Os dois números somente são iguais na aproximação de duas casas decimais. Com quatro casos, ficariam em 3,3113% e 3.3083.

bolsistas, número 0,04% maior para os primeiros. Nos cursos de grau Licenciatura e Tecnologia os não bolsistas se formam em maior proporção, situação que se inverte nas Engenharias.

Os indicadores “formados comparativo” e “afastados para estudo no exterior comparativo”, complementam a informação obtida com os indicadores-chave tratados na seção anterior. Os resultados comparativos demonstram igualdade de condições 0,00% e 0,04%, respectivamente. Como já referido, os afastamentos para estudos no exterior dependem de coeficiente de rendimento mínimo, ligando-se ao coeficiente acadêmico. São, portanto, dados a corroborar a eficácia do Programa de Auxílio Estudantil.

Note-se, que os resultados dos questionários aplicados, objeto da seção seguinte, apontam que 11,9% dos respondentes ex-bolsistas formados afastaram-se para estudar no exterior durante o curso na UTFPR, e 2,1% dos respondentes ex-bolsistas desistentes.

#### 4.4 INDICADORES-COMPLEMENTARES RELACIONADOS AOS QUESTIONÁRIOS APLICADOS A EX-BOLSISTAS GRADUADOS E DESISTENTES

Nas tabelas 6 a 17, são exibidos e discutidos os resultantes da aplicação dos indicadores-complementares decorrentes dos questionários aplicados. São dados extraídos dos resumos emitidos, automaticamente, pela ferramenta “Formulários Google”, do “Google Docs”, após a aplicação de questionários, conforme descrito na subseção 3.4.2.

##### a) Indicador dificuldades durante o curso

Com relação às dificuldades durante o curso, relatadas pelos estudantes, sobressaem os dados da Tabela 6. Para cada tipo de dificuldade, somou-se o percentual de respostas “4) Concordo; ” e “5) concordo totalmente”, numa escala

Likert<sup>27</sup>. Observe-se que cada estudante respondente pôde opinar numa escala de 1 a 5 - sendo “1) Discordo totalmente”; “2) Discordo”; “3) Indiferente”; “4) Concordo” e “5 - Concordo totalmente”) para cada tipo de dificuldade.

Tabela 6 - Indicador dificuldades durante o curso

Dificuldades durante o curso	Graduados (%)	Desistentes (%)
Distância da família	22,00	13,20
Adaptar-se na cidade	10,20	7,60
Deslocamento moradia/ instituição	49,10	37,80
Dificuldade financeira	79,50	75,40
Dificuldade de adaptar-se na instituição	17,00	30,10
Dificuldade de adaptar-se aos conteúdos do curso	23,80	41,50
Falta de conhecimento necessário para cursar o ensino superior	18,70	24,50
Dificuldade de relacionamento com os colegas	20,30	15,10
Dificuldade de relacionamento com os professores	27,10	15,10
Dificuldade de relacionamento com os familiares	17,00	20,70
Dificuldade emocional	44,40	43,40
Situação de saúde	13,60	22,60
Situação de preconceito	13,60	13,20
Situação de violência	11,90	5,70

Fonte: Elaborada pela autora.

Nos dois grupos questionados, a questão financeira mostrou-se como a principal dificuldade encontrada pelos entrevistados, com percentuais de respostas de 79,5% e 75,4%, para os graduados e desistentes, respectivamente.

Essa era premissa do Programa quando baseou suas ações em vantagens financeiras – na forma Auxílio Alimentação, Transportes, Moradia e Instalação.

A dificuldade financeira apareceu em percentual até maior do que no estudo elaborado pela ANDIFES no ano de 2010 (2011, p. 42), na qual: “A interferência de dificuldades financeiras foi manifestada por 52% dos estudantes e a dificuldade de acesso a materiais e meios de estudo (livros, computador, entre outros) é entendida

<sup>27</sup> Escala de resposta psicométrica usada habitualmente em questionários.

como relevante por 39% deles”. Ao se considerar que o Câmpus Curitiba se situa numa Capital de Estado, com elevado custo de vida, pode explicar tal diferença.

Para os graduados, a segunda dificuldade mais frequente é deslocamento moradia/instituição, com 49,10%, e a terceira, a emocional, com 44,40%. Já para os desistentes, a segunda é a emocional, com 43,40%, e a terceira, a de adaptar-se aos conteúdos do curso, com 41,10%.

A dificuldade emocional aparece, portanto, em destaque. Se a ela forem somadas à distância da família, a dificuldade de adaptar-se na cidade e na instituição, a dificuldade de relacionamento com os colegas, professores e familiares, as situações de saúde, preconceito e violência; com percentuais nada desprezíveis, indo de 5,7% a 44,40%; todas relacionadas a questões que poderiam ser identificadas e acompanhadas pelo atendimento psicológico, pedagógico, social, médico e odontológico do NUAPE – Curitiba.

Diante desses dados, é possível concluir pela necessidade de priorizar tais atendimentos, colocando-os ao lado das vantagens financeiras proporcionadas pelo Programa, na busca pela redução dos índices de evasão estudantil.

#### b) Indicador atividades conjuntas com o curso

Sobre atividades eventualmente desenvolvidas conjuntamente com o curso, as respostas obtidas foram as registradas na Tabela 7. São atividades as mais diversas, desde laborais, como trabalho remunerado, as políticas, como participação como membro do diretório ou de centro acadêmico.

Tabela 7 - Indicador atividades durante o curso

Atividades conjuntas com o curso	(continua)	
	Graduados (%)	Desistentes (%)
Estágio não obrigatório	78,00	20,80
Monitoria	16,90	3,80
Iniciação Científica	32,20	9,40
PIBID	6,80	7,50
Trabalho Remunerado	64,40	35,80
Estudo no Exterior	11,90	1,90



Tabela 7 - Indicador atividades durante o curso

Atividades conjuntas com o curso	(conclusão)	
	Graduados (%)	Desistentes (%)
Extensão	15,30	3,80
Projeto empresa no Hotel Tecnológico UTFPR	1,70	1,90
Sócio de Empresa na Incubadora de Inovação UTFPR	0,00	0,00
Membro de Centro Acadêmico	10,20	3,80
Membro do Diretório Acadêmico	1,70	0,00
Membro da Atlética	1,70	0,00
Outros	8,50	3,80

Fonte: Elaborada pela autora.

Entre os graduados, o estágio não obrigatório fica com o primeiro posto, com 78%, e o trabalho remunerado com o segundo, com 64,40%. Dentre os desistentes, os percentuais são bem mais baixos, inverte-se também a ordem, trabalho remunerado com 35,80% e estágio não obrigatório com 20,80%.

De pronto, o que se conclui é que, mesmo recebendo o auxílio estudantil, grande parte dos estudantes buscam atividades remuneradas para a sua manutenção no curso. O mesmo se colhe dos resultados da aplicação do “indicador manifestação aberta”, a serem apresentados mais adiante, quando os ex-alunos bolsistas destacam a necessidade de complementar renda durante o curso.

Assim, verifica-se que conciliar atividades remuneradas para o sustento próprio e/ou participação no sustento familiar foi situação constatada nos dois grupos de entrevistados.

Entre os graduados, o estágio não obrigatório fica em primeiro lugar e o trabalho remunerado em segundo. O inverso ocorrendo entre os desistentes. Tal inversão deve-se, possivelmente, ao fato de que os estágios são normalmente ocupados por estudantes em semestres mais avançados, sendo a desistência mais frequente nos primeiros semestres.

Do indicador em pauta, observa-se também, dentre os graduados, uma participação expressiva de iniciação científica, monitoria, extensão e estudo no exterior, com respostas entre 32,20% e 11,90%, tudo associado a uma significativa participação em atividades que pressupõem um maior coeficiente acadêmico.

c) Indicador composição da renda para se manter estudando

A composição da renda da qual se valeu o estudante para se manter estudando está disposta na Tabela 8, combinando-se o benefício financeiro do Auxílio, com uma outra renda.

Tabela 8 – Indicador composição de renda para se manter estudando

Composição de renda para se manter estudando (na maior parte do seu curso)	Graduados (%)	Desistentes (%)
Somente Auxílio Estudantil	5,10	11,30
Auxílio Estudantil + auxílio dos familiares	33,90	43,40
Auxílio Estudantil + auxílio de outros	1,70	1,90
Auxílio Estudantil + atividades remuneradas	52,50	34,00
Auxílio Estudantil + economias (poupança, herança, etc)	0,00	5,70
Outros	6,80	3,80

Fonte: Elaborada pela autora.

Entre os graduados o maior suporte veio de atividades remuneradas, com 52,5%, seguido pelo auxílio dos familiares, com 33,90%. Já os desistentes se valeram mais da dependência da complementação da família, com 43,40%, e só depois das atividades remuneradas, com 34%.

A informação está em consonância com o resultado do indicador anteriormente discutido, no que toca a menor proporção de estágio não obrigatório e de trabalho remunerado entre os estudantes desistentes.

d) Indicadores apoio do Programa para o desenvolvimento acadêmico

Quanto à questão “Na sua opinião, o Programa de Auxílio Estudantil da UTFPR te apoiou para o seu desenvolvimento acadêmico? ”, as respostas foram distribuídas como exposto na Tabela 9.

Tabela 9 - Indicador apoio do Programa para o desenvolvimento acadêmico

Apoio do Programa para o desenvolvimento acadêmico	Graduados (%)	Desistentes (%)
Sim	88,10	88,70
Não	11,90	11,30

Fonte: Elaborada pela autora.

Na opinião dos que responderam os questionários, o Programa foi exitoso no apoio que pretendeu dar, de forma muito próxima, entre graduados e desistentes, na casa dos 88%.

e) Indicador prescindibilidade do Programa para a conclusão do curso

Sobre a questão “Na sua opinião, se você não tivesse recebido o apoio do Programa de Auxílio Estudantil da UTFPR, você teria concluído o seu curso?” Os resultados são os arrolados na Tabela 10. Só figuram resultados para os graduados, pois só eles concluíram o curso.

Tabela 10 – Indicador prescindibilidade do Programa para a conclusão do curso

Prescindibilidade do Programa para a conclusão do curso	Graduados (%)
Sim	62,70
Não	13,22
Talvez/ indiferente	15,30

Fonte: Elaborada pela autora.

Nesse caso, a prescindibilidade para a conclusão do curso foi confirmada por 62,70% dos respondentes, em aparente dissonância com o resultado obtido com a aplicação do indicador “apoio do Programa para o desenvolvimento acadêmico”.

Apenas na aparência, pois o que tal resultado indica é que, ultrapassados os primeiros anos do curso, o estudante consegue, mediante estágios remunerados por

exemplo (foi o caso de 78% dos graduados), chegar à conclusão do curso bem menos dependente da bolsa.

f) Indicador ocupação atual

Quanto a ocupação atual, as respostas estão expostas nas Tabelas 11 e 12, com diferenças entre as oferecidas pelos graduados e pelos desistentes.

Tabela 11 – Indicador ocupação atual dos graduados

Ocupação atual	Graduados (%)
Servidor(a) Público(a)	16,90
Empregado(a) empresa privada	47,50
Tenho uma empresa	5,10
Autônomo(a)	8,50
Desempregado(a)	5,10
Outros	16,90

Fonte: Elaborada pela autora.

Tabela 12 – Indicador ocupação atual dos desistentes

Ocupação atual	Desistentes (%)
Cursando outra faculdade	49,10
Cursando ensino técnico	0,00
Cursando preparatório para outra faculdade	1,90
Já me formei em outra instituição	7,50
Matriculado em outro curso da UTFPR	5,70
Trabalhando em empresa privada	9,40
Trabalhando como servidor(a) público(a)	11,30
Trabalhando como autônomo(a)	7,50
Tenho uma empresa	0,00
Estou desempregado(a)	7,50

Fonte: Elaborada pela autora.

A maioria dos graduados, cerca de 78%, é empregado de empresa privada, servidor público, autônomo ou empresário. Por outro lado, dos antes desistentes, hoje trabalham em empresa privada, como servidor público ou autônomo, cerca de 28%.

A maioria dos desistentes, cerca de 59%, está novamente estudando: ou cursando outra faculdade, ou preparatório para outra instituição ou outro curso da

UTFPR. Desses, o maior contingente está cursando outra faculdade: são 49%. Outros 7,5% já se formaram em outra instituição.

Assim, apesar da desistência, há uma elevada taxa de retorno aos bancos acadêmicos; mas em outras instituições. Tais fatos corroboram outros já apontados na discussão sobre os resultados da aplicação do “indicador dificuldades durante o curso”; entre elas “distância da família”, “dificuldade de adaptar-se aos conteúdos do curso” (terceira dificuldade entre os desistentes, com 41,50% de menções) e “falta de conhecimento necessário para cursar o ensino superior”. Também na discussão sobre os resultados do “indicador manifestação aberta”, exposta mais adiante, apontou-se que grade horária impede ou dificulta trabalho remunerado. Buscar cursos em outra faculdade pode ter sido uma forma de vencer tais obstáculos.

Entre os graduados, apenas 5,10% estão desempregados, número que sobe para 7,5%, entre os desistentes.

#### g) Indicador cargo que ocupa

Sobre o cargo que ocupa atualmente, a Tabela 13 apresenta os resultados. Observe-se que as opções de resposta abrangem cargos de gerência, técnicos e de ensino. Dos 42 cursos de graduação da UTFPR, apenas 10 são de engenharia. Dentre os que responderam ocupar cargos técnicos, podem haver de arquitetos a graduados em tecnologia.

Tabela 13 – Indicador cargo que ocupa

Cargo que ocupa	Graduados (%)	Desistentes (%)
Presidente, diretor (a)	1,70	0,00
Sócio (a)-gerente	5,20	0,00
Gerente, supervisor (a), coordenador (a)	6,90	7,50
Engenheiro (a)	10,30	1,90
Técnico (a)	44,90	17,00
Professor (a)	19,00	9,40
Outro (s)	12,10	64,1

Fonte: Elaborada pela autora.

Através dos dados apresentados, pode-se verificar que são 13,8% dos graduados a ocuparem cargos de direção e gerência (presidente, diretor, gerente supervisor ou coordenador), contra 7,5% dos desistentes, número quase duas vezes menor.

Exercendo cargos de natureza técnica (técnicos e engenheiros) estão 18,9% dos desistentes e 55,2% dos graduados, quase três vezes mais que os primeiros.

Verifica-se também um número relativamente alto de professores, entre os graduados, na casa dos 19%, e 9,4% entre os desistentes, menos que a metade.

Através desses dados, pode-se inferir que, ao se buscar a redução dos índices de evasão acadêmica, o Programa de Auxílio Estudantil assume então um papel importante na aspiração das famílias por mobilidade social por meio da educação. Seja na direção e gerência, seja no magistério, seja nos cargos técnicos, são resultados expressivos a demonstrarem a importância de terem passado pela UTFPR para a suas vidas profissionais.

#### h) Indicador faixa de renda

As rendas atuais dos que responderam os questionários estão distribuídas conforme a Tabela 14.

Tabela 14 – Indicador faixa de renda

Faixa de renda	Graduados (%)	Desistentes (%)
Menos de 1 salário mínimo	1,70	15,10
De 1 a 3 salários mínimos	37,30	43,40
De 3 a 5 salários mínimos	27,10	9,40
De 5 a 10 salários mínimos	23,70	9,40
Acima de 10 salários mínimos	0,00	0,00
Não estou realizando atividade remunerada	6,80	22,60
Outros	3,40	0,00

Fonte: Elaborada pela autora.

Quanto à faixa de renda atual, situam-se na faixa acima de 3 salários-mínimos quase 19% dos desistentes e 51% dos graduados, número 2,5 vezes maior. Já na faixa acima de 5 salários-mínimos, encontram-se 9,40% dos desistentes e 23,70% dos graduados, repetindo-se a escala também de 2,5 vezes.

De outro lado, 6,8% dos graduados e 22,60% dos desistentes não exercem atividade remunerada.

Os resultados apresentados para os últimos três indicadores - quais sejam, ocupação atual, cargo que ocupa e faixa de renda-, captaram informação a respeito da efetividade do Programa; esta relativa aos impactos mais duradouros e abrangentes em termos de públicos e dimensões sociais alcançados (JANNUZZI, 2016, p. 46); ao apontarem para o fato de que a conclusão de um curso superior quebra um ciclo vicioso de vulnerabilidade socioeconômica, reduzindo desigualdade social: graduar-se significa mais que duplicar a possibilidade de alcançar níveis mais altos de renda, cargo e ocupação.

#### i) Indicador atendimentos do NUAPE

Nos questionários aplicados constam questões sobre atendimentos eventualmente prestados pelo Núcleo de Acompanhamento Psicopedagógico e de Assistência Estudantil (NUAPE) – Câmpus Curitiba, nas áreas de psicologia, pedagogia, serviço social, apoio à pessoa com necessidades específicas (este, a cargo do núcleo homônimo – NAPNE), com resultados consolidados nas Tabelas 15 e 16. A primeira informa o percentual de respondentes que utilizaram cada um dos tipos de atendimento e a segunda traz uma avaliação dos atendimentos recebidos do NUAPE, somando-se o percentual de respostas de satisfação total ou parcial quanto ao atendimento da demanda, em relação ao total dos que utilizaram o atendimento (as outras respostas são pela indiferença e não atendimento da demanda).

Observe-se que a atendimento social pode ter sido entendido pelo aluno como aquele ligado ao Programa de Auxílio Estudantil, objeto da presente pesquisa, ou como outros atendimentos sociais, como, por exemplo, orientação sobre a rede socioassistencial do município, orientação a respeito de locais de moradia, transporte, atendimentos de saúde e demais recursos da comunidade.

Tabela 15 – Indicador Utilização dos atendimentos do NUAPE

Utilização	Graduados (%)	Desistentes (%)
Atendimento psicológico	27,10	32,10
Atendimento pedagógico	30,50	34,00
Atendimento social	41,40	34,00
Atendimento necessidades especiais de aprendizagem	20,30	22,60
Atendimento médico e odontológico	52,50	32,10

Fonte: Elaborada pela autora.

Tabela 16 – Indicador satisfação com os atendimentos do NUAPE

Satisfação	Graduados (%)	Desistentes (%)
Atendimento psicológico	37,64	52,96
Atendimento pedagógico	39,02	38,82
Atendimento social	58,45	61,30
Atendimento necessidades especiais de aprendizagem	50,25	50,00
Atendimento médico e odontológico	71,05	47,04

Fonte: Elaborada pela autora

Os atendimentos do NUAPE nas áreas de psicologia, pedagogia, serviço social e apoio à pessoa com necessidades específicas foram relativamente bem utilizados pelos ex-bolsistas (entre 23 e 53%). Há de se considerar que os bolsistas, ao passarem fisicamente, pelo Núcleo - ao menos por ocasião do processo seletivo do Auxílio - tomam contato com os serviços oferecidos. Já os níveis de satisfação são medianos, entre 37% e 71%,

Na discussão dos resultados acerca do “indicador dificuldades durante o curso”, a relevância de questões relacionadas aos atendimentos do NUAPE demonstrou a necessidade de priorizar tais atendimentos, na busca pela redução dos índices de evasão estudantil.

Ora, se a taxa de utilização dos serviços é relativamente alta, mas com satisfação apenas mediana, conclui-se que esta é uma área que realmente deve enfatizada, apontando para a necessidade de reavaliar as ações do NUAPE.



## j) Indicador manifestação aberta

Convidados a registrar, em pergunta aberta<sup>28</sup>; sugestão de melhoria, crítica, elogio ou outra manifestação referente ao Programa; responderam 21 graduados e 33 desistentes<sup>29</sup>, 35% e 67,75% dos respectivos totais de participantes de cada grupo. Trata-se de uma questão de resposta não obrigatória.

Percorrendo-se as respostas, estas foram organizadas em temas entendidos como relevantes para o presente trabalho (e terem sido mencionadas mais de uma vez). A Tabela 17 consolidada o número de respostas por tema. Note-se que uma mesma resposta pode abordar mais de um tema. O que se fez, na prática, foi quantificar uma informação, antes, qualitativa.

Tabela 17 – Indicador manifestação aberta<sup>30</sup>

Temas	Graduados (frequência)	Graduados (%)	Desistentes (frequência)	Desistentes (%)
Importante para a permanência	11	52,38	17	51,52
Auxílio insuficiente	4	19,05	9	27,27
Problemas no procedimento/ atendimento	6	28,57	-	-
Contra requisito relativo às reprovações	-	-	3	9,09
Deficiência na divulgação	-	-	2	6,06
Grade horária impede/ dificulta trabalho remunerado	3	9,09	5	15,15
Apoio psicológico	1	4,76	2	6,06
Outros	4	19,05	6	18,18

Fonte: Elaborada pela autora.

<sup>28</sup> Perguntas abertas são as que possibilitam ao informante, responder livremente, na sua própria linguagem e emitir opiniões (MARCONI; LAKATOS, 2012, p. 89).

<sup>29</sup> As respostas com apenas um “Não”, entendida como não pretendo me manifestar a respeito, foram desconsideradas.

<sup>30</sup> Os percentuais são tomados pela relação de menções ao tema no total de respostas.

Observa-se, dos dados apresentados, que 52% dos graduados e 51% dos desistentes afirmaram a importância do Programa para a sua permanência no curso. Parte dos respondentes manifestaram que o Auxílio Estudantil foi insuficiente: 19% e 27% dos graduados e desistentes, respectivamente.

Entre os graduados, 28% apontaram problemas no procedimento/atendimento relativo ao Programa, como excesso de burocracia e de documentos, prazo curto e instabilidade do edital. Tais fatos podem e devem ser levados aos gestores do Programa, para que assim entendendo, promovam simplificações, revisem prazos e tragam mais estabilidade às normas do processo seletivo.

Já em relação à contrapartida relativa às reprovações<sup>31</sup>, 9% dos desistentes se manifestaram. Trouxeram à tona um problema conhecido, já apontado na questão sobre as “dificuldades durante o curso”: 18,70% dos graduados e 24,50% dos desistentes apontaram como dificuldade a falta de conhecimento necessário para cursar o ensino superior; a dificuldade de adaptar-se aos conteúdos do curso foi assinalada por 23,80% dos graduados e 41,50% dos desistentes. Vale reproduzir trecho da fala de um dos respondentes:

[..] Essas pessoas, normalmente oriundas do ensino médio público de péssima qualidade, ... acabam perdendo a bolsa por não conseguirem acompanhar o ritmo dos demais, que geralmente vinham de cursos preparatórios, do ensino médio técnico e de escolas particulares muito mais capacitadas. Isso ocorre principalmente no segundo semestre do curso, pois os acadêmicos possuem apenas 4 meses de aula para se adaptar e obter a aprovação em 80% das disciplinas, [...]. (Trecho oriundo das respostas aos questionários).

É sabido que existem escolas públicas de ensino médio de razoável e excelente qualidade. A pesquisa tem demonstrado que estudantes bolsistas, portanto egressos de famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica têm coeficiente acadêmico melhor e evadem menos que os demais. E não se trata de um ou dois estudantes trazidos como casos exemplares. É uma média tomada entre milhares de estudantes, com diferença significativa, atestada estatisticamente.

---

<sup>31</sup> Para concorrer ao processo de seleção do Auxílio Estudantil o estudante deverá: [...] VI. não ter sido reprovado em nenhuma disciplina, quando matriculado em até 3 (três) disciplinas no semestre anterior, exceto para o estudante que não foi contemplado no semestre anterior pelo Programa Auxílio Estudantil da UTFPR; VII. não ter reprovado ou ter cancelado em mais de 30% (trinta por cento) das disciplinas cursadas quando contemplado pelo Programa Auxílio Estudantil da UTFPR no semestre anterior; [...] (UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ, 2016b).

Tomando os dois lados – as respostas dos alunos e as constatações da pesquisa-, é possível argumentar que o ensino médio insuficiente não pode ser barreira a frenar esse importante plano de inclusão, de redução de desigualdades; mas pode-se pensar em alternativas a serem adotadas pela universidade para a adaptação durante os primeiros semestres.

Entre os estudantes desistentes, 6% perceberam que o Programa deveria ser melhor divulgado. E um deles complementa: “não só o financeiro, mas o de apoio psicológico também, poucos sabem da existência dele. ”; apontando mais uma vez para os atendimentos psicológico e outros providos pelo NUAPE.

Em relação a grade horária 9% dos graduados e 15% dos desistentes manifestaram-se contrários às aulas em dois turnos e aos horários vagos, o que os impediria ou dificultaria exercer trabalho remunerado. E mais, três dos cinco desistentes que se manifestaram sobre esse tema afirmaram categoricamente que esse foi o motivo da desistência. É fato relevante. Conclui-se a partir da fala dos estudantes que o redesenho da grade horária é medida que, a princípio não gera impacto financeiro para a Universidade, mas pode determinar um resultado satisfatório em termos de permanência, e não só dos bolsistas (que no primeiro semestre de 2015 representavam 12,35% dos estudantes do câmpus, conforme dados constantes do Gráfico 3), certamente também dos demais estudantes da Universidade.

Entre 5% e 6% dos ex-bolsistas mencionaram a necessidade de apoio psicológico, corroborando a necessidade de priorizar tais atendimentos pela universidade.

É mister ir além dos programas financeiros, mas, partir para a elaboração e implementação de programas e projetos em áreas que abarquem não só as questões acadêmicas propriamente ditas, mas os aspectos mais gerais da realidade vivida pelos estudantes, necessárias para garantir uma formação plena e de qualidade.

Para uma melhor ilustração dos apontamentos realizados pelos bolsistas, foram selecionados os trechos mais representativos das manifestações, os quais se encontram expostos nos Quadros 1 e 2.

Temas	Trechos selecionados de respostas dos graduados
Importante para a permanência	“A possibilidade de contar com esse tipo de apoio, principalmente para quem vem de fora, faz muita diferença. Entrei no curso um pouco mais velha que a maioria, já estava atuando em outra área, larguei tudo, vendi algumas coisas para levar o primeiro semestre na nova cidade. Foi difícil, mas valeu a pena. Sem dúvida, o auxílio foi uma grande contribuição, me ajudou na compra dos materiais e parte dos gastos na moradia”.
	“O programa foi muito importante para mim, mesmo eu residindo na cidade do campus. Considero imprescindível a quem tem renda baixa. Sempre fui bem atendida e tive minhas dúvidas sanadas pelo pessoal do NUAPE. Espero que o programa possa crescer, de forma a poder atender mais estudantes”.
	“Gostaria apenas de agradecer a UTFPR pelo auxílio fornecido, uma vez que contribuiu de maneira muito significativa para minha formação e continuidade na Universidade, agora como estudante de Mestrado”.
	“Agradeço pela ajuda através da bolsa que recebi e contribuiu a minha formação e não da desistência do curso. ...”
	“O programa de auxílio é de suma importância para os estudantes que não possuem condições financeiras de manterem na Universidade. É um excelente programa”.
	“O programa de auxílio estudantil me ajudou em um momento crítico da minha vida, com desemprego na família e com dificuldade para acompanhar o curso universitário. Mesmo morando com meus pais em Curitiba, não foi fácil pagar alimentação e transporte para acompanhar o curso. Agora estou em uma situação ótima considerando aspectos financeiros e com emprego em pesquisa científica na área de Engenharia Mecânica, e sei que devo isso à minha formação na UTFPR. Espero que esse tipo de programa continue na universidade, ajudando os estudantes que necessitam”.
Auxílio insuficiente	“... Quanto ao auxílio estudantil há a necessidade de ampliar este valor pois em grande parte o estudante acaba realizando atividades remuneradas paralela a sua formação...”
	“Em relação à bolsa para auxílio, a modalidade disponível quando fui bolsista, era fora da realidade, muito inferior comparadas à outras universidades e a realidade enfrentada fora dos portões da universidade”.
Problemas no procedimento/ atendimento	“Excessiva burocracia e pouco tempo para organizar. .... Além disso, pedem os documentos no momento mais inoportuno, isto é, final de semestre. Que é quando estamos com maiores encargos das matérias”.
	“... são muitos documentos para apresentar e formulários a preencher.
	“Maior clareza e organização durante o período de inscrição, principalmente quando o prazo é curto e o edital sofre grandes modificações”.
Grade horária impede/ dificulta trabalho remunerado	“... pois eu tinha dificuldades para estudar e trabalhar ao mesmo tempo e o auxílio ajudou muito nas minhas despesas com alimentação”.
	“Há a necessidade de compreensão e sensibilização dos que ocupam cargos que influenciam no auxílio estudantil, pois o perfil dos estudantes é em sua maioria de pessoas que não conseguem mais trabalhar em período integral e nem sempre vêm de uma família que possa sustentar”.
Apoio psicológico	“Maior apoio psicológico aos estudantes de outras cidades”.

**Quadro 1 – Trechos relevantes de respostas dos graduados**

Fonte: Elaborado pela autora.

Temas	Trechos selecionados de respostas dos desistentes
Importante para a permanência	<p data-bbox="456 311 1441 371">"Enquanto estudei na instituição, o auxílio contribuiu muito para eu focar apenas nos estudos".</p> <p data-bbox="456 378 1023 412">"O programa é muito bom e deve continuar. ..."</p> <p data-bbox="456 418 1441 479">"Ao estudante carente que vem de longe é extremamente necessário o apoio de imediato e sem burocracia quanto à moradia, alimentação ..."</p> <p data-bbox="456 486 1441 577">"O programa é muito bom para manter a permanência do estudante na universidade, eu apenas desisti porque passei no curso que realmente queria em outra universidade".</p> <p data-bbox="456 584 1441 667">"Acredito que ele é muito importante porque eu conheci muitas pessoas que realmente precisaram e por terem conseguido, elas continuaram no curso até o fim".</p> <p data-bbox="456 674 1441 835">"O auxílio estudantil permitiu que eu pudesse alcançar parte de alguns objetivos de forma um pouco mais segura, infelizmente a não conclusão do curso se deu pela mudança de curso de graduação e de campus, tendo alguns empecilhos estruturais e pessoais pela finalização do mesmo. Mas em todo momento que busquei ajuda, eu tive acompanhamento da equipe do NUAPE".</p> <p data-bbox="456 842 1441 902">"Acredito que em alguns casos o auxílio é essencial para a possibilidade de permanência no curso, principalmente em cursos de tempo integral. ..."</p> <p data-bbox="456 909 1441 969">"O programa é muito bom pois me ajudou muito no tempo que fiquei na UTFPR sem ele não conseguiria estudar visto que o curso é integral. "</p> <p data-bbox="456 976 1441 1037">"A ideia do programa é incrível e se não fosse esse auxílio nem o primeiro semestre teria concluído, ..."</p>
Auxílio insuficiente	<p data-bbox="456 1055 1441 1146">"... mas infelizmente a quantia do auxílio era insuficiente devido aos altos custos que temos na graduação, sendo impossibilidade a continuidade no curso, sendo ele em período integral".</p> <p data-bbox="456 1153 1441 1350">"... Uma crítica é em relação ao valor da bolsa permanência (se não me engano era este o nome) que dava ao estudante apenas 200 reais e mesmo em conjunto com a bolsa alimentação, não é nem de longe suficiente para um estudante se manter em uma outra cidade, cujo custo de vida é altíssimo e sem poder trabalhar pois o curso exige uma carga horária integral, sendo impossível para cidadãos que queiram se formar e não possuem qualquer renda. ..."</p>
Contra requisito relativo às reprovações	<p data-bbox="456 1373 1441 1433">"os estudantes que não apresentam bom desempenho são excluídos, mas muitas vezes existem diversas dificuldades em torno disso".</p> <p data-bbox="456 1485 1441 1951">"... porém não garantia às pessoas que possuíam dificuldades financeiras mais severas, pois era muito exigente em relação às reprovações máximas que o estudante poderia ter. Considero esta situação muito injusta, pois a dificuldade financeira experimentada por estas pessoas durante todas as suas vidas lhes causa diversas consequências, sendo a dificuldade de se adaptar ao ritmo de um curso como engenharia uma delas. Essas pessoas, normalmente oriundas do ensino médio público de péssima qualidade, que precisariam de um amplo amparo econômico e social para conseguir terminar o curso, acabam perdendo a bolsa por não conseguirem acompanhar o ritmo dos demais, que geralmente vinham de cursos preparatórios, do ensino médio técnico e de escolas particulares muito mais capacitadas. Isso ocorre principalmente no segundo semestre do curso, pois os acadêmicos possuem apenas 4 meses de aula para se adaptar e obter a aprovação em 80% das disciplinas, que na minha grade era equivalente a apenas uma. Ou seja, grande parte deles perdia a bolsa logo no primeiro ano de faculdade, aumentando ainda mais suas dificuldades no decorrer do curso".</p>
Deficiência na divulgação	<p data-bbox="456 1980 1441 2056">"A UTFPR poderia divulgar melhor esses projetos de apoio aos estudantes, não só o financeiro, mas o de apoio psicológico também, poucos sabem da existência dele..."</p>

Grade horária impede/ dificulta trabalho remunerado	<p>“Alguém que mora na região metropolitana e precisa trabalhar para sobreviver precisa de uma grade horária mais compacta e com menos aulas vagas, buracos. O sistema de dois turnos em que eu estava matriculada tinha grades cheia de aulas vagas e que ocupavam muito do horário útil do dia, além de impedir uma vaga de emprego melhor para mim, ...”</p> <p>“... O que me tirou da UTFPR foram os horários não compatíveis com o mercado de trabalho. Como posso sobreviver 5 anos sem trabalhar para poder estudar a tarde e à noite? A universidade é para filhos de pessoas ricas? ...”</p> <p>“ Na época ...não tinha auxílio moradia, nem alojamento, e como sou de outro estado, tive que abandonar o curso e trabalhar para me manter em Curitiba”.</p> <p>“No meu caso precisei deixar os estudos porque não podia deixar o trabalho e não conseguia acompanhar a turma. Sendo assim, acredito que se tivesse um meio de conceder aos estudantes carentes uma bolsa auxílio em espécie para ajudar durante os primeiros períodos, quando ainda não conseguimos fazer estágio, talvez tivéssemos mais pessoas estudando atualmente. Se isso fosse possível pra mim na época não teria desistido do curso”.</p>
Apoio psicológico	<p>“... e igualmente importante sua inserção (caso ele solicite ou se perceba fraco desempenho acadêmico e/ou pouca assiduidade) em um programa PERMANENTE de promoção e manutenção de saúde mental e social com médico psiquiatra e psicólogo em encontros mensais. Sofri muito a falta disso. Na UFPR, UTFPR UFOP e agora na UFG”.</p> <p>“... não só o financeiro, mas o de apoio psicológico também, poucos sabem da existência dele. Eu sentia que faltava comunicação entre a "diretoria" da UTFPR com os estudantes, vários colegas não sabiam nem da metade das opções de atividades extras oferecidas pela instituição, e essa interação é vista como um apoio aos estudantes, eles se sentem acolhidos”.</p>

**Quadro 2– Trechos relevantes de respostas dos desistentes**

Fonte: Elaborado pela autora.

As respostas que esses ex-estudantes trouxeram podem não ter relevância estatística, pelo seu pequeno volume. O universo de ex-bolsistas é limitado, só parte respondeu o questionário e só parte desses respondeu à questão aberta, não obrigatória. Ainda assim, tais respostas, podem e devem ser levadas em consideração pelas partes envolvidas no Programa para, eventualmente promover-lhe melhorias, na busca do bem comum e da boa governança pública.

## 5 CONCLUSÕES

A educação enquanto direito de todos e dever do Estado visando a efetivação da cidadania além da qualificação para o trabalho, como posto no art. 205 da Constituição Federal (BRASIL, 1988), não se efetivou no Brasil para as classes menos favorecidas, como se depreende da pesquisa da ANDIFES (2011, p. 20).

A Constituição da República preconiza ainda, no inciso I, de seu art. 205 (BRASIL, 1988) a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola como um dos princípios da educação, refletindo uma preocupação com a baixa democratização do ensino superior brasileiro, percebida ao longo de sua história.

O problema sobre o qual se ocupou a presente pesquisa foi a dificuldade de permanência dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica no ensino superior.

Num ambiente de inserção da cultura da avaliação no setor de políticas públicas educacionais, no contexto da governança pública, elegeu-se a avaliação da eficácia do Programa de Auxílio Estudantil da UTFPR - Câmpus Curitiba, como objeto principal da pesquisa, pela comparação entre o coeficiente acadêmico e permanência dos estudantes bolsistas do Programa e dos demais estudantes da Universidade. Faz-se necessário criar ferramentas de avaliação e monitoramento de programas sociais, que gerem transparência dos resultados alcançados.

No capítulo 2, expôs-se resultado de pesquisa bibliográfica e documental sobre avaliação de programas sociais e avaliação de eficácia, bem como sobre a sua operacionalização via indicadores. Suscintamente, historiou-se o ensino superior no Brasil e descreveu-se a política de educação superior brasileira e a assistência estudantil no Brasil, bem como os investimentos nela realizados. A seguir, discorreu-se sobre a UTFPR e suas ações na assistência estudantil foram historiadas. Por fim, buscou-se situar a assistência estudantil e o Programa da UTFPR no desenho de conceitos de gestão pública de plano, programa e política pública.

Assim disposto o marco teórico, passou-se, no capítulo 3, a uma sistematização dos procedimentos metodológicos adotados: a pesquisa foi classificada, seu foco definido, suas fontes de coleta de dados descritas, os

indicadores construídos, o procedimento de análise de dados determinado, além de descrito o pré-teste realizado.

Por fim, no capítulo 4, foram exibidos e discutidos os resultados da análise de dados planejada, com a aplicação dos indicadores construídos às fontes de dados selecionadas, para estudantes ingressos desde o primeiro semestre de 2000, até o primeiro semestre de 2015, de todos os cursos da UTFPR - Câmpus Curitiba.

## 5.1 ATENDIMENTO AOS OBJETIVOS

O objetivo geral, de avaliar a eficácia do Programa de Auxílio Estudantil da UTFPR - Câmpus Curitiba, utilizando-se da comparação do coeficiente acadêmico e da permanência dos estudantes bolsistas do Programa e dos demais estudantes da Universidade, foi atingido pela aplicação do sistema de indicadores construído às fontes de dados coletados.

O primeiro objetivo específico da pesquisa foi analisar o coeficiente acadêmico dos estudantes bolsistas do Programa, em comparação com o dos demais estudantes do Câmpus, com o intuito de verificar se o Programa destinado aos primeiros tem garantido igualdade de condições de desenvolvimento acadêmico na instituição. O objetivo foi alcançado com os resultados da aplicação do “indicador-chave coeficiente acadêmico comparado”, informação esta que foi complementada pelos resultados do “indicador afastados para estudo no exterior comparado”. As conclusões, exposta no capítulo anterior, foram as de que os bolsistas obtiveram coeficientes acadêmicos, em média, 10,5% melhores e se afastaram para estudo no exterior em proporção igual ao dos não bolsistas, demonstrando mais que igualdade, a superioridade de condições de desenvolvimento acadêmico. O coeficiente acadêmico é a medida ampla e direta do desenvolvimento acadêmico e o afastamento para estudo no exterior, por depender de requisito de rendimento mínimo, relaciona-se com o coeficiente.

O segundo objetivo específico foi o de analisar a permanência dos estudantes bolsistas, em comparação com a dos demais estudantes do Câmpus; visando verificar se o Programa destinado aos primeiros tem garantido igualdade de condições de



permanência dos estudantes na instituição. Tal objetivo foi atingido pelos resultados da aplicação do “indicador-chave evasão” - considerando que evasão é o oposto da permanência -, com a auxílio do indicador-complementar “formados comparativo” – este que indica que o estudante permaneceu no curso até o seu término. Os resultados, apresentados no capítulo 4, foram de que os bolsistas evadiram, em média, 37,08% menos que os não bolsistas e se formaram numa proporção 0,04% maior que os não bolsistas, demonstrando a igualdade em relação ao número de estudantes formados e a superioridade de condições de permanência dos estudantes na instituição.

O terceiro objetivo específico do estudo foi o de verificar se o Programa de Auxílio Estudantil da UTFPR – Câmpus Curitiba cumpriu seu objetivo, tal como registrado no Edital da Assessoria para Assuntos Estudantis da Universidade: apoiar o estudante para o seu desenvolvimento acadêmico e sua permanência na Instituição, buscando reduzir os índices de evasão decorrentes de dificuldades de ordem socioeconômica. Este objetivo decorre diretamente dos dois anteriores, porque: a) verificar se o apoio ao estudante para o seu desenvolvimento acadêmico é consequência da comparação do coeficiente acadêmicos entre bolsistas e não bolsistas, que no caso concluiu até mais que pela igualdade, mas pela superioridade dos primeiros e b) aferir o apoio ao estudante para a sua permanência é verificar a permanência comparativa entre bolsistas e não bolsistas, que resultou também na superioridade dos primeiros; como consta nos parágrafos anteriores.

Tendo este terceiro objetivo resultado positivo, o que ocorreu, implica numa avaliação positiva da eficácia do Programa, esta, a capacidade de alcançar os objetivos nele propostos, atingindo-se o objetivo geral da pesquisa.

Retomando-se as três hipóteses colocadas na primeira seção do capítulo de procedimentos metodológicos, confirma-se então a terceira delas, a de que “o coeficiente acadêmico e a permanência são estatisticamente maiores entre os bolsistas”, demonstrando um esforço maior dos bolsistas na sua vida acadêmica. As razões para esse resultado melhor, advindo de um esforço maior, podem ser objeto de novas hipóteses e teorias, possivelmente em outros campos das ciências sociais.

## 5.2 SUGESTÕES AO PROGRAMA DE AUXÍLIO ESTUDANTIL

As respostas apresentadas pelos ex-bolsistas, nos questionários aplicados, apontaram para a importância do Programa de Auxílio Estudantil, em particular, para a permanência dos mesmos na instituição.

Porém, nas respostas aos questionários, os estudantes indicaram questões no Programa e nos atendimentos que poderiam ser redesenhados pelo NUAPE-Curitiba, órgão executor do programa no câmpus ou pela sua gestão, a ver:

- a) Valor insuficiente do Auxílio: Sugere-se que os valores dos auxílios sejam majorados de acordo com as despesas dos estudantes. Para isso caberia a realização de uma pesquisa de mercado e que os valores fossem definidos de acordo com a realidade socioeconômica de cada estudante.
- b) Problemas no procedimento/atendimento: Recomenda-se que sejam criados procedimentos de atendimento que busquem a desburocratização do acesso ao auxílio, como por exemplo oficinas e palestras que orientem aos alunos da obrigatoriedade da documentação, mas que informem a disponibilidade dos documentos (*links* da Receita Federal, Ministério do Trabalho, etc.). Disponibilização de um *cheque-list* dos documentos solicitados. Realização de encaminhamentos para os locais que forneçam as documentações (Receita Federal, Cartórios, Centros de Referência da Assistência Social, etc.).
- c) Grade horária impede/ dificulta trabalho remunerado: Em relação a carga horária dos cursos, o resultado da pesquisa poderá ser divulgado aos coordenadores de cursos e à Direção de Graduação e Educação Profissional sobre as críticas apresentadas.
- d) Projetos de remuneração dos bolsistas na própria instituição: Indica-se que os servidores do órgão executor do programa, em conjunto com os demais setores relacionados, desenvolvam projetos que possibilitem a remuneração dos bolsistas na própria instituição, como por exemplo os Programas de Iniciação Científica, Monitoria, Programa de Protagonismo Estudantil e outros que não interfiram na carga horária dos estudantes. Ressalte-se que a convivência do auxílio em pauta com tais

programas é perfeitamente possível e justificável, devendo-se sim incentivar a participação dos alunos bolsistas em tais atividades.

e) Deficiência na divulgação: Sugere-se que sejam ampliados os instrumentos de divulgação do Programa de Auxílio Estudantil, bem como os demais atendimentos realizados pelo órgão responsável, através das redes sociais, informativos diários e de fácil acesso aos estudantes, como por exemplo: murais no Restaurante Universitário, biblioteca e demais locais com grande circulação.

f) Contra requisito relativo às reprovações: Propõem-se uma avaliação em conjunto de estudantes e servidores, onde sejam redefinidos os critérios de requisitos para a aprovação dos estudantes a serem beneficiados. Note-se que o Programa tem como objetivo, auxiliar na permanência dos estudantes na instituição, e que muitas vezes os estudantes, como por exemplo, com dificuldades de aprendizagem, dificuldades de adaptação à instituição, que sofreram situações de violência, etc., acabam sendo excluídos por baixo desempenho acadêmico. Destaca-se ainda que, em complementação ao auxílio financeiro, faz-se necessário a ampliação dos acompanhamentos pedagógicos e psicológicos a estes. Seja mediante a realização de oficinas, encontros, orientações e demais atendimentos.

g) Apoio psicológico: Identificou-se uma grande demanda pelo apoio psicológico na instituição. Recomenda-se que este atendimento tenha uma maior divulgação, bem como, dado a importância que os respondentes atribuíram para o apoio psicológico, que os gestores do câmpus verifiquem a possibilidade de ampliar este atendimento, seja na contratação de novos profissionais, como na implantação de um programa que promova a saúde mental de todos os estudantes.

### 5.3 CONTRIBUIÇÕES

A primeira contribuição foi construir um sistema de indicadores com a finalidade de avaliar o Programa de Auxílio Estudantil na UTFPR – Câmpus Curitiba, o qual poderá ser aplicado a todos os treze câmpus da Universidade.

A segunda foi informar dos resultados da pesquisa aos atores envolvidos no Programa- particularmente, os estudantes bolsistas, os gestores do Câmpus e da

Universidade, além dos servidores do NUAPE; que podem deles se utilizar para, se assim entenderem, redesenharem o Programa para melhor atingir seus objetivos e até ampliá-los. Também, verifica-se a necessidade de que os programas de assistência estudantil sejam periodicamente avaliados e rediscutidos a partir do olhar dos estudantes, enquanto principais destinatários.

Na medida em que a avaliação posta em prática na pesquisa demonstrou o atingimento dos objetivos do Programa, produzindo efeitos sociais relevantes, em particular, na permanência desses estudantes na Universidade, justifica-se a continuidade do Programa, sendo este plenamente legítimo junto ao governo e à sociedade.

A terceira, esta na área acadêmica, foi poder contribuir para a realização de novos estudos que abordem a questão da permanência no ensino superior.

Ressalta-se que, nos questionários aplicados, identificou-se a predominância da dificuldade de ordem financeira superior a 75%. No entanto, deles também emergem, e com destaque, questões - que vão de distância da família à situação de violência, passando pelas dificuldades emocionais- que podem ser identificadas e acompanhadas pelo atendimento psicológico, pedagógico, social, médico e/ou odontológico do NUAPE – Curitiba. Uma quarta contribuição seria, portanto, recomendar a priorização de tais atendimentos, na busca pela redução dos índices de evasão estudantil, complementando os benefícios financeiros previstos no Programa.

O presente estudo se concentra na avaliação do Programa, sob o critério da eficácia. O seu escopo, porém, foi ampliado para também explorar o procedimento e as ações para o atingimento do seu objetivo, como propõem Bellonni (2007, p. 65), como quando se refere aos atendimentos do NUAPE, mas também quando toca nos problemas no procedimento/ atendimento e na divulgação do Programa, relatados no capítulo anterior.

Cabe registrar também que a aplicação dos questionários a ex-alunos bolsistas, sejam desistentes, sejam graduados, foi uma busca de saber como está esse ex-aluno e, de certa forma, fazê-lo saber que a Universidade se interessa por ele e quer com ela manter vínculo.

Vale mencionar que, ao longo de toda a pesquisa, buscou a autora abstrair-se do fato de ter participado, por 12 semestres, de execução do Programa, sendo 4 na chefia do Núcleo que o executa no Câmpus Curitiba, para analisá-lo com a isenção

que a metodologia científica pede. Ao mesmo tempo, tal experiência, que envolve o contato pessoal com centenas de alunos e suas histórias de vida, permitiu uma análise mais acertada da massa de dados objetivos, na qual se ampara o presente trabalho.

#### 5.4 LIMITAÇÃO DA PESQUISA

Uma limitação característica do estudo de caso é que este não favorece à generalização, posto que tem como objetivo descrever intrinsecamente as características de um fenômeno (GIL, 2009, p. 18).

No presente caso, porém, a teoria formulada ao término do presente estudo pode ser testada, com as devidas adaptações, em todos os Câmpus da UTFPR, e mesmo em outras universidades, num processo de generalização indutiva.

#### 5.5 TRABALHOS FUTUROS

Concluída a presente pesquisa, atingidos os objetivos aos quais se propôs, há de se projetar como pode ser ampliado o seu foco.

A direção sugerida é estudar as causas da evasão, um problema que tanto preocupa governo e sociedade, destruindo ou retardando projetos de vida de jovens estudantes e suas famílias. Pode-se acrescentar uma pesquisa sobre as ações mais eficazes para enfrentar o problema. E não só o apoio financeiro da bolsa; mas as outras identificados na pesquisa, como os atendimentos sociais, pedagógicos, psicológicos e de saúde.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ney L. T. de. Educação pública e serviço social. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 63, jul. 2000.

\_\_\_\_\_. Parecer sobre os projetos de lei que dispõem sobre a inserção do Serviço Social na Educação. **Serviço Social na Educação**, caderno especial, n. 26, nov. 2005. Disponível em: <<http://www.servicosocialnaeducacao.info>>. Acesso em: 25 mar. 2016.

ALVES, Jolinda de M. Assistência estudantil no âmbito da política de educação superior pública. **Serviço Social em Revista – Universidade Estadual de Londrina**, Londrina, v. 5, n. 1, 2003. Disponível em: <[http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c\\_v5n1\\_Jo.htm](http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c_v5n1_Jo.htm)>. Acesso em: 25 mar. 2016.

AMANN, Edmund; BAER, Werner. Brazil as an emerging economy: a new economic miracle? **Brazilian Journal of Political Economy**, São Paulo, v. 32, n. 3, jul-sep, 2012.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR. Comissão Especial de Estudos sobre a Evasão nas Universidades Públicas Brasileiras. **Diplomação, retenção e evasão nos cursos de graduação em instituições de ensino superior públicas**. Brasília: ANDIFES/ABRUEM/SESu/MEC, 1996. Disponível em: <[http://www.andifes.org.br/wp-content/files\\_flutter/Diplomacao\\_Retencao\\_Evasao\\_Graduacao\\_em\\_IES\\_Publicas-1996.pdf](http://www.andifes.org.br/wp-content/files_flutter/Diplomacao_Retencao_Evasao_Graduacao_em_IES_Publicas-1996.pdf)>. Acesso em: 11 jul. 2016.

\_\_\_\_\_. **Perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das universidades federais brasileiras**. Brasília: Fonaprace, 2011. Disponível em: <[http://www.andifes.org.br/wp-content/files\\_flutter/1377182836Relatorio\\_do\\_perfi\\_dos\\_estudantes\\_nas\\_universidades\\_federais.pdf](http://www.andifes.org.br/wp-content/files_flutter/1377182836Relatorio_do_perfi_dos_estudantes_nas_universidades_federais.pdf)>. Acesso em: 25 mar. 2016.

\_\_\_\_\_. **Federais precisam de 1,4 bi para assistência estudantil**. Brasília: Andifes, 2013. Disponível em: <<http://www.andifes.org.br/federais-precisam-de-mais-r-14-bi-para-assistencia-estudantil/>>. Acesso em: 25 mar. 2016.

\_\_\_\_\_. Plano Nacional de Assistência Estudantil. Andifes: Brasília, 2013. Disponível em: <[http://www.andifes.org.br/wp-content/files\\_flutter/Biblioteca\\_071\\_Plano\\_Nacional\\_de\\_Assistencia\\_Estudantil\\_da\\_Andifes\\_completo.pdf](http://www.andifes.org.br/wp-content/files_flutter/Biblioteca_071_Plano_Nacional_de_Assistencia_Estudantil_da_Andifes_completo.pdf)>. Acesso em: 25 mar. 2016.

BANCO MUNDIAL. La enseñanza superior: las lecciones derivadas de la experiência. **El desarrollo em la práctica**. Washington: Banco Mundial, 1995. Disponível em: <<http://firgoa.usc.es/drupal/files/010-1344Sp.pdf>>. Acesso em: 25 mar. 2016.

BAPTISTA, Myrian V. **Planejamento social**: intencionalidade e instrumentação. São Paulo: Ed. Veras, 2000.

CEPAL. **Gestión de programas sociales em América Latina**, Série Políticas Sociales, Cepal, Santiago, v. 1, n. 25, 1988.

BELLO, José L. de P. Educação no Brasil: A história das rupturas. **Pedagogia em Foco**, Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: <<http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/heb14.htm>>. Acesso em: 25 mar. 2016.

BELLONI, Isaura. **Metodologia de avaliação em políticas públicas**: uma experiência em educação profissional. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm)> Acesso em: 25 mar. 2016.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm)>. Acesso em: 25 mar. 2016.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/l10172.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm)>.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007**. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm)>. Acesso em: 25 mar. 2016.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm)>. Acesso em: 25 mar. 2016.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 13.005, de junho de 2014.** Aprova o Programa Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/ Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/ Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm)> Acesso em: 25 mar. 2016.

CAVALCANTI, Rosangela, W. **A política de assistência estudantil no Brasil como instrumento de democratização das universidades públicas federais.** In: SEMINÁRIO NACIONAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO, 2. 2014, Florianópolis. **Anais ...** Florianópolis: Universidade do Estado de Santa Catarina, 2014. <<http://www.eventos.ct.utfpr.edu.br/anais/snpsd/pdf/snpsd2014/940.pdf>> Acesso em: 25 mar. 2016.

CHAVES, Vera L. J.; LIMA, Rosângela N.; MEDEIROS, Luciene M. Reforma da educação superior brasileira – de Fernando Henrique Cardoso a Luiz Inácio Lula da Silva: políticas de expansão, diversificação e privatização da educação superior brasileira. In: BITTAR, Mariluce; OLIVEIRA, João F. de; MOROSINI, Marília (Org.). **Educação superior no Brasil - 10 anos pós-LDB**, Coleção Inep 70 anos, v. 2. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2008.

FARIA, Carlos A. P. de. A Política da avaliação de políticas públicas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 20, n. 59, p. 97-169, out. 2005.

FÁVERO, Maria de L. de A. **Universidade e poder: análise crítica/fundamentos históricos.** Rio de Janeiro: Achiamé, 1980.

FÁVERO, Maria de L. de A. **A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968.** Educar, Curitiba: 2006.

FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS. Histórias e memórias conjugadas de documentos. In: Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis – FONAPRACE (Org.); Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior - ANFIFES (Coord.). **Revista FONAPRACE comemorativa 25 anos: histórias memórias e múltiplos olhares.** Uberlândia: UFU- PROEX, 2012.

GADOTTI, Moacir. Concepção dialética da educação e educação brasileira contemporânea. In: **Educação e Sociedade**, CEDES, n. 8. São Paulo: Cortez, 1981.

GIAMBIAGI, Fábio; VILLELA, André; HERMANN, Jennifer. **Economia brasileira contemporânea [1945-2010].** 2. ed. Rio de Janeiro: Elviesier, 2011.



GIL, Antonio C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

\_\_\_\_\_. **Estudo de caso**. São Paulo: Atlas, 2009.

JANNUZZI, Paulo M. **Indicadores sociais no Brasil**: conceitos, fontes de dados e aplicações. 2. ed. Campinas: Alínea, 2003.

\_\_\_\_\_. **Monitoramento e avaliação de programas sociais**: uma introdução aos conceitos e técnicas. Campinas: Alínea, 2016.

LEVIN, Jack. **Estatística aplicada a ciências humanas**. 2.ed. São Paulo: Harbra, 1987.

MARCONI, Marina de A.; LAKATOS, Eva M. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

\_\_\_\_\_. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARTINS, Eliana B. C. **Educação e serviço social**: elo para a construção da cidadania. Tese de Doutorado em Serviço Social. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2007.

MARTINS, Gilberto de A. **Estudo de caso**: uma estratégia de pesquisa. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MARTINS, Gilberto de A. **Manual para elaboração de monografias e dissertações**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

MATIAS-PEREIRA, José. **Governança no setor público**. São Paulo: Atlas, 2010.

\_\_\_\_\_. **Manual da gestão pública contemporânea**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **A democratização e expansão da educação superior no país: 2003 - 2014**. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=16762-balanco-social-sesu-2003-2014&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16762-balanco-social-sesu-2003-2014&Itemid=30192)>. Acesso em: 25 mar. 2016.

\_\_\_\_\_. **Censo da educação superior 2014**, Brasília: INEP, 2013. Disponível em: <[http://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/censo\\_superior/documentos/2015/notas\\_sobre\\_o\\_censo\\_da\\_educacao\\_superior\\_2014.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2015/notas_sobre_o_censo_da_educacao_superior_2014.pdf)>. Acesso em: 12 jul. 2016.

\_\_\_\_\_. **Plano Nacional de Assistência Estudantil**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/pnaes/apresentacao>>. Acesso em: 25 mar. 2016.

\_\_\_\_\_. **Portaria Normativa Nº 39, de 12 de dezembro de 2007**. Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria\\_pnaes.pdf](http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria_pnaes.pdf)>. Acesso em: 25 mar. 2016.

PAULA, Maria de F. C. de. **Desigualdades e políticas de inclusão na educação superior no Brasil e na Argentina**: limites, possibilidades e desafios. Revista Aleph, Niterói, n. 18, dez. 2012. Disponível em: <[revistaleph.uff.br/index.php/REVISTALEPH/article/download/32/27](http://revistaleph.uff.br/index.php/REVISTALEPH/article/download/32/27)>. Acesso em: 12 jul. 2016.

PINTO, Marina B. A contra-reforma do ensino superior e a desprofissionalização da graduação em serviço Social. **Revista Ágora**: políticas públicas e serviço social, a. 3, n. 6, abr. 2007.

REZENDE, Denis A. **Planejamento estratégico público ou privado**: guia para projetos em organizações de governo ou de negócios. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

RIBEIRO, Darcy. **A universidade necessária**. 2a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

RICHARDSON, Roberto J. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

RISTOFF, Dilvo. Educação superior no Brasil – 10 anos pós-LDB: da expansão à democratização. In: BITTAR, Mariluce; OLIVEIRA, João F. de; MOROSINI, Marília (Org.). **Educação superior no Brasil - 10 anos pós-LDB**, Coleção Inep 70 anos, v. 2. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2008.

SANDER, Benno. **Gestão da educação na América Latina**: construção e reconstrução do conhecimento. Campinas: Autores Associados, 1995.

SAVIANI, Demerval. **A nova lei da educação - LDB**: trajetória, limites e perspectivas. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2003.

SEIFFERT, Otília M. L. B.; HAGE, Salomão M. Políticas de ações afirmativas para a educação superior no Brasil: da intenção à realidade. In: BITTAR, Mariluce; OLIVEIRA, João F. de; MOROSINI, Marília (Org.). **Educação superior no Brasil - 10 anos pós-LDB**, Coleção Inep 70 anos, v. 2. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2008.

SILVA, Christian L. da. (Org.); SOUZA-LIMA, José E. **Políticas públicas e indicadores para o desenvolvimento sustentável**. Saraiva: São Paulo, 2010.

SILVA, Christian L da. **Políticas públicas e desenvolvimento local**: instrumentos e proposições de análise para o Brasil. Petrópolis: Vozes, 2012.

SOUZA, Stella M. P. **Serviço social e universidade**: resgate de lembranças (Universidade Brasileira). Florianópolis: Editora da UFSC, 1994.

TEIXEIRA, Joaquina B. **Formulação, administração e execução de políticas públicas**. In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ. **Conceito de vulnerabilidade social**. Disponível em: <<http://www.utfpr.edu.br/estrutura-universitaria/reitoria/assessorias/assessoria-para-assuntos-estudantis/assessoria-para-assuntos-estudantis-2014>>. Acesso em: 6 mai. 2016.

\_\_\_\_\_. **Normas para elaboração de trabalhos acadêmicos**. Comissão de Normalização de Trabalhos Acadêmicos. UTFPR: Curitiba, 2009.

\_\_\_\_\_. **Regulamento do Programa de Bolsa Permanência ao estudante da UTFPR, de agosto de 2010**. Disponível em: <<http://www.utfpr.edu.br/estrutura-universitaria/reitoria/assessorias/assessoria-para-assuntos-estudantis/edital-ae-01-2016/regulamento-programa-bolsa-permanencia-da-utfpr>>. Acesso em: 6 mai. 2016.

\_\_\_\_\_. **Regulamento da organização didático-pedagógica dos cursos de graduação da UTFPR**. Resolução nº 112/10-COEPP, de 29 de novembro de 2010. Modificado pela Resolução nº 092/11-COGEPP, de 09 de dezembro de 2011. Disponível em: <<http://www.utfpr.edu.br/estrutura-universitaria/pro>>

reitorias/prograd/legislacao/utfpr-1/bacharelado/regulamento-graduacao>. Acesso em: 11 jul. 2016.

\_\_\_\_\_. **Plano de Desenvolvimento Institucional da UTFPR**. Proposta Elaborada pela Comissão designada pela reitoria da Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Portaria nº 823, de 05 de abril de 2013. Disponível em: <[http://www.utfpr.edu.br/estrutura-universitaria/couni/processos/PDI20132017VERSAO26122013\\_aprovado\\_COUNIM\\_EC.pdf](http://www.utfpr.edu.br/estrutura-universitaria/couni/processos/PDI20132017VERSAO26122013_aprovado_COUNIM_EC.pdf)>. Acesso em: 11 jul. 2016.

\_\_\_\_\_. **Instrução Normativa Conjunta 02/2014 – PROGRAD/ PROREC**. Estabelece critérios para a homologação do Programa Ciência sem Fronteiras. Disponível em: <<http://www.utfpr.edu.br/estrutura-universitaria/pro-reitorias/prorec/diretoria-de-relacoes-interinstitucionais/links/instrucao-normativa-conjunta-02-2014-prograd-prorec-csf>>. Acesso em: 11 jul. 2016.

\_\_\_\_\_. **Relatórios de Gestão 2001 a 2015**. Disponível em: <<http://www.utfpr.edu.br/estrutura-universitaria/diretorias-de-gestao/diretoria-de-gestao-da-avaliacao-institucional/relatorios-de-gestao/relatorios-2001-2008#2008>>. Acesso em: 7 jul. 2016.

\_\_\_\_\_. **Edital Assessoria de Assuntos Estudantis 001/2016, de 22 de fevereiro de 2016**. Processo de seleção ao auxílio estudantil da UTFPR. Disponível em: <[http://www.utfpr.edu.br/estrutura-universitaria/reitoria/assessorias/assessoria-para-assuntos-estudantis/edital-ae-01-2016/edital-ae-01\\_2016-pdf](http://www.utfpr.edu.br/estrutura-universitaria/reitoria/assessorias/assessoria-para-assuntos-estudantis/edital-ae-01-2016/edital-ae-01_2016-pdf)>. Acesso em: 25 mar. 2016.

Yin, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2005.

## APÊNDICES

### APÊNDICE A <sup>32</sup>- Questionários aplicados a ex-bolsistas evadidos

01/08/2016

Questionário para ex-aluno(a)s bolsistas do Programa de Auxílio Estudantil desistentes ou trancados(a)s da UTFPR

#### **Questionário para ex-aluno(a)s bolsistas do Programa de Auxílio Estudantil desistentes ou trancados(a)s da UTFPR**

Prezado ex-aluno da UTFPR, este questionário faz parte de uma pesquisa desenvolvida para dissertação dentro do Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Governança Pública da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Ele é um importante instrumento com o objetivo de avaliar o Programa de Auxílio Estudantil na UTFPR - Câmpus Curitiba e a relação com a sua vida acadêmica e profissional.

Sua participação é fundamental! A duração estimada do questionário é de 15 minutos.

Obrigada

\*Obrigatório

1. **Você autoriza a utilização das suas respostas na elaboração da dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Governança Pública? \***

*Marcar apenas uma oval.*

- Sim. Eu autorizo a utilização das respostas da pesquisa na dissertação de mestrado profissional da mestranda Rosangela Wojdela Cavalcanti SEM A DIVULGAÇÃO DE NENHUM DADO PESSOAL, E-MAIL, CÓDIGO OU QUALQUER OUTRA IDENTIFICAÇÃO PESSOAL.
- Não autorizo.

#### **Bloco I - Minha Graduação**

[https://docs.google.com/forms/d/1CivZxb3a\\_fIKOv1RollRmLyFAZUCfgRq1XOmQBTwSc/edit](https://docs.google.com/forms/d/1CivZxb3a_fIKOv1RollRmLyFAZUCfgRq1XOmQBTwSc/edit)

1/7

---

<sup>32</sup> Os formulários estão apresentados nos Apêndices A e B exatamente como foram visualizados pelos respondentes.

01/08/2016

Questionário para ex-aluno(a)s bolsistas do Programa de Auxílio Estudantil desistentes ou trancados(a)s da UTFPR

**2. 1. Qual era o seu curso? \****Marcar apenas uma oval.*

- Administração
- Arquitetura e urbanismo
- Comunicação organizacional
- Design
- Educação física
- Química
- Sistemas de informação
- Engenharia civil
- Engenharia de computação
- Engenharia de controle e automação
- Engenharia de produção civil
- Engenharia elétrica
- Engenharia eletrônica
- Engenharia industrial elétrica - ênfase automação
- Engenharia industrial elétrica - ênfase eletrônica industrial e telecomunicações
- Engenharia industrial elétrica - ênfase eletrotécnica
- Engenharia mecânica
- Engenharia industrial mecânica
- Licenciatura em física
- Licenciatura em letras português - inglês
- Licenciatura em matemática
- Licenciatura em química
- Tecnologia em artes gráficas
- Tecnologia em atividades físicas de academia
- Tecnologia em automação industrial
- Tecnologia em comunicação empresarial e institucional
- Tecnologia em comunicação institucional
- Tecnologia em comunicações digitais
- Tecnologia em concreto
- Tecnologia em construção civil
- Tecnologia em design de móveis
- Tecnologia em design gráfico
- Tecnologia em eletrônica
- Tecnologia em eletrotécnica
- Tecnologia em gestão comercial elétrica
- Tecnologia em gestão da manufatura
- Tecnologia em mecatrônica industrial
- Tecnologia em processos ambientais
- Tecnologia em química ambiental
- Tecnologia em radiologia
- Tecnologia em radiologia médica

[https://docs.google.com/forms/d/1ClvZxb3a\\_f-iKov1RcllRmLyFAZUCfqRq1XOmqtWSc/edit](https://docs.google.com/forms/d/1ClvZxb3a_f-iKov1RcllRmLyFAZUCfqRq1XOmqtWSc/edit)

2/7

01/08/2016

Questionário para ex-aluno(a)s bolsistas do Programa de Auxílio Estudantil desistentes ou trancados(a)s da UTFPR

- Tecnologia em telecomunicações  
 Tecnologia em sistemas para internet

**3. 2. Em que ano você desistiu do seu curso? \****Marcar apenas uma oval.*

- 2/2008  
 1/2009  
 2/2009  
 1/2010  
 2/2010  
 1/2011  
 2/2011  
 1/2012  
 2/2012  
 1/2013  
 2/2013  
 1/2014  
 2/2014  
 1/2015

**4. 3. Durante a sua permanência na UTFPR o que você realizou conjuntamente com seus estudos? \****Marque todas que se aplicam.*

- Estágio não obrigatório  
 Monitoria  
 Iniciação Científica  
 PIBID  
 Trabalho Remunerado  
 Estudo no Exterior  
 Extensão  
 Projeto empresa no Hotel Tecnológico da UTFPR  
 Sócio de Empresa na Incubadora de Inovações da UTFPR  
 Membro do Centro Acadêmico  
 Membro do Diretório Acadêmico  
 Membro da Atlética  
 Nenhuma das atividades anteriores  
 Outro: .....

**Bloco II - Manutenção durante o curso**

01/08/2016

Questionário para ex-aluno(a)s bolsistas do Programa de Auxílio Estudantil desistentes ou trancados(a)s da UTFPR

**5. 4. Durante a sua permanência na UTFPR, na maior parte do curso você residiu em: \****Marcar apenas uma oval.*

- Moradia estudantil
- Pensão ou pensionato
- Com os pais
- Com os amigos
- Com namorado (a)
- Com o (a) esposo (a)
- Com outros familiares
- Sozinho

**6. 5. Antes de estudar na UTFPR, você residia \****Marcar apenas uma oval.*

- Já residia na cidade do campus - Curitiba
- Na região metropolitana de Curitiba
- Em outra cidade do Estado do Paraná
- Em outro Estado da Região Sul
- Na Região Sudeste
- Na Região Centro - Oeste
- Na Região Nordeste
- Na Região Norte

**7. 6. De que forma foi a composição da sua renda para se manter estudando na UTFPR na maior parte do seu curso? \****Marcar apenas uma oval.*

- Somente com o Auxílio Estudantil
- Auxílio Estudantil + auxílio dos familiares
- Auxílio Estudantil + auxílio de outros
- Auxílio Estudantil + atividades remuneradas
- Auxílio Estudantil + economias (poupança, herança, etc)
- Outro:

**Bloco III - Vida Acadêmica**



01/08/2016

Questionário para ex-aluno(a)s bolsistas do Programa de Auxílio Estudantil desistentes ou trancados(a)s da UTFPR

8. 7. Durante a sua graduação, como você avalia os atendimentos recebidos do NUAPE (Núcleo de Acompanhamento Psicopedagógico e de Assistência Estudantil da UTFPR)? Assinale: 1) Atendeu totalmente a minha demanda; 2) Atendeu parcialmente a minha demanda; 3) Indiferente; 4) Não atendeu a minha demanda e 5) Não utilizei este atendimento.

Marcar apenas uma oval por linha.

	1	2	3	4	5
Atendimento psicológico - plantão ou acompanhamento	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Atendimento pedagógico - orientação e acompanhamento pedagógico	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Atendimento social - orientação e encaminhamentos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
NAPNE - Núcleo de atendimento às pessoas com necessidades específicas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Atendimento de saúde - médico e odontológico	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

9. 8. A seguir são elencadas algumas dificuldades relatadas pelos alunos para a desistência ou trancamento do curso. Assinale de acordo com a sua realidade quando era estudante da UTFPR: 1) Discordo totalmente; 2) Discordo; 3) Indiferente; 4) Concordo; 5) Concordo Totalmente \*

Marcar apenas uma oval por linha.

	1	2	3	4	5
Distância da família	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Dificuldade de adaptar-se na cidade	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Deslocamento moradia/instituição	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Dificuldade financeira	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Dificuldade de adaptar-se na instituição	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Dificuldade de acompanhar os conteúdos do curso	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Falta de conhecimento necessário para cursar o ensino superior	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Dificuldade de relacionamento com os colegas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Dificuldade de relacionamento com os professores	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Dificuldade de relacionamento com os familiares	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Dificuldade emocional	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Situação de doença	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Situação de preconceito	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Situação de violência	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

## Bloco IV - Programa de Auxílio Estudantil

10. 9. De quais modalidades de Auxílio Estudantil você foi beneficiário? \*

Marque todas que se aplicam.

- Auxílio Básico em dinheiro
- Auxílio Moradia
- Auxílio Alimentação - Restaurante Universitário
- Auxílio Instalação

01/08/2016

Questionário para ex-aluno(a)s bolsistas do Programa de Auxílio Estudantil desistentes ou trancados(a)s da UTFPR

**11. 10. Durante quanto tempo você foi bolsista do Programa de Auxílio Estudantil? \****Marcar apenas uma oval.*

- Apenas 1 semestre
- 2 a 3 semestres
- 4 a 6 semestres
- 7 a 10 semestres
- Outro: .....

**12. 11. Na sua opinião, qual o grau de contribuição de cada modalidade de bolsa auxílio para a sua permanência no seu curso superior? Assinale: 1) Contribuiu totalmente; 2) Contribuiu parcialmente; 3) Indiferente; 4) Não contribuiu; e 5) Não utilizei esta modalidade de auxílio \****Marcar apenas uma oval por linha.*

	1	2	3	4	5
Auxílio Básico em dinheiro	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Auxílio Alimentação - Restaurante Universitário	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Auxílio Moradia	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Auxílio Instalação	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

**Bloco V - Vida Profissional****13. 12. Atualmente você se encontra: \****Marcar apenas uma oval.*

- Cursando outra faculdade
- Cursando ensino técnico
- Cursando preparatório para outra faculdade
- Já me formei em outra instituição
- Matriculado em outro curso da UTFPR
- Trabalhando em empresa privada
- Trabalhando como servidor (a) público
- Trabalhando como autônomo
- Tenho uma empresa
- Estou desempregado (a)

**14. 13. Em seu trabalho, qual o cargo que você ocupa? \****Marcar apenas uma oval.*

- Presidente, diretor (a)
- Sócio (a) - gerente
- Gerente, coordenador (a), supervisor (a)
- Engenheiro (a)
- Técnico (a)
- Professor (a)
- Estou desempregado (a)
- Outro: .....

01/08/2016

Questionário para ex-aluno(a)s bolsistas do Programa de Auxílio Estudantil desistentes ou trancados(a)s da UTFPR

**15. 14. Em que faixa de renda você se encontra? \****Marcar apenas uma oval.*

- Menos de 1 salário mínimo
- De 1 a 3 salários mínimos
- De 3 a 5 salários mínimos
- De 5 a 10 salários mínimos
- Acima de 10 salários mínimos
- Não estou realizando atividade remunerada

**Bloco VI - Apoio Estudantil****16. 15. Na sua opinião, o Programa de Auxílio Estudantil da UTFPR te apoiou para o seu desenvolvimento acadêmico? \****Marcar apenas uma oval.*

- Sim
- Não

**17. 16. Na sua opinião, se você tivesse recebido o apoio do Programa de Auxílio Estudantil da UTFPR, você teria concluído o seu curso? \****Marcar apenas uma oval.*

- Sim
- Não

**18. 17. Você deseja deixar uma sugestão de melhoria, crítica, elogio ou outra manifestação referente ao Programa de Auxílio Estudantil? Descreva:**

---

---

---

---

---

Powered by  
 Google Forms

## APÊNDICE B - Questionários a aplicados aos ex-alunos graduados

01/08/2016

Questionário para ex-aluno(a)s bolsistas do Programa de Auxílio Estudantil graduado(a)s na UTFPR

### Questionário para ex-aluno(a)s bolsistas do Programa de Auxílio Estudantil graduado(a)s na UTFPR

Prezado ex-aluno da UTFPR, este questionário faz parte de uma pesquisa desenvolvida para dissertação dentro do Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Governança Pública da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Ele é um importante instrumento com o objetivo de avaliar o Programa de Auxílio Estudantil na UTFPR - Câmpus Curitiba e a relação com a sua vida acadêmica e profissional.

Sua participação é fundamental! A duração estimada do questionário é de 15 minutos.

Obrigada

**\*Obrigatório**

**1. Você autoriza a utilização das suas respostas na elaboração da dissertação de mestrado do Programa de Pós Graduação em Planejamento e Governança Pública?**

*Marcar apenas uma oval.*

Autorizo a utilização das respostas da pesquisa na dissertação de mestrado profissional da mestrandia Rosangela Wojdela Cavalcanti SEM A DIVULGAÇÃO DE NENHUM DADO PESSOAL, E-MAIL, CÓDIGO OU QUALQUER OUTRA IDENTIFICAÇÃO PESSOAL. *Ir para a pergunta 2.*

Não autorizo *Pare de preencher este formulário.*

### BLOCO I - Minha Graduação

01/08/2016

Questionário para ex-aluno(a)s bolsistas do Programa de Auxílio Estudantil graduado(a)s na UTFPR

**2. 1. Em qual curso você se graduou na UTFPR? \****Marcar apenas uma oval.*

- Administração
- Arquitetura e Urbanismo
- Comunicação Organizacional
- Design
- Educação Física
- Química
- Sistemas de informação
- Engenharia civil
- Engenharia de computação
- Engenharia de controle e automação
- Engenharia de produção civil
- Engenharia elétrica
- Engenharia eletrônica
- Engenharia industrial elétrica - ênfase automação
- Engenharia industrial elétrica - ênfase eletrônica industrial e telecomunicações
- Engenharia industrial elétrica - ênfase eletrotécnica
- Engenharia mecânica
- Engenharia industrial mecânica
- Licenciatura em física
- Licenciatura em letras português - inglês
- Licenciatura em matemática
- Licenciatura em química
- Tecnologia em artes gráficas
- Tecnologia em atividades físicas de academia
- Tecnologia em automação industrial
- Tecnologia em comunicação empresarial e institucional
- Tecnologia em comunicação institucional
- Tecnologia em comunicações digitais
- Tecnologia em concreto
- Tecnologia em construção civil
- Tecnologia em design de móveis
- Tecnologia em design gráfico
- Tecnologia em eletrônica
- Tecnologia em eletrotécnica
- Tecnologia em gestão comercial elétrica
- Tecnologia em gestão da manufatura
- Tecnologia em mecatrônica industrial
- Tecnologia em processos ambientais
- Tecnologia em química ambiental
- Tecnologia em radiologia
- Tecnologia em radiologia médica

[https://docs.google.com/forms/d/1QR595Vlp4I-NA2NXXAvD47sIVFU2G6KBftP0M\\_J1yU/edit](https://docs.google.com/forms/d/1QR595Vlp4I-NA2NXXAvD47sIVFU2G6KBftP0M_J1yU/edit)

27

01/08/2016

Questionário para ex-aluno(a)s bolsistas do Programa de Auxílio Estudantil graduado(a)s na UTFPR

- Tecnologia em telecomunicações  
 Tecnologia em sistemas para internet

**3. 2. Em qual ano/semestre você se graduou? \****Marcar apenas uma oval.*

- 2008/1  
 2008/2  
 2009/1  
 2009/2  
 2010/1  
 2010/2  
 2011/1  
 2011/2  
 2012/1  
 2012/2  
 2013/1  
 2013/2  
 2014/1  
 2014/2  
 2015/1

**4. 3. Durante a sua permanência na UTFPR o que você realizou conjuntamente com seus estudos? \****Marque todas que se aplicam.*

- Estágio não obrigatório  
 Monitoria  
 Iniciação Científica  
 PIBID  
 Trabalho Remunerado  
 Estudo no Exterior  
 Extensão  
 Projeto empresa no Hotel Tecnológico da UTFPR  
 Sócio de Empresa na Incubadora de Inovações da UTFPR  
 Membro do Centro Acadêmico  
 Membro do Diretório Acadêmico  
 Membro da Atlética  
 Outro: .....

**Bloco II - Manutenção durante o curso**

01/08/2016

Questionário para ex-aluno(a)s bolsistas do Programa de Auxílio Estudantil graduado(a)s na UTFPR

**5. 4. Durante a sua permanência na UTFPR, na maior parte do curso você residiu em: \****Marcar apenas uma oval.*

- Moradia estudantil
- Pensão ou pensionato
- Com os pais
- Com os amigos
- Com o namorado (a)
- Com o (a) esposo (a)
- Com outros familiares
- Sozinho

**6. 5. Antes de estudar na UTFPR, você residia \****Marcar apenas uma oval.*

- Já residia na cidade do campus - Curitiba
- Na região metropolitana de Curitiba
- Em outra cidade do Estado do Paraná
- Em outro Estado da Região Sul
- Na Região Sudeste
- Na Região Centro - Oeste
- Na Região Nordeste
- Na Região Norte

**7. 6. De que forma foi a composição da sua renda para se manter estudando na UTFPR na maior parte do seu curso? \****Marcar apenas uma oval.*

- Somente com o Auxílio Estudantil
- Auxílio Estudantil + auxílio dos familiares
- Auxílio Estudantil + auxílio de outros
- Auxílio Estudantil + atividades remuneradas
- Auxílio Estudantil + economias (poupança, herança, etc)
- Outro: .....

**Bloco II - Vida Acadêmica**

01/08/2016

Questionário para ex-aluno(a)s bolsistas do Programa de Auxílio Estudantil graduado(a)s na UTFPR

8. 7. Durante a sua graduação, como você avalia os atendimentos recebidos do NUAPE (Núcleo de Acompanhamento Psicopedagógico e de Assistência Estudantil da UTFPR)? Assinale 1) Atendeu totalmente a minha demanda; 2) Atendeu parcialmente a minha demanda; 3) Indiferente; 4) Não atendeu a minha demanda e 5) Não utilizei este atendimento. \*

Marcar apenas uma oval por linha.

	1	2	3	4	5
Atendimento psicológico - plantão psicológico ou acompanhamento	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Atendimento pedagógico - orientação ou acompanhamento	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Atendimento social - orientação e acompanhamento	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
NAPNE - Núcleo de atendimento às pessoas com necessidades específicas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Atendimento de Saúde - médico e odontológico	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

9. 8. A seguir são elencadas algumas dificuldades relatadas pelos alunos durante o curso. Assinale de acordo com a sua realidade quando era estudante da UTFPR: 1) Discordo totalmente; 2) Discordo; 3) Indiferente; 4) Concordo; 5) Concordo Totalmente \*

Marcar apenas uma oval por linha.

	1	2	3	4	5
Distância da família	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Dificuldade de adaptar-se na cidade	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Deslocamento moradia/instituição	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Dificuldade financeira	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Dificuldade de adaptar-se na instituição	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Dificuldade de acompanhar os conteúdos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Falta de conhecimento necessário para cursar o ensino superior	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Dificuldade de relacionamento com os colegas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Dificuldade de relacionamento com os professores	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Dificuldade de relacionamento com os familiares	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Dificuldade emocional	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Situação de doença	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Situação de preconceito	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Situação de violência	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

### Bloco III - Programa de Auxílio Estudantil

10. 9. De quais modalidades de Auxílio Estudantil você foi beneficiário? \*

Marque todas que se aplicam.

- Auxílio Básico em dinheiro
- Auxílio Alimentação - Restaurante Universitário
- Auxílio Moradia
- Auxílio Instalação
- Outro: .....



01/08/2016

Questionário para ex-aluno(a)s bolsistas do Programa de Auxílio Estudantil graduado(a)s na UTFPR

**11. 10. Durante quanto tempo você foi bolsista do Programa de Auxílio Estudantil? \****Marcar apenas uma oval.*

- Apenas 1 semestre
- 2 a 3 semestres
- 4 a 6 semestres
- 7 a 10 semestres
- Mais de 10 semestres
- Outro: .....

**12. 11. Na sua opinião, qual o grau de contribuição de cada modalidade de bolsa auxílio para a sua permanência e conclusão do seu curso superior? Assinale: 1) Contribuiu totalmente; 2) Contribuiu parcialmente; 3) Indiferente; 4) Não contribuiu; e 5) Não utilizei esta modalidade de auxílio \****Marcar apenas uma oval por linha.*

	1	2	3	4	5
Auxílio Básico em dinheiro	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Auxílio Alimentação - Restaurante Universitário	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Auxílio Moradia	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Auxílio Instalação	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

**Bloco V - Vida Profissional****13. 12. Você trabalha em sua área de formação? \****Marcar apenas uma oval.*

- Sim
- Não

**14. 13. Atualmente você é: \****Marcar apenas uma oval.*

- Servidor (a) público
- Empregado (a) de empresa privada
- Tenho uma empresa
- Autônomo
- Desempregado (a)
- Outro: .....

**15. 14. Em seu trabalho, qual o cargo que você ocupa?***Marcar apenas uma oval.*

- Presidente, diretor (a)
- Sócio (a) -gerente
- Gerente, coordenador (a), supervisor (a)
- Engenheiro (a)
- Técnico (a)
- Professor (a)
- Estou desempregado (a)

01/08/2016

Questionário para ex-aluno(a)s bolsistas do Programa de Auxílio Estudantil graduado(a)s na UTFPR

**16. 15. Em qual faixa de renda você se encontra? \****Marcar apenas uma oval.*

- Menos de um salário mínimo
- De 1 a 3 salários mínimos
- De 3 a 5 salários mínimos
- De 5 a 10 salários mínimos
- Acima de 10 salários mínimos
- Não estou realizando atividade remunerada.
- Outro: .....

**Bloco VI - Apoio Estudantil****17. 16. Na sua opinião, o Programa de Auxílio Estudantil da UTFPR te apoiou para o seu desenvolvimento acadêmico? \****Marcar apenas uma oval.*

- Sim
- Não

**18. 17. Na sua opinião, se você não tivesse recebido o apoio do Programa de Auxílio Estudantil da UTFPR, você teria concluído o seu curso? \****Marcar apenas uma oval.*

- Sim
- Não
- Outro: .....

**19. 18. Você deseja deixar uma sugestão de melhoria, crítica, elogio ou outra manifestação referente ao Programa de Auxílio Estudantil? Descreva aqui:**

.....

.....

.....

.....

.....

Powered by  
 Google Forms

APÊNDICE C – Tabelas de 18 a 21 - Indicadores coeficiente acadêmico comparativo e evasão comparativa, por curso

Tabela 18 – Indicadores coeficiente acadêmico comparativo e evasão comparativa, por curso, grau Bacharelado

Curso	Bolsista ou não	N. estudantes	N. estudantes comparativo (%)	Coeficiente	Coeficiente comparativo (%)	Evasão (%)	Evasão comparativa (%)
Administração	Não bolsista	314	86,26	0,56		37,26	
Administração	Bolsista	50	13,74	0,66	17,53	20	-46,32
Arquitetura e Urbanismo	Não bolsista	481	87,3	0,62		30,35	
Arquitetura e Urbanismo	Bolsista	70	12,7	0,68	9,45	18,57	-38,82
Comunicação Organizacional	Não bolsista	69	75,82	0,55		31,88	
Comunicação Organizacional	Bolsista	22	24,18	0,66	20	13,64	-57,23
Design	Não bolsista	575	84,19	0,66		31,65	
Design	Bolsista	108	15,81	0,7	5,57	16,67	-47,34
Educação Física	Não bolsista	628	81,66	0,54		49,68	
Educação Física	Bolsista	141	18,34	0,66	21,91	26,24	-47,18
Química	Não bolsista	453	77,3	0,46		56,95	
Química	Bolsista	133	22,7	0,53	13,92	33,08	-41,91
Sistemas de Informação	Não bolsista	510	85,14	0,45		49,22	
Sistemas de Informação	Bolsista	89	14,86	0,56	23,3	25,84	-47,49
Totais	Não bolsista	3030	83,17	0,55		42,51	
	Bolsista	613	16,83	0,62	13,23	24,14	-43,2

Fonte: Elaborada pela autora.

Tabela 19 – Indicadores coeficiente acadêmico comparativo e evasão comparativa, por curso, grau Engenharia

Curso	Bolsista ou não	N. estudantes	N. estudantes comparativo (%)	Coeficiente	Coeficiente comparativo (%)	Evasão (%)	Evasão comparativa (%)
Engenharia Civil	Não bolsista	424	86,71	0,62		20,99	
Engenharia Civil	Bolsista	65	13,29	0,67	8,07	7,69	-63,35
Engenharia de Computação	Não bolsista	581	83,36	0,49		41,65	
Engenharia de Computação	Bolsista	116	16,64	0,51	3,59	34,48	-17,21
Engenharia de Controle e Automação	Não bolsista	457	85,58	0,53		32,82	
Engenharia de Controle e Automação	Bolsista	77	14,42	0,54	2,29	20,78	-36,69
Engenharia de Produção Civil	Não bolsista	887	98,01	0,55		34,95	
Engenharia de Produção Civil	Bolsista	18	1,99	0,59	8,21	22,22	-36,42
Engenharia Elétrica	Não bolsista	812	80,96	0,51		36,7	
Engenharia Elétrica	Bolsista	191	19,04	0,59	15,52	18,32	-50,07
Engenharia Eletrônica	Não bolsista	412	86,01	0,52		36,17	
Engenharia Eletrônica	Bolsista	67	13,99	0,55	5,25	23,88	-33,97
Eng. Ind. Elétrica - Automação Eletrônica Ind. e Telecomun.	Não bolsista	1041	95,59	0,6		30,84	
Eng. Ind. Elétrica - Automação Eletrônica Ind. e Telecomun.	Bolsista	48	4,41	0,61	2,54	20,83	-32,44
Engenharia Industrial Elétrica - Ênfase Eletrotécnica	Não bolsista	1054	94,87	0,57		29,32	
Engenharia Industrial Elétrica - Ênfase Eletrotécnica	Bolsista	57	5,13	0,62	8,05	7,02	-76,06
Engenharia Industrial Mecânica	Não bolsista	988	96,2	0,59		26,92	
Engenharia Industrial Mecânica	Bolsista	39	3,8	0,65	9,94	17,95	-33,33
Engenharia Mecânica	Não bolsista	908	86,72	0,56		24,34	
Engenharia Mecânica	Bolsista	139	13,28	0,57	1,3	16,55	-32,02
Totais	Não bolsista	7564	90,25	0,56		31,13	
	Bolsista	817	9,75	0,58	3,9	19,58	-37,1

Fonte: Elaborada pela autora.

Tabela 20 – Indicadores coeficiente acadêmico comparativo e evasão comparativa, por curso, grau Licenciatura

Curso	Bolsista ou não	N. estudantes	N. estudantes comparativo (%)	Coeficiente	Coeficiente comparativo (%)	Evasão (%)	Evasão comparativa (%)
Licenciatura em Física	Não bolsista	431	80,71	0,29		77,26	
Licenciatura em Física	Bolsista	103	19,29	0,44	48,95	50,49	-34,66
Licenciatura em Letras Português-Inglês	Não bolsista	564	82,46	0,57		53,19	
Licenciatura em Letras Português-Inglês	Bolsista	120	17,54	0,69	21,25	27,5	-48,3
Licenciatura em Matemática	Não bolsista	275	79,25	0,29		73,09	
Licenciatura em Matemática	Bolsista	72	20,75	0,46	60,56	47,22	-35,39
Licenciatura em Química	Não bolsista	70	75,27	0,54		37,14	
Licenciatura em Química	Bolsista	23	24,73	0,56	3	34,78	-6,35
Totais	Não bolsista	1340	80,82	0,42		64,18	
	Bolsista	318	19,18	0,55	29,78	39,94	-37,77

Fonte: Elaborada pela autora.

Tabela 21 – Indicadores coeficiente acadêmico comparativo e evasão percentual comparativa, por curso, grau Tecnologia

(continua)

Curso	Bolsista ou não	N. estudantes	N. estudantes comparativo (%)	Coeficiente	Coeficiente comparativo (%)	Evasão (%)	Evasão comparativa (%)
Tecnologia em Artes Gráficas	Não bolsista	586	99,83	0,66		39,25	
Tecnologia em Artes Gráficas	Bolsista	1	0,17	0,94	41,67	100	154,78
Tecnologia em Atividades Físicas de Academia	Não bolsista	68	95,77	0,56		20,59	
Tecnologia em Atividades Físicas de Academia	Bolsista	3	4,23	0,75	33,48	33,33	61,9
Tecnologia em Automação Industrial	Não bolsista	627	94,86	0,51		51,83	
Tecnologia em Automação Industrial	Bolsista	34	5,14	0,49	-4,01	61,76	19,16
Tecnologia em Comunicação Empresarial e Institucional	Não bolsista	193	99,48	0,63		42,49	
Tecnologia em Comunicação Empresarial e Institucional	Bolsista	1	0,52	0,84	33,67	100	135,37
Tecnologia em Comunicação Institucional	Não bolsista	405	87,85	0,54		55,06	
Tecnologia em Comunicação Institucional	Bolsista	56	12,15	0,67	24,56	23,21	-57,84
Tecnologia em Comunicações Digitais	Não bolsista	322	99,08	0,46		55,28	
Tecnologia em Comunicações Digitais	Bolsista	3	0,92	0,38	-17,71	66,67	20,6
Tecnologia em Concreto	Não bolsista	356	97,8	0,5		55,9	
Tecnologia em Concreto	Bolsista	8	2,2	0,7	38,4	37,5	-32,91
Tecnologia em Construção Civil	Não bolsista	589	99,49	0,5		55,01	
Tecnologia em Construção Civil	Bolsista	3	0,51	0,29	-42,32	100	81,79
Tecnologia em Design de Móveis	Não bolsista	364	99,73	0,61		49,73	
Tecnologia em Design de Móveis	Bolsista	1	0,27	0,83	35,42	100	101,1
Tecnologia em Design Gráfico	Não bolsista	662	87,34	0,59		41,84	
Tecnologia em Design Gráfico	Bolsista	96	12,66	0,71	19,1	26,04	-37,76
Tecnologia em Eletrônica	Não bolsista	578	99,66	0,51		52,08	
Tecnologia em Eletrônica	Bolsista	2	0,34	0,44	-13,9	100	92,03
Tecnologia em Eletrotécnica	Não bolsista	633	99,84	0,57		46,13	

Tabela 21 – Indicadores coeficiente acadêmico comparativo e evasão percentual comparativa, por curso, grau Tecnologia

(conclusão)

Curso	Bolsista ou não	N. estudantes	N. estudantes comparativo (%)	Coeficiente	Coeficiente comparativo (%)	Evasão (%)	Evasão comparativa (%)
Tecnologia em Eletrotécnica	Bolsista	1	0,16	0,49	-13,48	100	116,78
Tecnologia em Gestão Comercial Elétrica	Não bolsista	252	97,67	0,52		56,75	
Tecnologia em Gestão Comercial Elétrica	Bolsista	6	2,33	0,48	-8,12	33,33	-41,26
Tecnologia em Gestão da Manufatura	Não bolsista	237	99,16	0,56		47,68	
Tecnologia em Gestão da Manufatura	Bolsista	2	0,84	0,48	-14,39	100	109,73
Tecnologia em Mecatrônica Industrial	Não bolsista	1423	97	0,51		48,07	
Tecnologia em Mecatrônica Industrial	Bolsista	44	3	0,54	7,15	45,45	-5,44
Tecnologia em Processos Ambientais	Não bolsista	825	95,05	0,51		55,76	
Tecnologia em Processos Ambientais	Bolsista	43	4,95	0,57	10,51	34,88	-37,44
Tecnologia em Química Ambiental	Não bolsista	656	98,35	0,57		43,6	
Tecnologia em Química Ambiental	Bolsista	11	1,65	0,6	3,68	27,27	-37,44
Tecnologia em Radiologia	Não bolsista	598	86,54	0,55		51,67	
Tecnologia em Radiologia	Bolsista	93	13,46	0,63	14,46	34,41	-33,41
Tecnologia em Radiologia Médica	Não bolsista	72	94,74	0,51		47,22	
Tecnologia em Radiologia Médica	Bolsista	4	5,26	0,58	13,88	50	5,88
Tecnologia em Sistemas de Telecomunicações	Não bolsista	667	95,83	0,45		59,52	
Tecnologia em Sistemas de Telecomunicações	Bolsista	29	4,17	0,59	29,76	44,83	-24,69
Tecnologia em Sistemas para Internet	Não bolsista	66	91,67	0,54		53,03	
Tecnologia em Sistemas para Internet	Bolsista	6	8,33	0,82	52,71	16,67	-68,57
Totais	Não bolsista	10179	95,79	0,54		49,98	
	Bolsista	447	4,21	0,62	15,39	36,69	-26,59

Fonte: Elaborada pela autora.